

MESTRADO  
SOCIOLOGIA

# Da imaterialidade à realidade: uma reflexão entre democracia cultural e o futuro do (antigo) Matadouro Industrial do Porto

Joana Saraiva Cruz

**M**

2017



**Joana Saraiva Cruz**

**Da imaterialidade à realidade: uma reflexão entre democracia  
cultural e o futuro do (antigo) Matadouro Industrial do Porto**

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor  
João Teixeira Lopes

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

setembro de 2017

# **Da imaterialidade à realidade: uma reflexão entre democracia cultural e o futuro do (antigo) Matadouro Industrial do Porto**

Joana Saraiva Cruz

Dissertação realizada no âmbito do Mestrado em Sociologia, orientada pelo Professor Doutor  
João Teixeira Lopes

## **Membros do Júri**

Professora Doutora Natália Azevedo  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Doutor Pedro Bóia  
Investigador do CIPEM

Professor Doutor João Teixeira Lopes  
Faculdade de Letras - Universidade do Porto

Classificação obtida: 16 valores

# Sumário

<b>Agradecimentos.....</b>	<b>7</b>
<b>Resumo.....</b>	<b>9</b>
<b>Abstract.....</b>	<b>11</b>
<b>Índice de ilustrações.....</b>	<b>12</b>
<b>Lista de abreviaturas e siglas.....</b>	<b>13</b>
<b>Introdução.....</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1. A política cultural e as metamorfoses sociais e urbanas.....</b>	<b>18</b>
1.1. Os primeiros passos da política cultural na Europa.....	18
1.1.1. O caso português: a institucionalização da cultura.....	20
1.2. Política cultural: da sua definição às suas potencialidades.....	23
1.2.1. Entre a democratização cultural e a democracia cultural.....	28
1.3. As cidades contemporâneas: entre o local e o global, que futuro?.....	30
1.3.1. Sobre as transformações das cidades: o espetáculo no ADN das suas metamorfoses.....	31
1.3.2. A cidade criativa e a apropriação dos espaços industriais.....	36
<b>Capítulo 2. Conhecer para intervir.....</b>	<b>38</b>
2.1. Breve enquadramento sociodemográfico do Porto.....	38
2.1.1 Retrato da população.....	40
2.1.2. Enquadramento histórico e urbanístico do Porto e Campanhã.....	42
2.2. Intervenções em Campanhã: entre a renovação e a requalificação urbana.....	47
2.2.1. Plano de Pormenor das Antas: um plano inacabado.....	47
2.2.2. Área de Reabilitação Urbana de Campanhã – Estação: um plano em curso.....	48
2.3. O antigo Matadouro Industrial do Porto.....	49
2.3.1. O futuro à espera: o projeto municipal para o antigo Matadouro Industrial do Porto.....	51
<b>Capítulo 3. Percurso Metodológico.....</b>	<b>55</b>
3.1. Primeira paragem: observatório de imprensa.....	58
3.2. Segunda paragem: observação direta.....	59
3.3. Terceira paragem: fotografia e vídeo.....	60
3.4. Quarta paragem: entrevistas semidiretivas.....	62

<b>Capítulo 4. O antigo Matadouro Industrial: diálogos entre passado, presente e futuro(s) do lugar</b>	63
4.1. Observatório de imprensa	64
4.1.1. Antes da apresentação do projeto	65
4.1.2. Depois da apresentação do projeto	70
4.2. Notas preliminares: a chegada ao terreno	78
4.2.1. Observação direta e captação de imagens	79
4.3. Entrevistas semidiretivas	92
4.3.1. Problemas, soluções e potencialidades	93
4.3.2. Modos de pensar e fazer cultura	97
4.3.3. Valorização da cultura e das artes	101
4.3.4. O antigo Matadouro e a freguesia	104
 <b>Considerações finais</b>	113
<b>Referências bibliográficas</b>	118
<b>Anexos</b>	125
<b>Anexo 1</b> – Vista axonométrica do antigo Matadouro Industrial do Porto	126
<b>Anexo 2</b> – Planta da área envolvente ao antigo Matadouro Industrial do Porto	128
<b>Anexo 3</b> - Planta da área delimitada para a investigação	130
<b>Anexo 4</b> - Grelha de observação direta	132
<b>Anexo 5</b> – Guião de entrevista semidiretiva de José António Pinto, Ernesto Santos e Filipe Santos	134
<b>Anexo 6</b> - Guião de entrevista semidiretiva do artista plástico	137
<b>Anexo 7</b> – Grelhas de análise de conteúdos: observatório de imprensa	140
<b>Anexo 8</b> – Grelha de análise vertical: entrevista semidiretiva José António Pinto	164
<b>Anexo 9</b> – Grelhas de análise vertical: entrevistas semidiretiva a Ernesto Santos e Filipe Santos	170
<b>Anexo 10</b> – Grelha de análise vertical: entrevista semidiretiva ao artista plástico	177
<b>Anexo 11</b> – Grelha de análise vertical: conferência de Rui Moreia e Guilherme Blanc	185



## **Agradecimentos**

Ao Professor João Teixeira Lopes, o meu orientador, pela partilha de conhecimentos, confiança, compreensão e motivação. Por acreditar no desenvolvimento e conclusão desta dissertação.

À Professora Lígia Ferro e à Professora Natália Azevedo pela disponibilidade.

Ao Ernesto Santos, ao Filipe Oliveira, ao José António Pinto, e aos demais funcionários da Junta de Freguesia de Campanhã que, desde o primeiro minuto, se mostraram interessados e empenhados nesta causa. Foi um privilégio conhecer-vos. Ao artista plástico que me recebeu no seu atelier.

A todos os meus Amigos, conhecidos e desconhecidos, e aos lugares que me inspiram todos os dias.

Ao João, pela partilha e Amor. Ao José, à Ana Maria e à Joana pelo carinho e apoio incessável.

Aos dois Amigos que levo desta viagem, a Maria e o Zé Eduardo. Pelas provas de amizade dadas ao longo deste período que, sem dúvida, foram fulcrais para o término da dissertação.

Por último, aos meus pais e irmão, Cristina, Álvaro e Bruno. Por aceitarem a minha rebeldia, as minhas diferenças, o meu inconformismo e, acima de tudo, a minha ausência nestes últimos anos.





## Resumo

A presente dissertação alicerça-se numa pesquisa sociológica sobre o projeto para o antigo Matadouro Industrial do Porto - situado em Campanhã -, delineado pela Câmara Municipal do Porto. Neste sentido, o estudo visa compreender o futuro Matadouro como instrumento de democracia cultural e de desenvolvimento na freguesia em questão.

Partindo das propostas estratégicas da política cultural na atualidade, bem como das metamorfoses urbanísticas das cidades contemporâneas, é desenhado um percurso entre a cultura e o poder, a cidade e a economia enquanto vetores de desenvolvimento dos territórios e sociedades. Neste diálogo, a comunidade de Campanhã – com graves problemas socioeconómicos - e, mais especificamente, o futuro Matadouro, parecem ilustrar o modo como as políticas municipais do atual executivo da Câmara Municipal do Porto intentam melhorar a qualidade de vida dos munícipes, estando a presente análise mais direcionada à componente cultural do projeto.

Desenhada sob a metodologia qualitativa de pendor etnográfico, a complexidade do objeto de estudo acarreta a utilização diversificada de instrumentos metodológicos, sendo eles: o observatório de imprensa, a observação direta, a fotografia e vídeo social e as entrevistas semidiretivas. Estes instrumentos permitem realizar uma composição entre os agentes que, de alguma forma, se relacionam com o objeto de estudo, na medida em que convidam ao confronto das diversas perspetivas dos interlocutores consoante o contexto social, artístico-cultural e político que ocupam.

Nestes moldes, esta dissertação segue os objetivos primordiais de compreender as ações políticas direcionadas à cultura, conhecer as visões e perceções dos intervenientes, bem como, lançar pistas para a futura implementação do projeto no antigo Matadouro orientadas à democracia cultural e ao desenvolvimento sociocultural sustentável da comunidade de Campanhã.

**Palavras-chave:** Campanhã; antigo Matadouro Industrial; democracia cultural; política cultural; desenvolvimento sustentável.



## Abstract

The present dissertation is based on a sociological research on the project for the Old Industrial Slaughterhouse of Porto – parish of Campanhã – sketched by Câmara Municipal do Porto. In this regard, the study aims to comprehend the future slaughterhouse as an instrument of cultural democracy and development in the parish.

Taking the strategic proposals of today's cultural politics, as well as the urban metamorphosis of contemporary cities we open a path of relations between culture and power, city and economy as development strands of territories and societies. In this dialogue, the community of Campanhã – with severe socioeconomic issues – and, more precisely, the future slaughterhouse, seem to illustrate the way municipal politics from the current executive of Câmara Municipal do Porto try to improve its citizens life quality, being this analysis more directed towards the cultural component of the project.

Drawn under a qualitative methodology of ethnographic character, the complexity of the object of study leads to the use of diverse methodological instruments: press observatory, direct observation, photography, social video and semi directive interviews. These instruments help us create a composition from the agents that, somehow, depending on their social, cultural, artistic and political positions, relate to the object of study, as they allow different perspectives from those different agents to meet and communicate.

The dissertation follows the main goals of understanding the politics of culture, getting to know the insights of those involved, as well as hinting a cultural democratic approach to the future slaughterhouse project that would eventually lead to a sustainable sociocultural development to the parish of Campanhã.

**Keywords:** Campanhã; old industrial slaughterhouse; cultural democracy; cultural politics; sustainable development.

## Índice de ilustrações

Figura n.º 1 – Evolução demográfica da cidade do Porto e da freguesia de Campanhã entre 1838 e 2011 (n.º).....	38
Figura n.º 2 – Modelo de análise da investigação .....	57
Figura n.º 3 – Nave central do antigo Matadouro .....	85
Figura n.º 4 – Sala da nave central do antigo Matadouro .....	86
Figura n.º 5 – Entrada de um dos pavilhões .....	86
Figura n.º 6 – Rua-corredor exterior .....	88
Figura n.º 7 – Vista para o Estádio do Dragão.....	88
Figura n.º 8 – Vista da rua-corredor exterior longitudinal e do pavilhão SPA.....	88
Figura n.º 9 – Vista a nascente do exterior.....	90
Figura n.º 10 – Vista axonométrica do antigo Matadouro Industrial do Porto.....	127
Figura n.º 11 – Planta da área envolvente ao antigo Matadouro Industrial do Porto.....	129
Figura n.º 12 – Planta da área delimitada para a investigação.....	131

## **Lista de siglas e abreviaturas**

**ARU** – Área de Reabilitação Urbana

**BE** – Bloco de Esquerda

**CMP** – Câmara Municipal do Porto

**GOP** – Gestão e Obras Porto, Empresa Municipal

**JFC** – Junta de Freguesia de Campanhã

**MC** – Ministério da Cultura

**MEC** – Ministério da Educação e da Cultura

**PCP** – Partido Comunista Português

**PEDU** – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano

**PEV** – Partido Ecologista “Os Verdes”

**PPA** – Plano de Pormenor das Antas

**PS** – Partido Socialista

**PSD** – Partido Socialista Democrata

**SAAL** – Serviço de Apoio Ambulatório Local

**SPA** – Sociedade Protetora dos Animais

**UF** – União de Freguesias

**VCI** – Via de Cintura Interna



## Introdução

A presente dissertação insere-se no âmbito do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, sendo o seu estudo direcionado ao projeto municipal para o antigo Matadouro Industrial do Porto, localizado na freguesia de Campanhã.

Situada no extremo oriental do Porto, Campanhã é, porventura, a freguesia mais negligenciada pelas políticas municipais e, por outro lado, aquela que mais anseia por mudanças benéficas para o tecido social e urbano. Anunciado em 2016, o referido projeto para o antigo Matadouro Industrial visa a requalificação deste espaço, atualmente desativado e com sinais evidentes de degradação, pelo que promete ser um farol desta freguesia, bem como um motor para o desenvolvimento social, económico e cultural apresentando, por isso, três eixos estratégicos inter-relacionais – economia, cultura e coesão social.

Às novas dinâmicas sociais e urbanas vividas na cidade do Porto, com mais ou menos intensidade, estão associados, também, o crescimento exponencial do turismo e dos efeitos subjacentes. Aspeto este que nos leva a pensar na competitividade das cidades, no *city marketing*, bem como sobre as políticas urbanas direcionadas, em particular, à revitalização urbana enquanto ferramenta de criação de imagem de marca. No mesmo sentido, as indústrias criativas e culturais desempenham, hoje, um papel fulcral no desenvolvimento económico e sociocultural nas cidades apontadas, em parte, aos espaços industriais atualmente desativados devido às transformações das esferas produtivas capitalistas. Consequentemente, surge uma nova política cultural para as cidades que, no caso da cidade do Porto se verifica, sensivelmente, há quatro anos, em que a cultura ocupa um patamar privilegiado no cerne do desenvolvimento territorial.

Posto isto, sugere-se pensar a política cultural no contexto da territorialização, tal como nos propõe Lopes (2003), albergando a multidisciplinariedade que o projeto para o antigo Matadouro acarreta enquanto futuro motor de desenvolvimento e transformação sociocultural. Partindo da realidade socioeconómica de Campanhã e das estratégias *sui generis* do projeto municipal, procurar-se-á compreender a relevância da política cultural no desenvolvimento sociocultural sustentável do território.

O caminho da nossa investigação foi traçado a partir da questão: “considerando

as características socioeconómicas da freguesia e as propostas do projeto municipal, conhecidas para o espaço, como poderá o futuro Matadouro do Porto ser um veículo de democracia cultural e de promoção de desenvolvimento cultural sustentável a favor da comunidade?”. Neste sentido, construímos um percurso próximo daqueles que, de forma mais ou menos direta, estão ligados ao projeto no contexto social, artístico-cultural e político, agregada à metodologia de índole qualitativa e de pendor etnográfico, das quais aplicámos as ferramentas metodológicas à área envolvente ao edifício, a zona da Corujeira.

Assim, o primeiro capítulo da presente dissertação diz respeito ao estado da arte, bipartido entre as questões da política cultural e entre as intervenções e transformações urbanísticas, onde tentaremos estabelecer as relações entre o poder, a cultura, a cidade e a economia. Na primeira parte do referente capítulo desenhar-se-á, a nível macro e meso, os primeiros passos da política cultural na Europa e em Portugal e, também, as conceções e definições das políticas culturais, numa perspetiva central e local. A segunda parte do primeiro capítulo concerne às intervenções urbanísticas nas cidades, às metamorfoses morfológicas urbanas, cujo debate engloba as ideias de promoção e competição das cidades, o *city marketing* e imagem de marca, bem como a requalificação urbana a partir da ideia de espetáculo e da criatividade. Já o segundo capítulo aponta para o enquadramento sociodemográfico da cidade do Porto e de Campanhã, preocupando-se, igualmente, com a contextualização da questão da habitação – apontada como problema do tecido social de Campanhã –, com a breve explanação de dois planos urbanísticos que englobam o antigo Matadouro e, por fim, com o enquadramento histórico do edifício e a exposição do projeto municipal, a partir da leitura do plano oficial do referente projeto municipal, intitulado de “Porto Before Porto”. Relativamente ao terceiro capítulo, este diz respeito ao enquadramento metodológico da investigação, o *modus operandi* do nosso percurso, onde explicaremos e justificaremos os instrumentos metodológicos e a sua utilização. Por sua vez, no quarto capítulo são apresentados os resultados da análise dos dados recolhidos anteriormente, a partir da criação e exposição do observatório de imprensa, das informações das observações diretas e registos de fotografias e vídeos, bem como da análise de conteúdo das entrevistas semidiréticas. Por último, o quinto capítulo traz ao debate as considerações finais, tendo a preocupação tanto elaborar uma reflexão, quanto colocar pistas para o futuro tendo em conta aquilo que a nossa pesquisa nos trouxe.



Note-se, ainda, que o futuro do antigo Matadouro continua emaranhado nas incertezas e reticências de um passado e presente político que, sucessivamente, vem adiando a implementação deste projeto. Um futuro por vir parece ser, então, a imagem de marca deste plano, que paira algures nas intermitências de um prometido desenvolvimento cultural sustentável.

“O Porto é o lugar onde para mim começam as maravilhas e todas as angústias.”

Sophia de Mello Breyner

## **Capítulo 1. A política cultural e as metamorfoses sociais e urbanas**

Neste capítulo abordaremos as ligações entre a cultura e poder e cultura e economia, tendo a cidade e as políticas urbanas como pano de fundo. No cerne das políticas culturais reside a combinação de duas dimensões fulcrais das relações sociais - a cultura e o poder (Costa, 1997), pelo que desde logo é possível prever que a definição de política cultural é tão flexível quanto o meio no qual se insere e pretende intervir. Posto isto, o estudo não pode descurar a expressividade dos fenómenos da globalização e do neoliberalismo, na medida em que as urbes modernas são constantemente desafiadas por novas dinâmicas que assentam, sobretudo, no princípio da competitividade através de planos estratégicos direcionados ao desenvolvimento cultural do território.

### **1.1. Os primeiros passos da política cultural na Europa**

Afigura-se precipitado avançar neste estudo sem antes procedermos a uma abordagem, ainda que não exaustiva, dos primeiros passos da política cultural que hoje conhecemos, uma vez que o enquadramento histórico permite-nos compreender, a um nível macro, a sua evolução e, deste modo, torna-se mais claro tanto situá-la no presente quanto perspetivá-la no futuro.

No território europeu, segundo Fernández (2007), os três passos preliminares da política cultural urgem a partir de 1930 com as iniciativas político-culturais da Segunda República Espanhola; em 1940 com a fundação do então *Council for the Encouragement of Music and the Arts* (CEMA) em Inglaterra (renomeado de *Arts Council* em 1967) e com a criação do ministério dos assuntos culturais em França, no ano de 1959. Este último é considerado o mais relevante devido à repercussão no campo da institucionalização da cultura nos Estados democráticos de todo o mundo.

Após o decreto de 24 de julho de 1959, data da criação do ministério dos assuntos culturais liderado por André Malraux, concretiza-se, em 1961, a primeira comissão orientada ao campo cultural e artístico intitulado de equipamentos culturais e patrimónios artísticos (Lopes, 2007). A partir deste momento, o Estado e as instituições públicas assumem a responsabilidade e a obrigação, perante a sociedade civil, de proporcionar

condições à esfera cultural e artística - na criação, na mediação e na oferta cultural. A implementação de medidas permitiu a mudança de paradigma cultural, no qual a cultura ganha o mesmo relevo de outros sectores já considerados fundamentais para a sociedade e, também, já integrados em planos de políticas públicas de financiamento público. Por outras palavras, a cultura passa a ser reconhecida como vetor de desenvolvimento e bem-estar humano, fundamental para a sociedade. Neste sentido, segundo Caune (1999) os objetivos do ministério centraram-se em:

tornar acessíveis as obras capitais da humanidade e, em primeiro lugar, as da França, ao maior número de franceses; de proporcionar a mais vasta audiência ao nosso património cultural e de favorecer a criação de obras de arte e de espírito que o enriquecem<sup>1</sup>.

Por vontade do General De Gaulle, o ministério dos assuntos culturais foi orientado para as Belas Artes e defesa do Grande Património, coincidente com a perspetiva académica das artes de Malraux (Lopes, 2007). Neste sentido, foram criadas as casas da cultura, rede descentralizada de equipamentos culturais para difusão das artes nacionais, construídas para os cidadãos franceses de todas as classes sociais e financiadas pelo Estado e pelo poder local:

estas instituições representam, uma das mais significativas intervenções sistemáticas numa rede nacional e descentralizada de equipamentos culturais, enquanto canal privilegiado de «circulação das obras, de incitação ao encontro e de organização da difusão», ligando, num perspetiva evolucionista, a passagem da instrução pública obrigatória, à educação popular e, finalmente, à acção cultural, dispositivo associado às casas da cultura (*ibidem*, p.77).

Porém, o referido encantamento e primazia pelas Belas Artes por parte de De Gaulle e Malraux, sob perspetiva clássica e académica, tornaram as casas da cultura em lugares de legitimação artística pela institucionalização daquilo que é e pode ser considerado de arte. Para além da difusão e do consumo artístico, estes equipamentos tornaram-se o apoio à “criação de obras de arte e do espírito, igualmente inscritas nos cânones vigentes na civilização francesa e ocidental” (*ibidem*). Contudo, e seguindo o que foi dito anteriormente, a questão de gosto dos responsáveis políticos levou à rotulação

---

<sup>1</sup> Caune, 1999, p. 114 citado em Lopes, 2007, p.76.

da cultura “superior” que, apesar do apoio à criação artística, resultou na homogeneização do campo artístico – nos planos da criação, oferta e fruição – e, em particular, colocou questões à liberdade do artista. Assim sendo, segundo Lopes (2007, p.78):

é neste caldo em que «as ideias optimistas do progresso, inscritas nas noções de «cultura» e de «civilização», podem ser consideradas uma espécie de sucedâneo da esperança religiosa” que bebem De Gaulle e Malraux, acreditando, simultaneamente, na unidade de género humano e no posicionamento superior da França (crença evolucionista de uma sucessão linear de estádios de progresso civilizacional). Uma vez terminado o Império Colonial político, seguir-se-ia o Império Colonial das ideias e do espírito.

### **1.1.1. O caso português: a institucionalização da cultura**

Considerando a agitação política e social dos anos seguintes ao 25 de Abril, é possível verificar que a cultura em Portugal e, em particular, a política cultural ocuparam lugares secundários nas agendas dos sucessivos governos do pós-revolução. Facto este visível, a título de exemplo, a partir da posição que ocuparam nos programas e estruturas dos governos, uma vez que, ora se anexaram a um ministério, como ao ministério da educação, ora se subjugaram às competências do secretariado de Estado.

Como dissemos, a partir da revolução dos cravos ou das metamorfoses políticas que a seguem, mais concretamente a partir de 1976, torna-se mais elucidativo o modo como a conceção do papel da cultura varia na estrutura política nacional consoante a ideologia política dos partidos que constituem o governo constitucional e, neste sentido, convém analisar, *lato sensu*, os principais eixos estratégicos e princípios valorativos da cultura:

direita e esquerda “clássicas” identificam objectivos e instrumentos comuns, embora os apresentem, justifiquem e utilizem diferenciadamente. Tais são: a bandeira da democratização da cultura, de que a acessibilidade dos bens e oportunidades culturais e a generalização de consumos culturais “esclarecidos” constituem cara e coroa; o compromisso estatal em torno da garantia de um serviço público de cultura e de condições materiais e institucionais para a criação artística independente; e a hipervalorização da educação ou formação dos “públicos”, como via real para a qualificação do tecido e da prática cultural (Silva, 2004, p. 16).

Uma análise retrospectiva leva-nos a considerar que a existência de um ministério

autónomo para a cultura foi mais vezes perpetuado pelo partido socialista (PS), sendo que este partido, em 1995 sob os comandos de António Guterres, procede à criação do ministério da cultura (MC). Por outro lado, e de uma forma geral, os governos socialistas democratas (PSD) regem a prioridade política no sentido da salvaguarda do Grande Património, identidade e valores nacionais e tradicionais e, por sua vez, os governos socialistas incluem, nos seus programas culturais, o apoio à criação artística como linhas orientadoras das suas políticas.

De forma a ilustrar a evolução das políticas culturais em Portugal, apresentamos cronologicamente, ainda que de forma sumária e ilustrativa, alguns dos programas dos governos constitucionais dos dois principais partidos de governação central – o partido socialista e o partido socialista democrata. Iniciaremos a nossa análise considerando o período governativo entre 1985 e 2002 - pautado pela vigência de ambos os partidos -, sendo que este intervalo será dividido em dois momentos, como dissemos, uma vez que a criação do MC, parece assinalar um marco nas políticas culturais nacionais. Num momento seguinte far-se-á, igualmente, um sumário daquilo que tem sido planeado para a cultura nos últimos anos.

O primeiro momento, compreendido entre 1985 a 1995, é marcado pela governança do PSD, sob liderança de Aníbal Cavaco Silva, e, no primeiro ciclo governativo – 1985 a 1987 -, o então ministério da educação e da cultura (MEC) teve como estratégias prioritárias a preservação e conservação do património e a herança cultural, esta que “na sua acepção alargada aos valores espirituais e naturais, fundamento da identidade colectiva dos portugueses (...) deverão ser os primeiros defensores do seu património” (X Governo Constitucional, 1985, p. 62). Já no ciclo governativo subsequente, entre 1987 e 1991, o MEC é extinto, sendo a pasta da cultura transferida para o secretário de Estado da cultura - Pedro Santana Lopes - e, no último mandato de Aníbal Cavaco Silva enquanto primeiro-ministro, entre 1991 e 1995, a cultura passa a ser competência do então subsecretário de Estado da cultura - Manuel Frexes. As diretrizes políticas para a cultura apresentadas, mantiveram-se ao longo de dez anos, tendo sido desenhadas entre a defesa, restauro, conservação e divulgação cultural, sendo a “componente cultural da identidade nacional e da intervenção do Estado na defesa daqueles valores culturais cimeiros que pela sua especificidade – como é o caso da Língua Portuguesa e do Património têm, por ele, de ser assegurados” (XII Governo

Constitucional, 1991, p.61).

A mudança de paradigma cultural surge, como dissemos, em 1995 com a criação do MC, este liderado por Manuel Maria Carrilho. O governo teve um papel intervencionista e abrangente na esfera cultural, pautado pelas dimensões da criação, mediação e receção, aspetos considerados como determinantes para a qualidade de vida da sociedade e, também, tidos como direitos essenciais para os cidadãos e de “responsabilidade inalienável de intervenção do Estado neste domínio” (XIII Governo Constitucional, 1995, p.125). No programa constitucional (1995), as estratégias culturais são subdivididas em cinco eixos essenciais: (1) a democratização, por uma série de medidas onde se destacam o alargamento das práticas culturais e a difusão de produtos culturais; pela dedução na coleta de IRS de despesas de consumo de bens e serviços culturais; pelo reforço do ensino artístico e das disciplinas culturais; (2) a descentralização, através da cooperação com as autarquias e instituições culturais locais de apoio e estímulo à criação e produção de atividades culturais; (3) a internacionalização, pela viabilidade da cultura como fonte de construção e afirmação da identidade nacional; pela defesa e promoção de valores culturais, como também, pela promoção internacional de agentes culturais; (4) a profissionalização, pela captação de um mercado da cultura, onde figura a produção, a circulação e o consumo de bens culturais; a criação de uma rede entre o Estado e todas as instituições de ensino artístico, pela criação de estágios, formações contínuas, e o apoio a projetos culturais e formações que enalteçam as propostas anteriores; e, por último, (5) a reestruturação geral do MC através da desconcentração institucional.

Note-se, ainda, que entre 1995 e 2002, período governativo encabeçado por António Guterres, aconteceram dois marcos importantes para a vida cultural portuguesa – a Expo’ 98 e a Capital Europeia da Cultura Porto 2001. Por outro lado, sensivelmente até 2006, “a cultura manteve-se de certa forma com marca estabilizada entre os governos centrais e locais, relativamente, sobretudo, aos equipamentos culturais – bibliotecas e cineteatros – ao longo do país” (Melo, 2014, p.31).

Todavia, a cultura no seio institucional perde, novamente, o seu lugar no momento em que o MC é extinto da estrutura governativa, sendo novamente sucumbida à secretaria de Estado, no governo de Pedro Passos Coelho (PSD) em 2011. Atualmente, o governo de António Costa (PS) em acordo governamental com BE/PCP/PEV restaura o MC, este

com o desígnio “investir na cultura, democratizar o acesso” (XXI Governo Constitucional, 2016, p.199), sendo o governo “o primeiro promotor de uma política cultural coerente e sustentada e como interlocutor privilegiado com as demais tutelas, promovendo, em simultâneo, o trabalho em rede com os centros de decisão locais e regionais” (*ibidem*).

Uma vez restaurado o MC, segundo o programa do referido governo constitucional, perspectiva-se a cultura enquanto pilar essencial para a democracia, onde a criação e fruição cultural, a preservação, expansão e divulgação do património material e imaterial observam-se como motores de inovação, qualificação e competitividade para a economia portuguesa.

## **1.2. Política cultural: da sua definição às suas potencialidades**

No debate sociológico em Portugal é consentido que, tal como outras políticas, a política cultural quando se compromete seriamente com a sociedade deve ter em conta especificidades, particularidades e condicionantes do território em questão. Como refere Lopes (2003), tal não anula a possibilidade de existirem linhas orientadoras gerais de políticas culturais o que, por sua vez, não devem ser utilizadas como uma fórmula ou matriz, e “se não existir articulação entre as várias escalas de intervenção (o local, o regional, o nacional, o mundial ou o global), amputam-se as potencialidades de mudança social” (*ibidem*, p. 5). No caso de descurar ou seguir ríspidamente um modelo estandardizado, sem ter em conta o que apontámos anteriormente, correr-se-á o risco de obter efeitos insignificantes (*ibidem*).

Neste sentido, seguimos as linhas orientadoras propostas em “Uma Reflexão Sobre Políticas Culturais” de José Madureira Pinto (1994) - artigo resultante das experiências enquanto consultor da vereadora Manuela Melo, da estratégia e acompanhamento dos resultados da política cultural da Câmara Municipal do Porto (CMP). Das propostas e conceitos que desenvolve ao longo do texto, Pinto (1994) revela que um dos princípios centrais da política cultural é o “incentivo à criação e inovação artísticas e intelectuais” (p. 767), a fim de “intervir activamente no processo, sempre inacabado, de democratização cultural” (*ibidem*). O sociólogo inaugura a sua explanação com a apresentação de um quadro que é, apesar de esquemático, amplo e complexo, em

que expõe o campo de incidência da política cultural, articulado entre dois eixos analíticos de conceitos e critérios que, no âmbito teórico, devem orientar as políticas de desenvolvimento e de democratização cultural (*ibidem*).

O primeiro eixo analítico surge relacionado com as práticas culturais, no qual o autor distingue formas de relação com os bens culturais. Este eixo subdivide-se em quatro meios: (1) o da criação cultural, diz respeito à produção cultural e artística do criador especializado ou amador; (2) o da expressão cultural; (3) o da participação cultural, isto é, à envolvimento dos públicos no processo criativo e, também, ao acesso e frequência de espaços culturais; (4) e, por último, o da recepção cultural (*ibidem*, p.769).

O segundo eixo analítico apontado pelo autor, inserido no esquema das práticas culturais e articulado com o eixo anterior, relaciona-se com a união dos espaços sociais e a afirmação cultural, segundo os quais são distinguidos pelos níveis de institucionalização e dos diferentes graus de legitimidade cultural. São apresentados cinco tipos de espaços culturais: (1) o espaço da cultura “erudita” ou “cultivada” são os espaços mais valorizados; (2) o espaço das indústrias culturais que, como veremos posteriormente, estão vinculadas ao contexto da “cultura de massas” e às suas especificidades; (3) “o espaço organizado das sub-culturas dominadas e emergentes” (*ibidem*, p.769), bipartidos em espaços de carácter associativo ou de outro tipo; (4) o espaço coletivo, sendo ele público ou reservado, relativo às práticas de sociabilidade consideradas rotineiras; e, por último, (5) o espaço doméstico (*ibidem*).

Revelado o campo de ação da política cultural, ainda que, de forma esquemática, Pinto (1994) considera três propostas principais de estratégias de política cultural. O primeiro princípio estratégico surge relacionado com a criação e/ou preservação de infraestruturas básicas especializadas que devem cumprir os desígnios duradouros face ao estímulo:

à criação e criatividade culturais em todos os espaços sociais e sobre todas as formas em que elas podem desenvolver-se, desde o pólo mais elaborado e institucionalizado da cultura “erudita” até ao pólo oposto da simples afirmação espontânea de um conjunto de competências simbólico-comunicacionais, passando por modos de produção/expressão cultural com níveis intermédios de elaboração e/ou institucionalização (*ibidem*, p. 770).

Neste sentido, Pinto (1994) refere a importância em distinguir medidas culturais



orientadas à efetiva democratização cultural daquelas que, tal como o autor refere, são “sobredeterminadas pelos ritmos do ciclo eleitoral” (*ibidem*) e, portanto, desvirtuadas por jogos de interesse no campo do poder político. Tal como evidencia o autor, no culminar de “uma política de desenvolvimento cultural sustentado” (*ibidem*, p.771) está intrínseca a garantia de meios à democratização cultural que, por definição, surge como “processo que implica a incorporação durável de um conjunto de disposições intelectuais e estéticas” (*ibidem*, p.771). Porém, tal como referimos anteriormente, a criação e/ou manutenção de infraestruturas acarretam custos financeiros, nem sempre possíveis de suportar. Acurar a comunicação entre outros parceiros culturais, do poder central e local, como também a “sociedade civil” – autarquias, serviços públicos, associações, ensino - podem ser fórmulas eficazes para que sejam assegurados os meios necessários para a democratização cultural (*ibidem*). A este respeito, como exemplo, Azevedo (2004) aponta que, desde a criação da Área Metropolitana do Porto, em 1991, não tem existido “uma lógica de rede de equipamentos culturais” (*ibidem*, p.76) revelando, porventura, a fraca intercomunicação entre territórios concelhios (*ibidem*).

O segundo princípio estratégico, apresentado por Pinto (1994), refere-se à importância de políticas relativas ao alargamento de públicos, particularmente direccionado a grupos sociais que, tendencialmente, não têm contacto com a cultura erudita. Fala-nos de públicos, no plural, a favor da desmitificação de público – “espécie de comunidade imaginada ao serviço de uma colectividade de práticas rituais” (Lopes, 2007, p.98). É necessário criar e manter o contacto regular e sistemático “com as formas culturais mais exigentes em termos dos instrumentos estético-cognitivos necessários à sua descodificação e fruição” (Pinto, 1994, p.773). Portanto, estamos a falar de fomentar o estímulo pela procura, contacto e participação perdurável de grupos que, do ponto de vista socioeconómico, estão mais distantes das práticas culturais e artísticas e, também, às obras de arte rotuladas na esfera da “cultura erudita”. Este princípio aponta, grosso modo, em direção ao campo da receção e fruição cultural, que nele se deve articular a mediação cultural, de forma interinstitucional. Porém, a ineficácia das ações mediadoras, segundo Pinto (1994, p.775), seguem lógicas que derivam entre:

a propensão de alguns desses mediadores para fazerem gravitar as suas acções em torno dos interesses materiais e simbólicos de um campo intelectual e artístico progressivamente autonomizado e tendencialmente autista, como, por outro lado, o processo de retraimento das

práticas culturais de lazer na esfera privada e doméstica (com a consequente desvitalização do espaço público de expressão e comunicação) retiraram grande parte da eficácia democratizadora que, em princípio, lhes estava reservada.

De forma a encurtar distâncias entre a criação e receção cultural, Pinto (1994) fala na “revalorização dos espaços colectivos e do associativismo como lugares de mediação legítima” (*ibidem*, p.777), esses devem ser reconhecidos pelas entidades do poder local e autárquico enquanto tal. Como soluções previstas de aproximação entre a criação e receção cultural, isto é, “aproximação dessacralizadora à materialidade do acto de criação cultural” (*ibidem*, p. 778), o autor aponta as políticas de intervenção cultural – como as práticas artísticas no espaço público -, a entrada de grupos, tendencialmente, afastados da esfera cultural em locais institucionais de criação artística, como também, o fomento à criação de práticas pouco consideradas ou desvalorizadas. Pinto (1994, p.778) acrescenta que, neste sentido, o investimento financeiro na visibilidade de artes consideradas “menores” e “amadoras”, podem:

trazer até ao espaço público e mesmo até aos lugares de difusão da cultura institucional os resultados desta actividade, nomeadamente no âmbito de manifestações festivas de grande impacto, pode promover importantes saltos quantitativos no processo de aproximação entre práticas culturais e práticas de convivialidade e contribuir para combater a tendência – que hoje já vai parecendo irreversível quer em meio rural, quer em meio urbano – para a estrita dissociação, na festa, entre as condições de actor e espectador.

As indústrias culturais, enquanto mediadoras de práticas e bens culturais, seguem estritamente vinculadas aos públicos da “cultura de massa”. A expressão indústria cultural surge, pela primeira vez, por Max Horkheimer e Theodor Adorno na obra *Dialéctica do Iluminismo* (1947), com o propósito de situar a arte no seio da sociedade capitalista. No espaço da indústria cultural e “em todos os [seus] sectores, os produtos são fabricados mais ou menos segundo um plano, talhados para o consumo de massas e, em larga medida, determinando eles próprios pelo consumo” (Adorno, 2003, p.97). Estes filósofos e sociólogos da Escola de Frankfurt, no contexto da sociedade capitalista industrial teorizam a passagem da arte, tanto erudita como a popular, para o Estado de mercadoria que, subjacente às lógicas de mercado, são produzidas com propósito ao consumo das “massas” (Adorno, 2003).

Por sua vez, em oposição a Horkheimer e Adorno, Walter Benjamin (2006) considera que a reprodutibilidade dos bens culturais é um processo eficaz à democratização estando o produto cultural ao alcance de todos, independentemente, do capital cultural e social. Na atualidade, o conceito de indústria cultural de Horkheimer e Adorno perdeu fôlego sendo agora, entendida no plural, sem que estejam implícitas as noções de alienação e manipulação intrínsecas ao capitalismo, e englobando conjuntos de áreas e atividades culturais que articulem a criação, produção e comercialização de produtos culturais imateriais.

Apesar da difusão dos bens culturais alcançar, de facto, mais públicos, as indústrias culturais têm efeitos negativos, como por exemplo, o retraimento dos públicos mais afastados da esfera cultural e artística, devido à facilidade, baixo custo e rapidez do consumo dos bens culturais. Por outro lado, as indústrias culturais ditam as leis do jogo pois produzem e comercializam aquilo que será altamente consumido e, conseqüentemente, rentável. Assim, retomando o segundo eixo estratégico apontado por Pinto (1994, p. 776):

as infra-estruturas de produção e difusão das indústrias culturais se foram aproximando muito mais do modelo oligopolista de mercado, indutor de padrões de gosto estereotipado, do que do da “livre” concorrência entre entidades culturais autónomas, ter-se-á instalado de modo aparentemente irreversível, nas nossas sociedades, sobretudo entre as camadas menos dotadas de capital cultural (herdado e/ou escolar), uma poderosa engrenagem de produção de espectadores (tendencialmente passivos ou, quando muito, relutantes) de combinatórias simbólico-culturais restritas e restritivas.

Na perspetiva benjaminiana, os meios de comunicação de massas são motores essenciais à democratização cultural, como dissemos, pela proximidade aos grupos sociais não familiarizados com a cultura erudita. Porém, estes acabam por ser transformadas em mercadorias inscritas em “lógicas dominantes do ‘show’ mediático” (*ibidem*). Tal é visível a partir do caso da televisão, sendo a “modalidade extrema de apropriação individualizada das mensagens mediáticas que é o ‘zapping’, criando, como nenhum outro procedimento, a ilusão de plena igualdade de oportunidades no acesso aos bens de cultura e do lazer” (*ibidem*).

Note-se que, sensivelmente, desde de 1990, o conceito de indústrias culturais surge anexado às indústrias criativas – indústrias culturais e criativas - que surgem do

contexto do avanço tecnológico, com novas formas de comunicação entre o produto e o consumidor, ao qual se integra a economia criativa. Em particular, as indústrias criativas caracterizam-se por um conjunto de atividades geradas a partir da “criatividade individual, habilidade e talento e com potencial de criação de emprego e riqueza, através da geração e exploração da propriedade intelectual” (Fleming, 2008, p.15). São articuladas com as esferas da arte e cultura, com os sectores da tecnologia e negócios e sustentadas na inovação. Alguns dos subsectores associados são a publicidade, arquitetura, artes visuais e antiguidades, artesanato e joalheria, design, artes performativas, entre outros. Está intrínseca a união entre a cultura e a economia e o fomento da competitividade, da criação de emprego e riqueza, de reforço da cidadania, com potencialidade na coesão social e territorial dos territórios e legitimidade internacional (*ibidem*).

No que diz respeito ao plano estratégico de política cultural proposto por Pinto (1994) o terceiro vetor analítico diz respeito à operacionalização dos últimos dois princípios, num culminar de mais-valias à participação cívico-política dos cidadãos (*ibidem*) através da sustentação e intervenção do associativismo e do aumento de “estímulos culturais mobilizadores de energias comunicacionais e da participação dos cidadãos” (*ibidem*, p. 778).

Na ativação das propostas enunciadas, o poder local tem um papel fulcral que, normalmente, se reflete pela proximidade e conhecimento integral da comunidade. A par do caminho difícil percorrido pela cultura no plano nacional político, como vimos, o mesmo se sucedeu a nível local. Paulatinamente, dentro da esfera da organização, a cultura tem auferido maior autonomia na macroestrutura autárquica (Azevedo, 2004). Também, do ponto de vista programático, tal como vimos nos governos constitucionais a esse respeito, no campo das estratégias políticas, a cultura tem vindo a ganhar mais espaço (*ibidem*). Ao nível da Área Metropolitana do Porto, foi verificado na década de 1990, que “os programas políticos e os planos de actividades das autarquias enquadram princípios estratégicos de actuação e prioridades de investimento político e social que apresentam a cultura como um dos factores principais para o desenvolvimento global (*ibidem*, p. 76).

### **1.2.1. Entre a democratização cultural e a democracia cultural**

Ao longo do presente capítulo falámos de democratização cultural, processo

“sempre inacabado” (Pinto, 1994, p. 767) que, segundo o autor, deve orientar a política cultural central e local. Não obstante, segundo Lopes (2007), a democratização cultural processa-se de forma descendente e é, também, insuficiente, no sentido em que as políticas sustentadas neste pressuposto “conseguiram pouco mais do que a salvaguarda do Grande Património e, em alguns melhores casos, a proliferação de equipamentos culturais unidimensionais” (*ibidem*, p. 84). Através de estudos realizados, é evidenciada “a irrelevância do alargamento social de públicos, bem como a cristalização das hierarquias sociais e simbólicas no acesso à fruição culturais” (*ibidem*). Estas constatações convergem com o que o autor apelida de “política cultural de primeira geração” (*ibidem*, p. 94), sobre a qual refere que é impraticável que se pretenda a salvaguarda do Grande Património se os equipamentos culturais não dispõem condições para acolher os públicos. No que diz respeito às “políticas culturais de segunda geração” (*ibidem*, p.95), o autor refere que apesar do investimento público que tem sido aplicado na educação, a escolaridade superior não é suficiente pois é “condição necessária mas não suficiente para a inculcação de disposições culturais e estéticas” (*ibidem*, p. 95).

Tendo em conta o conceito apresentado *a priori* da territorialização, a democracia cultural, segundo Lopes (2007), é a “política cultural de terceira geração” (*ibidem*, p. 95) esta que:

assenta numa lógica ascendente que parte do respeito antropológico pela dignidade de todas as formas de expressão cultural, qualquer que seja a sua base (de género, de classe, de etnia...) ou grau de formalização (objectivada em “obras” ou difusa em rituais e expressões quotidianas) (*idem*, 2003, p. 6).

Este conceito está, primordialmente, ligado à questão da formação e alargamento de públicos, que parte da procura e, posteriormente, da solidificação da pluralidade dos públicos. Para o autor, é impraticável a renúncia da articulação com as instituições culturais, onde a formação de públicos será “devedora da durabilidade, sistematicidade e sustentabilidade” (*ibidem*, p. 99), onde se juntam os “regimes de familiaridade, essenciais para a transformação das práticas e a construção de novos comportamentos, isto é, de novas formas de relação com a cultura e a arte” (*ibidem*, p.100). Neste sentido, é essencial o conhecimento integral dos públicos, que deve transcender a caracterização quantitativa sociodemográfica dos intervenientes, como também, o respetivo conhecimento

etnográfico (*ibidem*). Nestes termos, para Lopes (2007, p.103), a democracia cultural deve estar sustentada em princípios de renúncia à cultura de:

critérios absolutos e essencialistas de gosto, enquanto exercício de violência simbólica; entendendo-se como direito individual e colectivo à cultura, alicerçado na missão de serviço público; acção transversal e multidimensional de formação de públicos, fortemente institucionalizados no seio de uma nova profissionalidade e cultura organizacional que requer, também, progressos assinaláveis nas metodologias de estudos públicos.

Como vimos, um princípio estratégico da política cultural diz respeito à criação e/ou manutenção de infraestruturas básicas a fim de garantir os meios necessários à criação cultural e artística (Pinto, 1994). Falamos de dotar o espaço público com equipamentos culturais, quer seja pela criação ou construção de novos espaços culturais quer seja pela preservação e conservação de equipamentos já implementados no tecido urbano e social. Neste último ponto, acrescentamos a ligação com estratégias de revitalização e requalificação da rede cultural existente no espaço urbano. O segundo eixo centra-se no cerne da formação e alargamento de públicos (*ibidem*) que “pressupõe uma reflexão sobre a heterogeneidade do público em geral” (Santos, 1994, p. 424) e, portanto, centra-se na questão de pluralismo cultural. A questão da formação de públicos pode ser, porventura, aquela que apresenta mais dificuldades, pois deverá articular-se à comunidade local, no que concerne, por exemplo, às suas características socioeconómicas como também às suas expectativas e necessidade neste campo. Neste sentido, uma mudança apontada por Azevedo (2004) a nível local, surge no que diz respeito à “diversidade de oferta cultural” (*ibidem*, p. 76), pela harmonia entre ações que abranjam a esfera da cultura erudita e das indústrias criativas como a esfera na cultura popular (*ibidem*).

### **1.3. As cidades contemporâneas: entre o local e o global, que futuro?**

As metamorfoses urbanas ganham forma através das novas, ou atualizadas, visões e programas estratégicos para o território, nos quais o eixo da atratividade é central e, como tal, é o motor para o desenvolvimento do *city marketing*. Neste sentido, o questionamento sobre as políticas urbanas - ou sobre o novo urbanismo - convida a

debater, também, as noções de sustentabilidade, de reabilitação urbana, de glocalização e de gentrificação, as quais apresentam um papel determinante nas dinâmicas das atuais cidades-espetáculo.

### **1.3.1. Sobre as transformações das cidades: o espetáculo no ADN das suas metamorfoses**

As políticas urbanas surgem com o objetivo de transformar o tecido urbano e social das cidades, e visam a melhoria do bem-estar social segundo um conjunto de medidas direcionadas à territorialização. Este último conceito diz respeito não apenas à perspetivação de uma área delimitada, “mas sobretudo [a]o modelo de ação e intervenção territorial muito focado na questão do desenvolvimento local, entendido também enquanto desenvolvimento cultural e desenvolvimento social” (Melo, 2014, p. 32).

Como forma de incorporar o local no global, incutido no plano nacional ou local, por agentes políticos, económicos, institucionais públicos e/ou privados, temos assistido à criação de novas identidades e imagens de marca das cidades. Este fenómeno pode ser designado como *city marketing*, no qual se combinam estratégias de *marketing* e políticas urbanas, de forma a figurar pontes de comunicação entre o local e transnacional, do passado das cidades e das expectativas para o futuro. As pontes de comunicação visam (ou deveriam visar) tanto a internacionalização, de pendor económico, tanto a fomentação de um modelo de gestão municipal ou estatal que promovam o bem-estar da cidade, sendo o objetivo geral do *city marketing* “afirmar uma identidade e uma imagem forte que lhes permitam alvejar consumidores específicos ou difundir uma representação mais positiva” (Peixoto, 2000, p.106).

O conceito de *city marketing* vem anexado à ideia de cidade-modelo, estas “construídas através do agir simultâneo e combinado dos governos locais, de atores hegemónicos e de agências multilaterais, que agem em escalas regional, nacional e global” (Teobaldo, 2010, p. 141), na qual “a cidade tende a ser «vendida», esquecendo-se do “pressuposto, raramente explicitado, de que vender a imagem de cidade equivale a vender a própria cidade”, e o espaço urbano ganha então contornos de mercadoria (*ibidem*). É a partir dessa noção que, segunda autora, é criado o plano de distinção entre as áreas de consumo, residencial e outras, que acarretam a valorização dos bens culturais

e características envolventes (*ibidem*). O *city marketing*, instrumento da política urbana, cria uma mercadoria – a cidade – de consumo turístico e cultural com o objetivo primordial de atrair investimento e consequente riqueza, maioritariamente privada, com a falsa ilusão de ser em prol dos cidadãos (*ibidem*).

Neste sentido, este fenómeno está imbricado numa lógica de competitividade entre cidades, esta que pode ser entendida como “a capacidade de unidades económicas simples (empresas) ou complexas (sectores, territórios, países) manterem ou aumentarem de forma sustentada as suas quotas, em valor, nos mercados globais” (Silva, 2005, p.8). Podemos, ainda, formar uma equação entre a atratividade e as unidades económicas simples, isto é, as cidades que competem entre si através da criação de medidas que potenciem a atratividade para as empresas e integração evolutiva no mercado global. A cidade é, assim, apresentada como palco de investimentos internacionais que tornará as paisagens antigas em paisagens urbanas iguais em vários pontos do planeta, “desconsiderando a localização” (Teobaldo, 2010, p.140). Nestes termos, o plano será pensar a cidade e os seus espaços degradados, com grande potencial de valorização cultural e económica, “formando novos complexos de consumo” (Teobaldo, 2010, p.140), à qual se seguirá a inflação e especulação imobiliária: passa a ser um “produto de consumo e espetáculo (...) banalizado a essência do imóvel”. (Teobaldo, 2010, p.143).

Concomitantemente, a criação da *European Council of Competitiveness*, posteriormente chamado de “Estratégia de Lisboa”<sup>2</sup>, pela Comissão Europeia, tem desempenhado, desde os anos 90, um papel de relevo nas agendas nacionais e locais, pelo que a expansão de um conjunto de estratégias de fomento à economia dos países é fulcral no cerne do crescimento “das regiões e das cidades como espaços-chave para a organização e a governância da criação de riqueza e dos factores-chave da competitividade” (Silva, 2005, p.5).

Neste processo de competitividade e promoção urbana, a revitalização urbana ocupa um lugar determinante, cujo discurso deverá procurar juntar as dinâmicas de desenvolvimento social e cultural e, consequentemente, de desenvolvimento urbanístico. É um conceito englobante de estratégias, e fomenta a promoção de um processo inclusivo e integrador, sustentado em programas urbanísticos bem delineados (Moura et al., 2006).

---

<sup>2</sup> A estratégia de Lisboa, aprovada em 2000, era um plano de desenvolvimento estratégico e tinha como objetivos o aumento da produtividade e competitividade da economia europeia com a pretensão de tornar a economia mais dinâmica e competitiva do mundo.



Nela se inclui outros conceitos urbanísticos determinantes para compreender a diversidade de transformações na cidade, como a renovação urbana, pautada pela demolição e substituição do edificado, onde se pressupõe a mudança morfológica e funcional do lugar anterior; a requalificação urbana é um processo que visa a “a melhoria das condições de vida das populações, promovendo a construção e recuperação de equipamentos e infra-estruturas e a valorização do espaço público com medidas de dinamização social e económica” (*ibidem*, p. 20); e, por fim, a reabilitação urbana urge da recuperação e conservação do edificado urbano e procura a readaptação do tecido social e urbano às novas exigências contemporâneas. López (2005) apresenta eixos de orientação às políticas de reabilitação urbana, partilhados pelas intervenções urbanas anteriores, estes que devem ter em consideração a integridade da intervenção abrangendo, simultaneamente, o tecido arquitetónico-urbano e as esferas sociais, culturais e económicas; a permanência habitacional dos moradores, sugerindo meios atrativos de cariz residencial, comercial, e cultural a novos públicos e deve articular a pluralidade entre grupos sociais e funções; como, também, unir os desenhos arquitetónicos e topografias urbanas que respeitem e reconstruam a identidade do lugar.

Por conseguinte, estes eixos de orientação sugerem que reabilitar o edificado comporta uma dimensão ecológica, que surge como alternativa ao crescimento ilimitado das cidades e de direito à centralidade urbana. A questão fundamental será, então, como é que este processo é feito sendo, portanto, uma questão evidentemente política, visto que o despotismo praticado, *lato sensu*, colide com aquelas que deveriam ser políticas democráticas de proteção do cidadão-residente.

No encadeamento do raciocínio de López (2005), a reabilitação de urbana deve ser conciliada em zonas da cidade que necessitem de intervenção de cariz urbano e social, isto é, zonas particularmente segregadas e, segundo o autor, deverá ser acompanhada por políticas sociais. Consequentemente, de forma a atingir os pressupostos evidenciados para o sucesso da reabilitação urbana, os intervenientes devem ter um papel ativo de intervenção, de forma responsável, no âmbito das políticas urbanas, com a missão de conduzirem a reabilitação urbana de acordo, também, com as suas funções. Por outro lado, os utilizadores dos espaços reabilitados serão, de facto, os verdadeiros medidores de concretização da missão da intervenção e, por isso, “a cultura urbanística precisa de um amplo esforço de pedagogia e transparência para garantir o reconhecimento cidadão

com a sua cidade e sua implicação ativa” (*ibidem*, p.174). Será então necessário, por parte das entidades responsáveis pelas políticas urbanas, encaminhar a informação “completa, plural e acessível” (López, 2005, p.174) a todos os cidadãos.

Contudo, e tal como observa López (2005), existem fatores externos, de cariz maioritariamente económico, que colocam em questão a viabilidade e utilidade das políticas de reabilitação urbana, nomeadamente: a “terciarização ou especialização da área urbana em atividades exclusivamente de ócio, restauração e hotelaria, comerciais, serviços administrativos ou financeiros” (*ibidem*, p.171); a musealização do tecido urbano e edificado que alteram ou impedem a continuação das práticas culturais vigentes; a privatização de espaços e recursos públicos por parte de “entidades financeiras que adquirem grande parte do património edificado para estabelecer as suas sedes” (*ibidem*); a gentrificação, fenómeno de transformação social e urbanística na qual, *lato sensu*, grupos com maior capital económico compram os edifícios no centro histórico, conduzindo à inflação dos preços dos imóveis e, conseqüentemente, de todos os serviços existentes. Tais dinâmicas levam à deslocação e exclusão dos residentes com menos recursos económicos, estas financiadas por parcerias público-privadas que, para além das conseqüências descritas, fomentam a “eliminação dos aspetos culturais locais” (Teobaldo, 2010, p.140), e a “colonização ou globalização industrial, mercantil e eletrónica dessas culturas” (*ibidem*), no qual os *media* têm um papel preponderante na promoção e valorização do local para futuros investimentos (*ibidem*). Por último, López (2005) aponta para a questão da renovação urbana, como dissemos, pressupõe a demolição e substituição do edificado - alterando, à partida, a morfologia e função do lugar – podendo estar presente o equívoco de ser considerada reabilitação urbana.

Assim, um valor importante subjacente à reabilitação é a sustentabilidade do próprio processo, e que deve englobar “as expectativas dos cidadãos em termos de aumento do bem-estar (...) que inclui, entre outras, o aumento dos níveis de rendimento, a redução das desigualdades e a igualdade de oportunidades e a sustentabilidade ambiental” (*ibidem*).

Sob uma outra perspetiva, ainda que não distante da anterior, no cerne das alterações estruturais que as cidades e os espaços sofrem, Teobaldo (2010) fala-nos de um “novo urbanismo” enquanto conseqüência das mudanças da globalização, no qual a produção do espaço urbano é diretamente moldado na formulação de políticas urbanas –

a cidade-espetáculo. A “espectacularização das cidades” (*ibidem*) nasce a partir do planejamento urbano estratégico, no qual as cidades tornam-se cada vez mais semelhantes desrespeitando, assim, todas as características do local – unicidade e identidade –, levando à estandardização urbana. Esta dinâmica parece ser reflexo da estética pós-moderna, em que as paisagens urbanas sofrem uma uniformização, fragmentação, efemeridade e ecletismo, visível, por exemplo, na arquitetura pós-moderna em que se revela usual na criação de paisagens urbanas semelhantes entre si (*ibidem*).

O interface entre o local e o global, aquilo a que se denomina glocalização<sup>3</sup>, potenciou a homogeneização cultural e, por consequência e meio que paradoxalmente, a autenticidade e unicidade das cidades são fatores simbólicos procurados nos planos estratégicos da criação de marca das cidades para que estas se destaquem no mercado global. Aspeto este que nos transporta para o campo dos afetos e sentimentos, onde as imagens ganham mais valor e credibilidade do que a palavra, visto que são consumo e, tudo o que as incorpora - representações, expressões, conhecimentos e aptidões culturais e sociais - são enfatizados na promoção da cidade. Neste exercício, os centros ocupam um lugar importante e vivem do duplo sentido: lugar de consumo e consumo do lugar (Lefebvre, 2012), onde a cidade, principalmente os centros históricos, são consumidos devido às qualidades estéticas e densidade histórica e tornam-se, também, eles próprios símbolos desse consumo. Tal como nos diz Lefebvre (2012), “assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão aos espaços oferecidos para atividades específicas” (*ibidem*, p.20). Também Carlos Fortuna (1995) analisa-os como lugares duais, quer pelo alargamento dos seus limites geográficos e espaciais, quer pela importância crescente da atribuição simbólica e fatores estéticos. Defende que o ato de consumo na e da cidade, tangível e intangível, “tende a tornar obsoletas as barreiras culturais à luz das quais se tinham edificado as segmentações sociais que a cidade enunciava” (*ibidem*, p.6) pela oferta cultural a um maior número de públicos quer pela intensidade, sendo “este adensamento e intensificação social a que os centros estão sujeitos contribuem para um processo de desdiferenciação social, em que todos se avaliam como próximos, senão iguais, um

---

<sup>3</sup> O nosso entendimento de glocalização aproxima-se da conceção de Courchene (1999), na medida em que o neoliberalismo está no cerne da mesma. Assim, a sua crítica é útil a este trabalho uma vez que nos ajuda a compreender a preponderância da economia, mais especificamente dos tratados económicos, para a reformulação das dinâmicas das cidades que, por sua vez, passam a ser orientadas pela competitividade.

processo que, por certo, é mais ilusório do que real” (*ibidem*).

A reabilitação dos centros históricos condensa vontades dissidentes, originando a perda de identidade dos lugares a favor da ambiguidade e da hibridação, como quando a sua vocação é dirigida quase exclusivamente ao turismo.

### **1.3.2. A cidade criativa e a apropriação dos espaços industriais**

A autenticidade e unicidade das cidades intrínsecas, em larga medida, às bagagens simbólicas e históricas, podem conter em si uma problemática que, paulatinamente, passam a ser questionadas nas cidades onde os efeitos da globalização e competitividade mais se sentem, como é o caso onde a gentrificação e os seus efeitos associados são mais expressivos. Quando as cidades e os seus espaços revitalizados passam a ser negociados, geram-se “processos de intervenção urbana que provocam profundas transformações na configuração espacial das áreas remodeladas” (Teobaldo, 2010, p.138).

Neste sentido, a animação cultural funciona como ferramenta para a transformação do espaço urbano “em novas centralidades como objetivo do plano estratégico” (Teobaldo, 2010, p. 139) de apoderamento dos novos desafios impostos pela globalização. Caso disso, é o lugar ocupado pelas indústrias culturais e criativas no plano global, através da criação de cidades criativas, têm como principal recurso o indivíduo e a sua criatividade como motor de desenvolvimento económico e cultural. Aliadas à economia criativa, as cidades devem ser lugares de estímulo e fomento à criatividade sendo, também, “um factor fundamental para o desenvolvimento urbano, com um forte impacto no crescimento pessoal, na identidade e na imagem local e, finalmente, na qualidade de vida e no bem-estar da comunidade” (Fleming, 2008, p. 26), importantes para a produção cultural e criativa. Segundo a definição de Fleming (2008), as cidades criativas complementam “a realidade criativa de uma região na criação dos seus espaços (nas intervenções sobre o espaço público, no desenho urbano, na reabilitação urbana) numa óptica de planeamento contemporâneo pode providenciar as bases para a visão de uma nova cidade” (p. 26). Estão sustentadas na criatividade, na diversidade cultural e identidade local e, também, nos espaços urbanos revitalizados. Por último, a ebulição da criatividade, no meio urbano, pode ser importante para intensificar a economia criativa “a qual é muitas vezes o principal motor de renovação urbana do centro das cidades”

(*ibidem*, p. 27), processo que, geralmente, se expande às zonas periféricas e, segundo Fleming (2008) atinge, nomeadamente, as “antigas zonas industriais, que são revitalizadas pela presença e ocupação de novos talentos” (p.27), como é o caso das pretensões de reabilitação e requalificação do antigo Matadouro Industrial do Porto.

Como dissemos, perante os novos desafios da globalização, os fios condutores para a atratividade e desenvolvimento económico surgem, também, das intervenções urbanísticas, em particular, através da requalificação, renovação e reabilitação do património industrial das cidades. De forma a criar novas centralidades, assiste-se à intervenção no edificado industrial - vestígios do passado das cidades, grosso modo, do século XIX e da primeira metade do século XX, intervalo correspondente à Revolução Industrial. São chamados de *brownfield* caracterizados, “sobretudo, [pelas] largas parcelas de terreno (edificado ou vazio) outrora ocupados por actividades e infraestruturas relacionadas com a presença da actividade industrial nas cidades” (Domingues, 2003, p. 124).

No caso português, a industrialização foi vivida tardiamente e com menos intensidade do que noutros países europeus. Revelou, porém, “novas formas de ocupação e vivências do território, seja nos micro-territórios urbanos existentes, seja em regiões, macro-territórios, onde a transformação industrial imprimiu marcas mais extensas e difusas” (Domingues, 2003, p. 123). Este tipo de património foi, segundo Álvaro Domingues (2003) tardiamente apontado como património industrial, este que comporta bens tangíveis e intangíveis, transcendendo a estrutura física arquitetónica. A demorada atribuição destes espaços como património – fábricas, armazéns, alfândegas, estações de caminhos-de-ferro, etc. – conduziu a um imaginário perdido, com sinais de decadência e de degradação. Como vimos, constitui parte de um passado e ao recuperá-lo, é possível reconstruir uma ponte entre a identidade e memória das cidades e a comunidade (Kenneth Hudson, 1990).

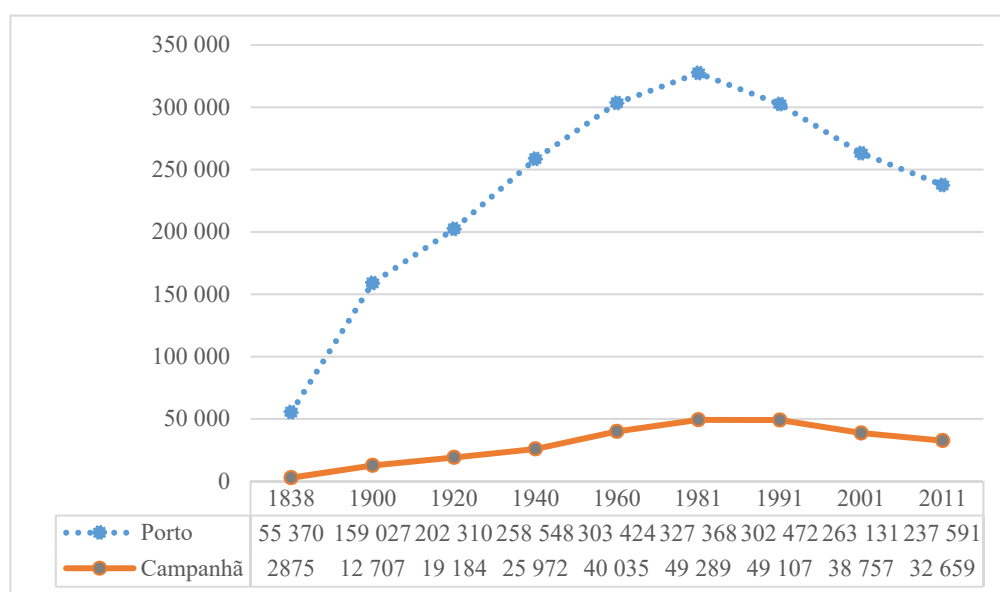
## Capítulo 2. Conhecer para intervir

O presente capítulo foca-se na realidade da freguesia de Campanhã, comparando-a com outras freguesias da cidade do Porto, e pretende abordar as principais mudanças demográficas ali ocorridas, pelo que apresenta, de igual modo, um esboço de âmbito quantitativo do retrato da população portuense. Neste sentido, o enquadramento sociodemográfico é corroborado com as considerações relativas às metamorfoses urbanísticas e sociais da cidade e da freguesia em questão, sendo o edificado do antigo Matadouro, bem como as diretrizes de projetos municipais para a área envolvente e para o espaço, alvo de maior atenção.

### 2.1. Breve enquadramento sociodemográfico do Porto

A cidade do Porto revela uma forte diferenciação interna no que respeita aos valores sociodemográficos revelando-se, naturalmente, na paisagem social e urbana. No que diz respeito à dinâmica demográfica dividimo-la, genericamente, em dois eixos cronológicos diferenciados.

**Figura n.º 1** - Evolução demográfica da cidade do Porto e da freguesia de Campanhã entre 1838 e 2011 (n.º)



Fonte: Meireles, M; Rodrigues A.(1991); INE

Ao observar a figura n.º 1, compreendemos que o primeiro eixo corresponde ao intervalo entre 1838 e 1981, onde se verificam valores positivos de crescimento da população residente, tendo sido o aumento populacional, embora que com ritmos diferenciados, na ordem dos 272 mil residentes. Em sentido inverso, o segundo eixo, que compreende as datas entre 1981 e 2011, é caracterizado por um acentuado declínio populacional de aproximadamente 90 mil indivíduos, fenómeno este que pode ser explicado, em grande parte, pela descentralização habitacional em concelhos limítrofes (INE, 2011). Neste último intervalo as perdas relativas foram sentidas, maioritariamente, nas freguesias localizadas no Centro Histórico portuense como Miragaia, Santo Ildefonso, São Nicolau, Sé e Vitória. Por outro lado, se analisarmos os valores absolutos compreendemos que as freguesias de Campanhã, Cedofeita, Bonfim e Santo Ildefonso foram as principais afetadas, verificando-se uma perda total a rondar os 57 mil indivíduos (Direção Municipal de Urbanismo [DMU], 2014). Sob uma outra perspetiva interessa, ainda, destacar o abrandamento do declínio demográfico no último período intercensitário. Entre 2001 e 2011, a cidade perdeu 25.540 indivíduos e, no intervalo anterior, entre 1991 e 2001, a perda é de 39.341 indivíduos, sendo este o período de maior declínio demográfico do século XX.

A regressão populacional tem uma influência direta sobre a densidade populacional sendo, como dito anteriormente, as freguesias do Centro Histórico as mais afetadas, embora continuem a ser as freguesias com densidades mais elevadas (DMU, 2014). Os níveis mais elevados de densidade populacional ocupam áreas de menor dimensão justificadas por situações de apropriação do solo, por topologias construídas em altura ou em banda (*ibidem*), tal como acontece em Campanhã ao longo dos seus treze bairros sociais. Relativamente às densidades mínimas, estas abrangem as zonas mais periféricas do concelho e estão concentradas em secções que correspondem, maioritariamente, às áreas de grandes equipamentos como as áreas empresariais e industriais ativas ou desativas (*ibidem*).

No caso particular de Campanhã, observável na figura n.º 1, o crescimento demográfico da freguesia pode, da mesma forma, ser analisado a partir de dois eixos de crescimento distintos, tal como vimos anteriormente em relação à cidade do Porto. O primeiro intervalo, igualmente compreendido entre 1838 e 1981, é também pautado pelo crescimento populacional, efeito da industrialização e do êxodo rural. Entre 1940 e 1960,

período de maior crescimento, Campanhã recebeu cerca de 14 mil indivíduos e, em contrapartida, o intervalo de maior perda de residentes, é compreendido entre 1991 e 2001, com a diminuição de cerca de 10 mil indivíduos. No que diz respeito ao último período intercensitário, entre 2001 e 2011, a freguesia perdeu cerca de 6 mil residentes.

Segundo o recenseamento demográfico respeitante ao período de 2001 a 2011, os fatores influenciadores da evolução demográfica regressiva podem ser entendidos através do “saldo migratório” e do “saldo natural” (*ibidem*, p. 10). No que diz respeito ao “saldo migratório”, o fluxo de saída e entrada de residentes é negativo (-6,8%), porém revela um abrandamento quando comparado com a década de 1990 (*ibidem*). Entre 2001 e 2011, o “saldo natural” mantém a tendência de evolução negativa (na década de 2000, registaram-se 21.142 nascimentos e 29.690 óbitos, correspondendo a -8548 residentes) atingindo os -3,4% (*ibidem*, p.10). Entre 2001 e 2011, todas as freguesias perderam residentes jovens na ordem dos 18% (-6200 indivíduos), sendo Campanhã e Paranhos as freguesias que totalizam cerca de 46% das perdas de residentes jovens na última década (-2864 indivíduos) embora, por outro lado, concentrem mais de 1/3 dos jovens em 2011 (36%) (*ibidem*). Assim, tal como aconteceu nos três últimos intervalos censitários, a última década é pautada pela tendência do duplo processo de envelhecimento demográfico, junção dos efeitos da diminuição dos jovens, entre os 0 e os 14 anos, com o aumento de residentes, com idade igual ou superior a 65 anos (*ibidem*) - o aumento de indivíduos com 65 anos (3,6% do total da população), e de idosos com mais de 75 anos (23,3% dos residentes), sendo as freguesias do Centro Histórico as mais afetadas (*ibidem*).

Importa, ainda, referir a capacidade de atrair população para a cidade, no último período intercensitário, que se traduz num aumento do nível de atratividade visto que 7,7% da população em 2011 não vivia na cidade em 1995 e, em 2011, 8,8% dos residentes não viviam no Porto em 2005 (*ibidem*, p.13). Os novos residentes representam 21 mil indivíduos, dos quais 81% provêm de outros municípios e 19% são de nacionalidade estrangeira (*ibidem*, p.14). Em 2011, Santo Ildefonso foi a freguesia mais favorecida neste ponto (16%), contrariamente a São Nicolau (5,1%) e a Campanhã (6,3%) (*ibidem*).

### **2.1.1 Retrato da população**

De modo a melhor se atingir os propósitos desta dissertação interessa



compreender com mais detalhe as dinâmicas sociais, urbanísticas e culturais da cidade - em particular de Campanhã -, cujo exercício partirá de um breve retrato populacional da cidade, tendo em consideração os indicadores mais preciosos para o nosso estudo.

Segundo os dados relativos ao Censos de 2011 (DMU, 2014) sobre a “população empregada por ramo de atividade”, verificamos os valores pouco significativos do “setor primário” na cidade (0,3%), sendo as freguesias ocidentais (Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) as mais representativas deste setor, com 0,5% (*ibidem*, p.67). Já o “setor secundário”, com 14,3% de população empregada no concelho, está maioritariamente presente nas freguesias de Campanhã (17,9%) e Sé (16,9%) e, por sua vez, as freguesias do CH, em particular, Cedofeita (11,7%) e Vitória (11,8%) apresentam valores mais baixos (*ibidem*). Por sua vez, o “setor terciário”, maioritário na cidade (85,4%), tem maior expressividade na união de freguesias do centro histórico (87,6%), ao contrário de Campanhã (81,9%) (*ibidem*).

Relativamente aos “residentes segundo os níveis de escolaridade completa”, observamos valores mais elevados para níveis opostos - no “1º ciclo” (23,3%) e no “ensino superior” (22,3%) -, onde São Nicolau tem mais residentes com o “1º ciclo” completo (38%) e Nevogilde com 8% da população com o mesmo nível de escolaridade (*ibidem*, p.68). No nível oposto, São Nicolau (5,6%), Sé (7,3%) e Campanhã (8,8%) detêm menos indivíduos com o “ensino superior completo”, e as freguesias ocidentais (Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde) têm os valores mais elevados (31,9% no total) (*ibidem*). É relevante, ainda, acrescentar que 16,9% da população residente em Campanhã apresenta “nenhum nível de escolaridade”, percentagem essa não muito desfasada da média portuense que é de 13,7% (*ibidem*).

No que concerne aos “residentes com 15 ou mais anos segundo a condição perante a atividade económica”, observamos que 42,3% da população está “empregada”, 30,4% é “reformada, aposentada ou na reserva”, 9% são “desempregados”, 7,6% são “estudantes”, 3,3% “domésticos”, 1,5% “incapacitados permanentes” e 5,9% “outros casos” (*ibidem*, p. 68). Neste ponto, observamos que Campanhã concentra menos residentes “empregados” (36%) e, consequentemente, o maior número de “desempregados” (11,5%) de todo o território concelhio (*ibidem*). Sequencialmente, Campanhã é a freguesia com maior número de residentes a receber “subsídio de desemprego” (4,4%), “rendimento social de inserção” (7,9%), “outro subsídio

temporário” (0,6%) e “apoio social” (0,7%) como “principal meio de vida” (*ibidem*, p.70). Sobre a “atividade económica”, a percentagem de população “estudante” é mais significativa na UF de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde (9,6%) e menos significativa na UF do Centro Histórico (6,4%) (*ibidem*). Os residentes “domésticos” estão, também, em maior percentagem nas freguesias ocidentais (4,2%), porém, os valores são similares em todas as freguesias (*ibidem*). O Bonfim é a freguesia com maior número de residentes “reformados, aposentados ou na reserva” (34,7%), seguida pela UF do Centro Histórico (33,2%) e Campanhã (32,5%) (*ibidem*). Sobre o indicador “residentes incapacitados permanentes para o trabalho”, Campanhã segue à frente com 2%, sendo este um valor semelhante em todo concelho (*ibidem*).

No que diz respeito à “população empregada por grandes grupos profissionais”, os grupos predominantes na cidade são os “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (30,3%) e o de “pessoal dos serviços e vendedores” (18,4%). Por sua vez, os “membros das forças armadas” (0,2%) e “agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas” (0,2%) representam valores pouco significativos (*ibidem*, p.71). No caso particular de Campanhã, os indicadores com valores concentrados abaixo da média portuense são referentes aos “quadros superiores de administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresas” (5,8%), “técnicos e profissionais de nível intermédio” (10%) e “pessoal administrativo e similares” (9,9%) (*ibidem*) e, por último, destacamos o grupo profissional dos “especialistas das profissões intelectuais e científicas” (13,9%), bastante abaixo da média, sendo seguida pelo Bonfim (29,6%) (*ibidem*). Por sua vez, os indicadores com valores acima da média portuense são relativos aos grupos de “pessoal dos serviços e vendedores”, “operários, artífices e trabalhadores similares” (11,9%) e “trabalhadores não qualificados” (17,4%) (*ibidem*).

### **2.1.2. Enquadramento histórico e urbanístico do Porto e Campanhã**

A freguesia de Campanhã localiza-se no extremo oriental do concelho do Porto – este situado Região Norte de Portugal (NUT II) - delimitada a sul pelo rio Douro, a este e a nordeste pelo município de Gondomar e a oeste intersecta as freguesias do Bonfim e Paranhos. É atravessada por dois rios afluentes - o Tinto e o Torto -, como também pela linha de caminho-de-ferro do Norte e Minho, que desenha os seus limites a norte. Ocupa

a área de 8,13 km<sup>2</sup> - cerca de um quinto da área total do concelho<sup>4</sup> -, sendo a maior freguesia da cidade, atualmente, conta com 32.659 residentes (INE, 2011).

Como vimos, tanto a cidade como a freguesia sofreram, até 1981, um crescimento demográfico exponencial que, no caso de Campanhã traduz-se, aproximadamente, em 46 mil novos residentes. Segundo Jorge Ricardo Pinto (2007), a razão da fixação da população nesta freguesia deveu-se, maioritariamente, às condições geomorfológicas do território, como a qualidade dos solos e a proximidade aos rios. As particularidades do terreno conduziram à produção de matérias-primas, como o linho e, posteriormente, o algodão, e a junção de outras condições naturais, estimularam o desenvolvimento do sector primário de grande impacto na economia local, sendo esta a principal atividade até finais do século XIX. Apesar das características animadoras, no início do século XVII a área da freguesia era o local concelhio menos povoado, com cerca de 657 pessoas (3,5% do total da população portuense) e, no final do século XVIII, a população campanhense era composta por 3184 pessoas (5,1% do total) (*ibidem*). Neste último período, os primeiros sinais de atratividade da freguesia surgem com a construção de palacetes e quintas de nobres e burgueses, encantados pelas vistas desafogadas e densas em arborização, como a Quinta da China e o Palácio do Freixo (*ibidem*).

Assim, o crescimento demográfico e desenvolvimento económico de Campanhã deve-se, essencialmente, à expansão além muralhas da cidade. A vasta área livre de construções e com condições para tal é o fator primordial na explicação da implementação do edificado e estruturas industriais. Foi uma fase pautada por tensões e conflitos na ocupação dos solos pois, como salientámos, o setor primário era a atividade principal. Porém, com o crescimento da industrialização surgem novas topografias, com o rompimento de novas vias e ruas que aumentam o fluxo entre pessoas e mercadorias, como também, possibilitam a comunicação entre as cidades e as freguesias limítrofes. A impetuosa transformação urbanística resultou numa expansão dual, ora organizada entre o urbano/comercial - como a Rua de Pinto Bessa e Rua do Bonfim-, ora organizada entre o rural/agrícola - como as ruas de Montebello e São Roque da Lameira. Também as construções da linha ferroviária e da Estação Ferroviária de Campanhã, em 1877, proporcionaram maior fluxo de pessoas, maioritariamente trabalhadores, e indústrias que, devido à proximidade, usufruíram da nova infraestrutura, pautando um novo e acelerado

---

<sup>4</sup> O total do território concelhio corresponde a 41,4 km<sup>2</sup>.

ritmo à urbe.

Consequência da chegada de indivíduos que, em maioria, fugiam dos efeitos da crise rural ambicionando melhores condições de vida e de trabalho, é a questão da precariedade habitacional que, ainda hoje, se vive na freguesia predominantemente sob forma de ilhas e de bairros sociais. As ilhas são tipologias características do período industrial portuense, pensadas e construídas para alojar os recém-chegados. Estes, pela escassez de recursos monetários, ficam à mercê da pequena e alta burguesia que, por sua vez, procuram investir o capital devido à:

procura assegurada deste tipo de alojamento, uma vez que funcionava como o tipo de habitação dominante na absorção da expansão demográfica. Mais tarde, as ilhas tornam-se objeto da atividade especulativa de largos sectores da classe média, particularmente os ricos comerciantes e os emigrantes retornados do Brasil, o que conduziu à construção de ilhas muito maiores (Matos, 1994, p. 679)

Segundo Virgílio Pereira (2003), estes núcleos habitacionais apresentavam graves problemas no que diz respeito à segurança da construção e à insalubridade, acerbada na ausência de saneamento, de canalização de água e de recolha de lixo. A imprevista regulamentação da CMP para as ilhas, que apenas legislava “as construções junto às fachadas das ruas elidindo da sua vista e preocupação tudo aquilo que fosse construído nas traseiras” (*ibidem*, p. 141), possibilitou o “crescimento para dentro” (*ibidem*). Nesta realidade escondida, longe do olhar camarário:

pagavam-se rendas sempre demasiado caras para os salários auferidos (cerca de 10% do rendimento que se acrescentava aos 80% gastos no pão) e, por força de um inexistente sistema de saneamento e muito más condições de vida, fundamentalmente ficava-se doente e muitas vezes morria-se (*ibidem*).

Eram condições afáveis para a propagação de doenças infectocontagiosas como peste bubónica (1899) ou a tuberculose, causa de morte de 13% da população portuense em 1900<sup>5</sup>:

apesar dos valores excessivamente elevados da taxa de mortalidade a população da cidade continua

---

<sup>5</sup> Álvaro Cândido Furtado de Antas, 1902, p. 66 citado em Matos, 1994.

a crescer – e intensamente –, o que só se explica pelo enorme poder de atracção que a cidade detinha sobre o seu hinterland, fazendo disparar o saldo migratório. Se a cidade oferecia a esperança de emprego, deve notar-se que o mundo rural nortenho vivia uma situação de intensa crise, derivada de profundas transformações económicas e administrativas que lhe haviam sido incutidas (Pinto, 2007, pp. 100-101).

Sobre este assunto, a legislação viria a mudar no início do século XX, sendo obrigatório o “acompanhamento camarário para construções efetuadas para além dos cinco metros que distavam da rua e a proibição da construção de ilhas – construções que continuariam a efetuar-se, sendo, a partir desta altura, considerações ilegais” (Pereira, 2003, p.142). Os bairros operários do Monte Pedral, do Bonfim (Antas) e em Lordelo, são as primeiras alternativas construtivas, concretizadas entre 1901 e 1904 pelo jornal “o comércio do Porto” com o apoio da CMP. Além de alojar residentes das ilhas em habitações condignas, fomentaram a posse do imóvel mediante o pagamento de uma anuidade<sup>6</sup>. Foram, também, construídas quatro colónias operárias em 1917, e foi inaugurado o primeiro bairro social - o Bairro de Sidónio Pais em 1918 (atual Bairro Social da Arrábida).

Porém, a vigência do Estado Novo esmorece o trabalho realizado até então, e revela “velhas lógicas repressivas no modo de encarar as classes laboriosas, nesta fase, sistematicamente entendidas como perigosas” (*ibidem*). O problema das ilhas continua a ser uma realidade da malha social e urbana - em 1939, 20% da população portuense habitava em ilhas (*ibidem*). Como tal, é criado o programa das casas económicas, plano pertencente às políticas habitacionais até aos anos 50, este foi pautado pela diferenciação social demarcada nas diferentes categorias das casas económicas disponibilizadas. Estas tipologias possibilitaram a sistematização da hierarquização e segregação social no tecido urbano. Segundo Pereira (2003, pp. 143-144):

a generalidade destes bairros foi construída com materiais pobres, com prazo de validade (para depois se equacionar a respectiva demolição em função de eventuais necessidades urbanísticas),

---

<sup>6</sup> Segundo o inquérito feito pelas associações de classe sobre a situação do operariado publicado no Boletim do Trabalho Industrial, n.º49, de 1910, apesar de terem sido criados para os operários, a possibilidade de os moradores tornarem-se proprietários nunca aconteceu: “apenas existem no Porto os denominados 'bairros operários' instituídos pelo jornal O Comércio do Porto, os quais nada aproveitam aos tecelões, visto que tais edificações apenas são alugadas a empregados, públicos ou particulares, manipuladores de tabaco e indivíduos de qualquer classe bem remunerados” (Gros, 1982, pp. 65-66 citada em Matos, 1994, p. 685).

integrados no quadro de políticas urbanísticas com um profundo impacto social em termos de segregação (ampliação de efeitos hierarquizadores) e não se negligenciando a capacidade disciplinadora do acesso à habitação e as respectivas funções de controle social mobilizadas pelo regime político.

Entre 1935 e 1950, foram construídos nove bairros de casas económicas localizados nas freguesias de Campanhã, Lordelo do Ouro, Paranhos e Ramalde, num total de 1662 habitações. Com a evolução da economia portuguesa na década de 1950, o governo aciona os planos de fomento a nível nacional, com mais incidência em Lisboa e no Porto, do qual resultou o plano de melhoramentos da cidade, propondo a eliminação das ilhas e a construção de 6000 fogos nas zonas periféricas da cidade, financiado pela CMP e pelo Estado. Segundo Matos (1994) este plano foi:

fundamental na estruturação do espaço citadino, ao introduzir uma nova forma urbana, o empreendimento, a qual irá expandir-se a partir dessa altura não só na cidade, mas também nos concelhos periféricos, e que progressivamente ganhará força, substituindo, em parte, as anteriores formas urbanas, a rua e as ilhas (p. 694).

Na perspectiva contrária, Pereira (2003) considera que estes planos conduziram à “problemática de habitação complexa que a faz oscilar entre o peso da habitação antiga, frequentemente degradada e ainda em ilhas, e o peso crescente da habitação social, com o tempo cada vez mais degradada, geograficamente isolada e segregada” (*ibidem*, p.144). As ilhas e os conjuntos de habitação social que, ainda hoje se configuram na cidade, são marcas da miséria e ostracização social, vértices de políticas urbanas e sociais de algum modo excludentes. Atualmente, existem 48 bairros de habitação social, nos quais residem cerca de 29 mil pessoas, sendo Campanhã a freguesia com mais bairros sociais (treze no total) e, conseqüentemente, com mais fogos (3667 fogos) e residentes (8541 indivíduos), seguida de Paranhos (6397 residentes). No que diz respeito à habitação em ilhas, as estimativas apontam para 10.370 habitantes na cidade, sendo Campanhã a freguesia com maior população a residir nestes núcleos habitacionais, cerca de 2785 residentes (Vázquez & Conceição, 2015).

## **2.2. Intervenções em Campanhã - entre a renovação e a requalificação urbana**

Ao longo do presente capítulo, analisámos algumas questões que considerámos pertinentes, no que concerne às mudanças urbanísticas e sociais, de forma a compreender as dinâmicas atuais de Campanhã. Neste sentido, tendo em conta o objeto de estudo da investigação e sua área envolvente, calculámos que seria essencial fazer um breve apanhado das duas estratégias municipais que incidem sobre a freguesia. À luz da demanda da renovação e requalificação urbana, fazemos um percurso até ao edifício do antigo Matadouro Industrial e, por fim, à exposição do plano municipal para o espaço.

### **2.2.1. Plano de Pormenor das Antas: um plano inacabado**

Aprovado em 2002, o PPA é um projeto municipal caracterizado pelo desenvolvimento de propostas de ordenamento urbanístico, com vista à organização espacial da área específica delimitada (a norte pelo bairro Contumil, a sul pela rua São Roque da Lameira, a nascente pela via-férrea e a poente pela Avenida de Fernão de Magalhães), tendo em conta as prioridades do Plano Diretor Municipal (PDM).

No âmbito do PPA, nasceram a estação de metro Estádio do Dragão, o Estádio do Dragão, a Alameda das Antas, o hotel AC Porto, o centro comercial e habitações plurifamiliares. Chamada de “nova cidade das Antas”<sup>7</sup>, o programa privilegiou a fixação de residentes e atracção de visitantes de grupos sociais com maior poder de compra, colidindo com a realidade socioeconómica da área envolvente. Porém, o plano não foi executado na totalidade faltando, entre outras construções, um pavilhão multiusos para o espaço do antigo Matadouro e um viaduto sobre a VCI que circundaria esse novo pavilhão e comunicaria com a Praça da Corujeira.

A última alteração ao PPA, realizada em 2014, lança as primeiras pistas do projeto para o antigo Matadouro Industrial, sendo que propõe a:

ocupação, o uso e a transformação do solo na área delimitada anteriormente, através da criação de uma área empresarial que articule, integre e valorize a área envolvente, a realocação de grandes

---

<sup>7</sup> Este termo é utilizado em alguns meios de comunicação, como é o caso da notícia “Nova cidade das antas apenas com oito pisos”, publicada pelo jornal Público a 18 de janeiro de 2000. Disponível em: <https://www.publico.pt/local-porto/jornal/nova-cidade-das-antas- apenas-com-oito-pisos-138813>.

equipamentos desportivos, a redução dos impactes da via de cintura interna sobre a área de intervenção do Plano<sup>8</sup>.

Simultaneamente, nesta mesma alteração ao plano surge, também, a nova classificação ao terreno do Matadouro, este que passa de “área de equipamento existente” para “área de urbanização especial”, sendo o motivo de aumento e diversificar as possibilidades de intervenção, garantindo a sua preservação.

### **2.2.2. Área de Reabilitação Urbana de Campanhã – Estação: um plano em curso**

O plano municipal ARU de Campanhã – Estação de 2015 segue a estratégia de intervenção urbanística pela requalificação e revitalização do tecido urbano da zona oriental da cidade, com vista ao futuro de coesão social, transformação económica e desenvolvimento local do Bonfim, abrangendo 14% da área total, e de Campanhã, 9% do território, estando previsto um investimento de 75 milhões de euros até 2027.

Na figuração espacial do território contemplada pelo plano da ARU de Campanhã – Estação estão identificadas duas barreiras urbanísticas – a linha ferroviária e a VCI –, estas que revelam ser figuras essenciais para a compreensão dos efeitos de segregação sócio espacial. Assim, os objetivos gerais da ARU de Campanhã – Estação visam melhorar as condições habitacionais e de bem-estar dos residentes, como também, contribuir para a atratividade residencial; estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos, dinamizar as atividades económicas e induzir um novo polo de criatividade urbana – o projeto para o antigo Matadouro Industrial –; renovar a imagem da zona oriental através de iniciativas e projetos inovadores; e, por fim, implementar um modelo de intervenção integrado eficiente e participado (CMP, 2015). Além do projeto municipal para o antigo Matadouro, está anexado ao plano da ARU apresentado, a construção do terminal intermodal de Campanhã, a iniciar-se em 2018, num total estimado de 18 meses. A proposta de arquitetura vencedora foi apresentada em fevereiro de 2017 e tem um custo estimado de 6 milhões de euros.

---

<sup>8</sup> Diário da República, 2.ª série — N.º 200 — 16 de outubro de 2014, p. 26357.



### 2.3. O antigo Matadouro Industrial do Porto

A construção do edifício do antigo Matadouro Industrial, localizado na Rua São Roque da Lameira (zona da Corujeira), em Campanhã, está amplamente conectada com o desenvolvimento e transformação urbana portuense e, em grande medida, com as características geomorfológicas da freguesia. Como vimos, o aumento da população portuense e, conseqüentemente, a necessidade de alimentar a região, tornou necessária a construção e substituição do antigo Matadouro Municipal de S. Diniz (Paranhos), cujas condições de salubridade e infraestruturas não conseguiram dar resposta ao crescimento demográfico da cidade.

A escolha da localização para o novo equipamento deveu-se, como desenvolvemos anteriormente, às grandes áreas livres de construção da freguesia, bem como ao facto de não deter ideais de especulação de desenvolvimento residencial, permitindo a implementação de vários complexos industriais. A proximidade ao centro da cidade por vias construídas na época, como a própria Rua São Roque da Lameira e a Avenida de Fernão de Magalhães, e a linha ferroviária e Estação de Campanhã na proximidade, criaram condições para o tráfego de entrada e saída de mercadorias. Também, as condições naturais do Vale de Campanhã, pela proximidade aos rios Torto e Tinto favoreciam o escoamento de águas residuais.

Há muito que no Porto se discutia a necessidade de um novo equipamento destinado ao abate de gado para abastecimento da população da cidade. (...) A escolha de uma área de terreno na Lameira de Cima, numa linha de estreito vale, correndo paralela ao caminho-de-ferro do Minho, poderia fazer todo o sentido. Dali os terrenos escorrem para a baixa de Campanhã e, contornando Bonjóia, inserem-se na linha do rio Torto, que vai desaguar no Douro. Servido pela Rua de São Roque da Lameira, a poente da velha capela que deu nome ao lugar, na estrada saindo da cidade pelo nascente, os terrenos agrícolas, com água abundante, ofereciam as melhores condições para a instalação do novo equipamento. Por outro lado, a transferência das feiras para fora das antigas barreiras da cidade, nomeadamente para o lado oriental, levou a que em 1890 a Feira do Gado e a Feira dos Moços se fixassem no Largo da Corujeira, à ilharga do sítio que bem poderia ter sido pensado para o matadouro da cidade (*ibidem*, pp.125-126).

Em 1910, a Câmara oficializa a localização e surge “um desenho de distribuição funcional para o novo matadouro, sem ferir o velho arruamento de São Roque da

Lameira” (*ibidem*, p.127) da autoria de António Correia da Silva<sup>9</sup>. A construção, envolta em complexidade, conduziu à lentidão da conclusão do projeto, sendo as funções do novo matadouro iniciadas ainda a meio gás, em 1923, antecedendo à inauguração oficial, esta em 1932.

O novo matadouro, a construir em São Roque da Lameira, não atingia esse grau de representatividade [simbólica do poder e interesse colectivo] da instituição promotora, apresentando-se como um equipamento de natureza eminentemente industrial, submetido ao primado funcional de um sistema técnico bem definido. Só o desenho da portaria exterior e o arco de acesso à galeria principal se aproximam desses valores. Mesmo o edifício da administração e da residência do director, apesar da posição destacada e da relação particular com a rua, se apresenta com uma imagem de neutralidade, a integrar na continuidade urbana. Até a posição marginal das duas portas de acesso próprio, aos serviços administrativos e à residência, retira ao edifício qualquer presunção de obra distinta, sem uma qualificação arquitectónica que a separe da neutralidade geral dos diferentes pavilhões que integram o conjunto (*ibidem*, p.125).

Construído sob as linhas do “tipo alemão”, cuja inspiração foi o matadouro de Offenbach<sup>10</sup> - de traços modernos, organização funcional e desenho geométrico -, caracterizado pela construção em superfície, contrapondo a construção em altura, cuja aplicabilidade deste tipo de construção ter sido possível pela vasta área disponível, cerca de 29 000 m<sup>2</sup>:

planeado para funcionar segundo o método alemão em superfície, conhecido por sistema Offenbach, o estudo pretendia respeitar a sequência das operações de abate de modo eficaz, utilizando transportadores suspensos em carris ligando as diferentes fases das sucessivas operações. As grandes galerias, ou ruas internas de comunicação, ofereciam condições para a

---

<sup>9</sup> António Correia da Silva (1880-1963) é o autor de grandes obras arquitetónicas na cidade, como a Domus Municipalis (sede da CMP) e o Mercado do Bolhão. Porém, várias fontes atribuem a autoria do projeto do Matadouro Industrial do Porto ao Engenheiro Avelino de Andrade (1895-1964), este que não está relacionado com o projeto: “[...] nos dois importantes projectos do matadouro e do mercado do Bolhão [...] destacará o senhor António Correia da Silva, primeiro oficial architecto, autor desses projectos [...]”. O senhor Elísio de Mello [vereador do pelouro das obras], referindo-se ao Matadouro Municipal, informa que o projecto é exclusivamente do senhor Correia da Silva, [...]” (Arquivo Histórico Municipal do Porto, Actas das Vereações, 2 de maio de 1914. Citado em Tavares, 2016, p. 31). Desconhecemos a razão pela qual a autoria do projeto é dada ao Eng. Avelino de Andrade, acrescentando que, este teve contacto com o Matadouro devido à publicação sobre o sistema de funcionamento do edifício, na revista dos Engenheiros em 1935. Sobre este assunto agradecemos o esclarecimento, via correio eletrónico, do Professor Domingos Tavares.

<sup>10</sup> O projeto do matadouro de Offenbach, na Alemanha, foi desenhado para uma população de 200 mil habitantes com superfície de 32 500 m<sup>2</sup>, valor semelhante à população do Porto na altura.

circulação de veículos e peões (*ibidem*, p.126).

O conjunto edificado é constituído por dezasseis volumes organizados no terreno, onde constam pavilhões vocacionados para os processos sequenciais das etapas e operações da produção de carnes, os balneários para funcionários, a casa do diretor e a receção. Este tipo de edifício pode ser observado um pouco por toda a Europa, apresentando, maioritariamente, um carácter municipal e estatal.

### **2.3.1. O futuro à espera: o projeto municipal para o antigo Matadouro Industrial do Porto**

O antigo Matadouro Industrial do Porto, como vimos, edifício localizado na rua São Roque da Lameira, na freguesia de Campanhã, está desativado desde a década de 1990. Sobre edificios municipais, em particular, sobre o antigo Matadouro, Tavares (2016) diz-nos que “têm sido esquecidos enquanto marca de uma época, expressão coerente de internacionalização da nossa cultura. Sem importância aparente na memória emblemática do povo, eles resultam em peça menores, a alienar no jogo dos interesses materiais” (p.9). Atualmente, o espaço está vocacionado para depósito camarário e, devido ao PPA, desde 2002 é morada “provisória” da Sociedade Protetora dos Animais do Porto (SPA) onde habitam centenas de cães e gatos.

O projeto promovido pela CMP visa a criação de um polo de atração económica e cultural com expectativas à promoção de coesão social e territorial da área envolvida. No documento oficial “Porto Before Porto” (2016)<sup>11</sup> são apresentados o programa e o projeto arquitetónico para a reabilitação do edificado. A publicação está dividida em duas partes: a primeira composta com contributos do presidente da CMP Rui Moreira, onde explana os eixos políticos da governança local, sendo este aspeto referido ao longo de todo documento; e contributos do escritor Valter Hugo Mãe e do curador João Laia, sobre

---

<sup>11</sup> A presente análise das linhas preliminares do projeto municipal para o antigo Matadouro Industrial do Porto tem como referência o documento escrito intitulado de “Porto Before Porto”, suplemento da revista *Pli Arte & Design*. Surge no âmbito da participação portuguesa na XXI Triennale International Exhibition em Milão (2016) onde o projeto foi apresentado, pela primeira vez, pelo adjunto do presidente para a Cultura Guilherme Blanc. É a única fonte oficial sobre o projeto e, por isso, apesar de ser um documento produzido pela imprensa escrita, consideramos a sua análise no presente capítulo em vez do capítulo dedicado ao observatório de imprensa, sendo essencial à contextualização do objeto de estudo.

memórias e percepções em relação à cidade e, também, um sumário dos espaços de criação e exposição artísticos no Porto, respetivamente. A segunda parte, aquela à qual dedicamos a presente análise, prende-se com questões de contextualização territorial e social da freguesia como também na explanação das diretrizes do programa e desenho de arquitetura.

Sobre o enquadramento territorial, são apresentadas as condições geomorfológicas favoráveis e infraestruturas, em particular, ligadas às acessibilidades intrínsecas à freguesia, representadas como fatores de possível desenvolvimento socioeconómico. Porém, como vimos anteriormente, “é ali que estão alguns dos problemas sociais mais enraizados da cidade” (CMP, 2016, p.33), território vitimizado pela desindustrialização, sendo o desemprego e a carência de investimento público apontados como efeitos da exclusão territorial e social. A freguesia é, também, assestada como lesada do “processo de esvaziamento de população do centro da cidade” (*ibidem*), este fomentado pela construção de bairros sociais que promovem a exclusão e retraem o desenvolvimento social, fatores que resultam da degradação e degeneração das condições de atratividade. Assim, está articulada a ideia de regeneração urbana e de equilíbrio social e urbanístico a partir de investimento público e privado. São enumeradas medidas camarárias em processo ou perspectivadas no cerne da revitalização e regeneração da freguesia, como a requalificação dos bairros camarários, a despoluição do rio Tinto, a futura construção do terminal rodoviário, como vimos anteriormente, “identificado como factor de dinamização social e económica da Freguesia” (*ibidem*, p.34) e a programação cultural, nomeadamente, o programa “Cultura em Expansão”. Observámos a importância dada ao ambiente urbano “considerado pela Câmara do Porto como fulcral para a regeneração social da cidade e para a criação de condições de instalação de indústrias e serviços capazes de atrair investimento e criar emprego” (*ibidem*), onde se combinam o ambiente, o urbanismo e a cultura, “com os seus equipamentos, mas sobretudo com conteúdos e envolvimento social, desempenha aqui um papel agregador determinante” (*ibidem*, p.35).

Sobre o programa para o edifício propriamente dito, as diretrizes do projeto corroboram as linhas estratégicas de ação política do executivo, anunciadas como

“portocracia<sup>12</sup>”, que urgem da triangulação entre cultura, coesão social e economia:

o projecto do Matadouro, que integra precisamente os três pilares da “portocracia”, que se fecha num círculo de procura de sustentabilidade, com a economia a suportar a coesão social e ambas a alimentarem-se da cultura, que desenvolve, abre horizontes, atrai e inova, é o grande projecto do nosso executivo. (...) Campanhã é a terra de oportunidades. De reindustrialização, de sonho, também, e de exemplo. O Matadouro será um dos seus grandes faróis (*ibidem*, p.7).

Os três eixos estão articulados com o desenho de arquitetura, multiplicados pelos espaços consoante as valências e programação. Neste sentido, o desenho do novo espaço procura articular “a memória social e cultural da geografia urbana onde se inscreve, incorporando simultaneamente marcas e práticas contemporâneas que caracterizam, hoje, o Porto” (*ibidem*, p.48). Os responsáveis pelo projeto de arquitetura, Garcia & Albuquerque, demonstram a preocupação em manter e recuperar grande parte da construção original que, apesar do estado evidente de degradação, serão demolidos parcialmente dois corpos. Em suma, “a filosofia do projecto de arquitectura tem por base a adição e não a subtracção, na tentativa de preservação da imagem – de carácter fortemente industrial – que ainda hoje marca aquele conjunto” (*ibidem*, pp. 40-41), tendo como referência outros espaços com características e propósitos similares. Consideram, também, o impacto positivo das áreas limítrofes e ambicionam “que a arquitectura sirva para abrir a zona intervencionada à cidade, em particular àquela com a qual manterá um diálogo directo” (*ibidem*, p.42).

No cômputo geral, os objectivos-chave inserem-se nos desígnios das indústrias culturais e criativas, estes compreendidos entre a aprendizagem e desenvolvimento de novas ideias; um espaço de resposta aos desafios das cidades; a capacidade de atração económica através da inovação e da cultura, resultando num lugar de permanência e a contemplação.

Em paralelo com o projeto de arquitetura<sup>13</sup>, são enumerados e sumariados os vários espaços e os seus programas:

- 1) Área de empresas criativas e tecnológicas, é a componente empresarial do

---

<sup>12</sup> Esta palavra, que sumariza as diretrizes políticas do atual executivo, surgiu no âmbito de uma entrevista de autoria da revista francesa “Liberation”, segundo Rui Moreira (CMP, 2016, p.6).

<sup>13</sup> O desenho do projeto com a devida organização do espaço pode ser consultado no anexo 1.

projeto, destinado a empresas de diferentes áreas criativas e tecnológicas, da “nova indústria” ou serviços, vocacionada para “grupos económicos e a médias empresas, nacionais e internacionais, bem como a promotores de novas ideias de negócio com elevado potencial de escalabilidade” (*ibidem*, p.50);

2) Museu da indústria, com a missão de conservação e revitalização da memória industrial do Porto, sendo reservada uma área para a exposição permanente de objetos de cariz industrial e identitário;

3) Arte e comunidade, “espaço dedicado a projectos, coordenados por agentes com experiência multidisciplinar, que visam o desenvolvimento de práticas em áreas sociais e artísticas em articulação com o tecido social de Campanhã” (*ibidem*, p.50);

4) Reserva de arte contemporânea, espaço vocacionado à reserva e exposição de coleções privadas de arte contemporânea de acesso ao público, com propósito de corresponder às necessidades de espaços de reserva aos agentes culturais residentes na cidade;

5) Nave-multiusos, área ambivalente de utilização a vários eventos;

6) Laboratório de gastronomia, espaço de inovação e investigação com a finalidade de projetar e explorar a gastronomia tradicional;

7) Estúdios de media e audiovisual, direccionados à produção e gravação audiovisual e ao arrendamento do espaço a agentes e projetos do setor;

8) Artes e ofícios tradicionais, espaço dedicado ao estudo, preservação, apresentação e divulgação do artesanato e ofícios;

9) Polo de desporto, local dedicado à prática desportiva com campo multiusos e outras instalações, aberto ao público;

10) Residências artísticas, espaço direccionado à produção e apresentação pública de trabalhos dos visitantes ou participantes, dos projetos presentes no Matadouro, e de artistas nacionais e internacionais.

### Capítulo 3. Percurso Metodológico

No capítulo anterior, procedemos à caracterização quantitativa de Campanhã, realizámos um enquadramento sumário das realidades sociais e urbanas menos favoráveis debatidos pela (ou na) freguesia, contextualizámos as estratégias de revitalização mais significativas, como também, procedemos à contextualização do nosso objeto de estudo. Neste sentido, o objeto de estudo da presente investigação centra-se no projeto municipal para o antigo Matadouro enquanto futuro motor de desenvolvimento e transformação sociocultural e urbanística de Campanhã. Sendo o projeto referenciado no capítulo anterior bastante amplo, complexo e multidisciplinar, no que concerne aos variados espaços e aos seus programas, focaremos a análise na dimensão cultural e artística do futuro Matadouro. Posto isto, e à luz do conceito primordial intrínseco ao projeto – políticas culturais –, a nossa questão de partida foi colocada: “considerando as características socioeconómicas da freguesia e as propostas do projeto municipal, conhecidas para o espaço, como poderá o futuro Matadouro do Porto ser um veículo de democracia cultural e de promoção de desenvolvimento cultural sustentável a favor da comunidade?”.

Nesta direção, a metodologia que melhor se enquadra nos objetivos da presente investigação é a metodologia qualitativa, com pendor na abordagem etnográfica. A importância da metodologia etnográfica para esta dissertação deve-se, essencialmente, ao facto de trazer “contribuições importantes no campo das pesquisas qualitativas, especialmente aquelas que se interessam pelos estudos das desigualdades sociais e dos processos de exclusão” (Mattos, 2011, p. 49). Neste encadeamento, a potencialidade da etnografia no contexto atual reside na possibilidade em “abordar o banal e o familiar, e o que se encontra mais próximo, permitindo identificar a diversidade cultural daquilo que aparenta ser tão igual ou comum a «nós»” (Caria, 2002, p. 12). A postura e o sentido crítico do etnógrafo, caracterizados pela dualidade de estar dentro para compreender e fora para racionalizar (*ibidem*), constroem e orientam os procedimentos e técnicas a aplicar no terreno, cujos instrumentos de recolha e análise utilizados sofrem alterações consoante o desenvolvimento da pesquisa no contexto social em questão (Mattos, 2011).

Os procedimentos de recolha de dados etnográficos orientam-se, essencialmente, pela permanência prolongada no contexto social da investigação, com a utilização da

observação participante auxiliada de um diário de campo, onde o etnógrafo procede à descrição densa e pormenorizada do dia-a-dia da pesquisa (Caria, 2002; Mattos, 2011). Sendo que “a etnografia é a escrita do visível” (Mattos, 2011, p. 54), o sucesso da investigação dependerá da testemunha principal do processo – o etnógrafo –, ao qual se exige capacidades holísticas no cerne da observação, descrição escrita, sensibilidade, sociabilidade e criatividade científica, a fim de documentar, monitorizar, interpretar e conhecer significados (Mattos, 2011).

As categorias de observação e consequente análise coincidem com o trabalho de campo, desenvolvendo hipóteses progressivas (Hammersley, 1983)<sup>14</sup> criadas a partir da reflexividade do investigador perante o contexto de trabalho:

pois a cada momento de reflexividade sobre o trabalho de desempenho no trabalho, modifica-se o caminhar e cria-se um movimento próprio aos dados e como de eles refletem as nossas questões. Indução e dedução estão constantemente em diálogo com este procedimento analítico”. (Mattos, 2011, p. 66).

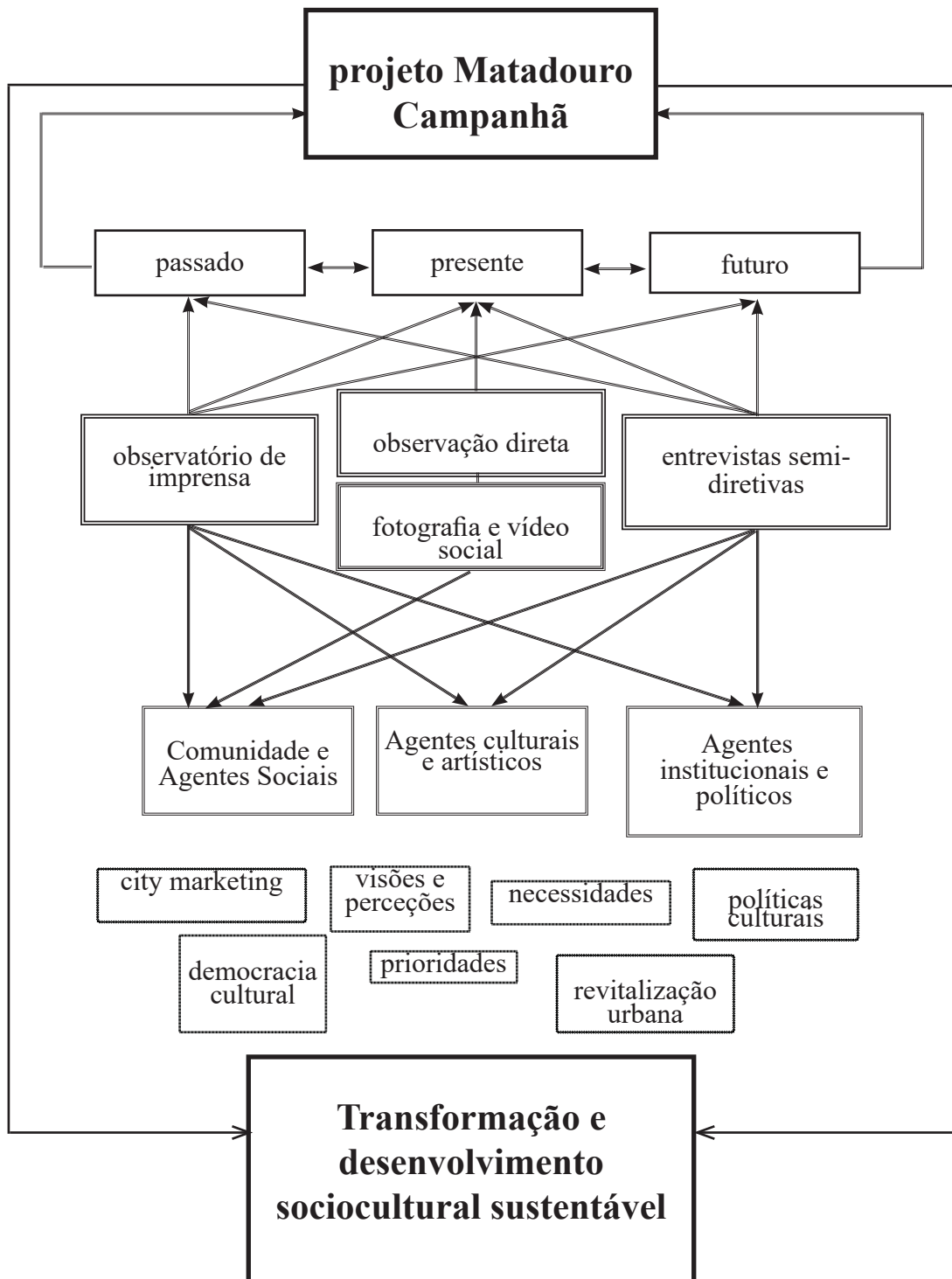
Posto isto, e como mais adiante veremos, esta dissertação foi sofrendo reformulações e adaptações ao longo do seu percurso metodológico, cuja principal explicação encontra fundamento na própria natureza volátil do projeto para o antigo Matadouro que, oportunamente num momento posterior, será debatida e correlacionada com as metamorfoses desta dissertação.

---

<sup>14</sup> M. Hammersley citado em Mattos, 2011, p. 66.



**Figura n.º 2 - Modelo de análise de investigação**



### 3.1. Primeira paragem: observatório de imprensa

De modo a atingir os objetivos desta dissertação, e considerando a natureza do objeto de estudo em constante mutação e em permanente estado de ebulição, tornou-se necessária a criação de um observatório de imprensa, visto considerarmos que, a partir da recolha de notícias, o nosso espectro analítico expandir-se-ia e ganharia novos contornos. Neste sentido, é oportuno ter em conta que, enquanto “áreas de saber”, o jornalismo e a sociologia estabelecem “relações de hierarquização e dominação-subalternização” (Araújo & Magalhães, 2012, p.108), pertencentes aos mesmos campos (científico, político e económico), cujas regras, desígnios, objetivos e resultados divergem mas, que ainda assim, se complementam ou se confrontam “ao ponto de a dinâmica do jornalismo e a forma como este se apresenta à sociedade constituírem objetos de estudo e de reflexão crítica da sociologia” (*ibidem*, p.108). Segundo as autoras, tanto a sociologia como o jornalismo inscrevem-se em lógicas de interesse ideológico, expressados em “critérios de divisão, classificação e valorização das áreas” restringidas por relações de poder, produzidas nas “instituições da academia e da ciência e [n]os campos político e ideológico” (*ibidem*, p.109).

Porém, é relevante questionar a pertinência epistemológica de utilização dos meios de comunicação - onde se insere a imprensa como meio de produção e melhoramento de conhecimento -, para a realização de uma investigação no âmbito da sociologia. As críticas mais comuns sobre a relação entre o jornalista e o sociólogo apontam para a “tendência dos jornalistas para serem parciais, dilacerar os conteúdos das investigações, alterando o sentido das conclusões obtidas, como a sugestão *naïve* da exposição do sociólogo, como cientista, nos meios de comunicação de massa” (*ibidem*, p. 107), como também, para o facto de o jornalista estar dependente das lógicas de mercado pela procura de audiências (Bourdieu, 1997). Apesar das semelhanças entre as áreas, a questão da formação de opinião pública e a sua instrumentalização, como dissemos, o conflito entre a credibilidade e a visibilidade, no caso da produção jornalística não compactua com a produção científica. Porém, a análise de conteúdos jornalísticos poderá ter relevância na investigação social no momento em que o investigador está consciente das limitações do método.

Posto isto, interessou-nos uma visão mais ampla da produção jornalística esta que foi desenhada, grosso modo, entre jornais generalistas e institucionais. Seleccionámos um jornal generalista de amplitude nacional, reconhecido no panorama jornalístico e social – o jornal Público -, e, também, optámos por portais de notícias generalistas e locais – o Porto24 e o Jornalismo Porto Net (de índole académica) -, e, por último, considerámos essencial a utilização dos conteúdos do portal de notícias institucional Porto., gerido pela CMP.

### **3.2. Segunda paragem: observação direta**

A observação direta centra-se no registo e análise de comportamentos e interações sociais e nos seus fundamentos culturais e ideológicos subjacentes (Quivy & Campenhoudt, 2013). A observação direta participante, em oposição à observação direta não participante, é a técnica privilegiada pela abordagem etnográfica (Caria, 2002; Mattos, 2011), na qual se acrescenta o envolvimento do investigador à população, organização ou comunidade em estudo, potenciando a experiência direta dos fenómenos e significados (Ritchie, 2003). Grosso modo, a observação, sendo ela participante ou não participante, quando comparada com outras ferramentas qualitativas apresenta mais-valias pois os acontecimentos, situações e fenómenos observados são, relativamente, espontâneos e autênticos (Quivy & Campenhoudt, 2013) sem que existam, à partida, encenações e simulações por parte da população observada.

Neste sentido, o investigador assume o papel de testemunha pois opera como meio de recolha de informações *in loco*, sendo que “dentro do campo perceptivo de que dispõe, o observador selecciona um pequeno número de informações pertinentes entre o vasto leque de informações possíveis” (Ketele & Roegiers, 1992, p.23) e, por isso, são-lhe exigidas capacidades de sociabilidade e elevados níveis de atenção, de memória, de sistematização e de sensibilidade ao campo perceptivo, a fim de perceber ruídos, cheiros, etc. (*ibidem*, 1992). Todavia, podem ser colocadas questões relativas à objetividade e subjetividade da informação recolhida sendo o investigador elemento-chave desta ferramenta metodológica.

Tal como supramencionado, na nossa pesquisa pretendemos conhecer e compreender significados e relações entre os atores sociais e o território. Assumindo “um

lugar de fronteira” da etnografia (Caria, 2002, p.13), tivemos momentos em que privilegiámos a observação não participante, logo, não interferente, como também, a observação participante, onde introduzimos a investigadora na rotina de um residente da zona, privilegiando locais de afluência, como a paragem de autocarros (próxima à entrada do antigo Matadouro), alguns estabelecimentos de comércio e restauração e o Jardim da Corujeira.

Durante o período da observação, auxiliados de uma grelha de observação<sup>15</sup> e do diário de campo, captámos alguns elementos no contexto social, como por exemplo, sinais físicos exteriores, que podem remeter a “indicador[es] simbólico[s] de pertença a um grupo” (Lee, 2003, p. 63), gestos e movimentos, conversação *in situ* privilegiando locais de maior fluxo e permanência de indivíduos, a organização espacial no momento de interação social, entre outros elementos subjacentes. Agregado às dinâmicas urbanísticas, no cerne da habitação e comércio, não sendo este o nosso foco, optámos por realizar um levantamento dos arruamentos estabelecidos no campo de observação com a finalidade de perceber alterações urbanísticas e habitacionais.

### **3.3. Terceira paragem: fotografia e vídeo**

O uso de equipamento fotográfico e videográfico<sup>16</sup> como ferramentas de recolha de dados na investigação de âmbito social não é uma prática recente, porém, é pouco recorrente na análise sociológica. A fotografia enquanto ferramenta de investigação, usada com propósito científico, começou a ser utilizada por antropólogos, ainda sob formato e registo analógico, todavia, “a fotografia e o cinema etnográfico e documental foram usados como técnicas complementares, para comparar, ordenar o registo cultural,

---

<sup>15</sup> A grelha de observação está presente no anexo 4.

<sup>16</sup> Neste ponto fazemos um pequeno parêntesis que, não sendo este o foco da investigação, não deverá ser extenso, mas servirá o propósito de esclarecer algum tipo de equívoco. As diferenças entre cinema e vídeo são tópicos de discussão na cena cinematográfica. O cinema, campo artístico, e o filme, objeto final a qual serve o cinema, pertencem ao mundo da Arte que devem ser legitimados pela “qualidade artística” e criticados segundo padrões, princípios e considerações do foro estético e artístico. Por sua vez, o vídeo, tal como o cinema, é um meio de captação de imagens em movimento mas que poderá, ou não, servir o mundo artístico e, quando se propõe ao campo das artes, é também subjugado aos critérios desse mundo. É uma ferramenta de trabalho bastante utilizada por artistas contemporâneos da performance, escultura, pintura e multimédia. É, portanto, uma técnica ambivalente a várias áreas e cumpre várias funções. Neste sentido, optámos por utilizar o conceito de vídeo em vez de cinema pois não pretendemos que o produto final seja avaliado por padrões artísticos. Contudo, não invalidámos que o trabalho realizado por Margaret Mead e Gregory Bateson, entre outros, seja considerado cinema antropológico.

completar as notas de campo e ilustrar o texto verbal” (Ferro, 2005, p.376). Na Sociologia, Pierre Bourdieu, entusiasta desta ferramenta na investigação social, considera o ato de fotografar enquanto prática social de formação coletiva onde se cumprem rituais de integração social (Bourdieu, 1965) passíveis de análise sociológica.

A vantagem primordial do uso da fotografia na investigação social relaciona-se, essencialmente, com as suas especificidades e, segundo Miguel & León (1998, p.84):

la fotografía es profundamente democrática: trata a todos los sujetos y objetos por igual. Permite así estudiar la esencia abstracta de la variación humana, es decir, de los tipos humanos diversos. El mundo puede ser visto, mirado, estudiado a través de imágenes fijas. Permite analizar la realidad social desde una cierta distancia. Como con la letra impresa, la fotografía fija (traducción de still photography) permite que algo pueda ser vuelto a ver.

Também Harper (1989) sugere o uso da fotografia na análise social pois “muitas categorias sociológicas são baseadas em fenómenos observáveis, e na verdade muitos destes podem ser melhor compreendidos se forem fixados em imagens fotográficas do que apresentados por escrito num caderno de campo” (Harper, 1989, cit. Lee, 2003, p.88). No mesmo sentido, também Becker, por palavras de Ferro (2005), diz-nos que a máquina fotográfica é muito mais eficaz e rápida a comunicar quando comparada com a máquina de escrever. Posto isto, o uso da fotografia na nossa investigação surge, automaticamente, associada às vantagens da ferramenta e às características da pesquisa em questão, na medida em que “la fotografía permite preservar un fragmento del pasado, una imagen de algo que no volverá a repetirse, y que incluso puede haber desaparecido” (Miguel & León, 1998, p. 84). O projeto do antigo Matadouro pensa o desenvolvimento e transformação do tecido social e urbano da freguesia e, não descurando a técnica da observação anteriormente descrita, pois “a técnica de fotografar é menos importante do que o olhar do investigador” (Lee, 2003, p.91), procurámos captar e congelar os momentos antecedentes à construção e, posteriormente, analisar e interpretar sinais de mudança ou estagnação, como também, articular com os nossos objetivos do uso da observação, apresentados no ponto anterior. Paralelamente, utilizámos a ferramenta de vídeo pela capacidade de gravar ações e movimentos e, portanto, intervalos de tempo ou de espaço acrescentando mais detalhes à análise audiovisual como, por exemplo, o som - elemento que a fotografia não é capaz de fixar.

### 3.4. Quarta paragem: entrevistas semidiretivas

A entrevista, inserida na metodologia qualitativa, caracteriza-se pela troca direta de perceções, interpretações e/ou experiências entre o investigador e um ou vários interlocutores, durante um período de tempo. Está intrínseco o contacto direto entre o investigador e os interlocutores, estes que assumem um papel preponderante durante o período da entrevista. O investigador tem, assim, o papel de fomentar essa troca de modo a orientar a conversa para os objetivos da investigação (Quivy & Campenhoudt, 2013).

A entrevista semidiretiva é um tipo de entrevista que se caracteriza pela interação mais fluída no momento da troca entre o interlocutor e o investigador, sendo a estrutura do guião construída por perguntas abertas ou tópicos que não seguem, necessariamente, uma linha condutora para que “o entrevistado possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier” (*ibidem*, pp. 192-193). Neste sentido, tal como apresentámos anteriormente, o interlocutor é o elemento-chave e o investigador tem o papel de orientar a conversa de acordo com as hipóteses, temas e questões da investigação. As vantagens na utilização desta ferramenta centram-se no grau de profundidade das informações na flexibilidade e pouca diretividade, permitindo aos interlocutores manterem os seus quadros de referência, como a linguagem e categorias mentais (*ibidem*).

Dadas as características do presente método, a partir da entrevista semidiretiva procurámos validar hipóteses que criámos, nas técnicas anteriores, com o contributo de interlocutores ligados, direta ou indiretamente, a Campanhã e ao projeto para o antigo Matadouro. A partir da questão de partida – “considerando as características socioeconómicas da freguesia e as propostas do projeto municipal, conhecidas para o espaço, como poderá o futuro Matadouro do Porto ser um veículo de democracia cultural e de promoção de desenvolvimento cultural sustentável a favor da comunidade?” - delineámos três contextos (social, cultural/artístico e político), sendo o primeiro pautado por mediadores da comunidade, o segundo marcado por agentes culturais ou artísticos que tenham como campo de trabalho a freguesia e/ou a comunidade e, por último, os agentes institucionais e políticos, como os responsáveis municipais pelo projeto e os responsáveis da Junta de Freguesia de Campanhã (JFC).

## **Capítulo 4. O antigo Matadouro Industrial: diálogos entre passado, presente e futuro(s) do lugar**

O desafio da investigação prende-se, essencialmente, à imaterialidade do projeto na realidade do tecido urbano e social sendo, também, a sua maior dificuldade. O projeto para o antigo Matadouro é, apenas, um anúncio daquilo que poderá ou não existir no espaço, aliás, como observámos no capítulo 2 e, como veremos em seguida, outros projetos foram anunciados e nunca saíram do papel. O caráter transformativo e evolutivo, *sui generis* de projeto, por definição “aquilo que alguém planeia ou pretende fazer” ou “esboço de trabalho que se pretende realizar”, acarreta a obrigatoriedade da atualização constante da pesquisa teórica e empírica e, consequentemente, das questões de partida, objetivos e hipóteses. Foram estas características que desnortearam, em certo período, o percurso da presente investigação. Durante os meses de pesquisa, o projeto para o antigo Matadouro desenvolveu novos contornos, prazos e diretrizes, sendo assim, impraticável proceder à avaliação de futuros impactos. Acrescentamos que, sendo a CMP responsável pelo projeto referido, o período de investigação convergiu, coincidentemente, com o período de campanha eleitoral para as eleições autárquicas sendo, assim, um momento atípico e sensível na governança local.

Posto isto, considerando os recursos e prazos propostos à investigação, o campo geográfico e social de análise diz respeito à área envolvente ao antigo Matadouro. Como vimos no capítulo 2 no cerne da análise dos planos de requalificação e renovação urbana perspectivados à freguesia de Campanhã, onde se inclui o PPA parcialmente concretizado e corroborando os aspetos da ARU de Campanhã-Estação, leva-nos a considerar a zona oeste da VCI, isto é, a zona da Corujeira e a envolvente ao antigo Matadouro - uma área cuja desorganização urbanística se reflete nas carências sociais. Se analisarmos a zona oeste da VCI, onde se situa a área de implementação do PPA, consideramos que esta área foi renovada e requalificada de forma a atrair investimento, bem como, residentes com alto poder de compra estando, assim, em conflito com área contígua. A zona da Corujeira, apesar de ser dotada de infraestruturas de mobilidade, serviços e comércio – a Junta de Freguesia de Campanhã (JFC) está localizada na Praça da Corujeira, por exemplo -, não acompanhou o desenvolvimento exponencial de outras zonas situadas noutras freguesias,

com as mesmas características. Também, na análise do projeto para o antigo Matadouro realizada no capítulo 2, é tida como hipótese os efeitos imediatos que a implementação do projeto terá na área envolvente. Posto isto, consideramos importante focar a nossa análise na zona referida ao antigo Matadouro, na qual cerrámos os limites a oeste a VCI – apropriámo-la como a nossa fronteira, de igual forma, para os habitantes da freguesia-, a este e a sul a Praça da Corujeira, e a norte a rua São Roque da Lameira, onde se localiza o antigo Matadouro<sup>17</sup>.

#### **4.1. Observatório de imprensa**

A criação do presente observatório de imprensa, capaz de sumarizar pormenores dos planos municipais e metamorfoses socioculturais na cidade e, em particular, para a área envolvente em estudo, revela a importância de compreender quais as aspirações e ambições dos intervenientes institucionais, culturais e sociais. Referimos que esta fase metodológica de análise de conteúdos produzidos pela imprensa foi essencial para escrutinar as diretrizes do projeto municipal para o antigo Matadouro Industrial do Porto, tal como conhecer as possíveis relações de pertença e de memória e, também, expectativas dos vários agentes envolvidos no território.

Dadas as especificidades do método, optámos por ampliar o nosso campo de análise a conteúdos relacionados com a freguesia, com o antigo Matadouro e com as políticas culturais na cidade do Porto. Assim, os objetivos propostos surgem da necessidade de analisar as várias dinâmicas passadas no contexto do antigo Matadouro e na área envolvente, com particular atenção à dimensão cultural, sobre os quais não é possível recolher e analisar depoimentos diretos; de conhecer e atualizar os desenvolvimentos do projeto municipal; de analisar as relações existentes entre os acontecimentos e iniciativas na freguesia, tendo em atenção os testemunhos dos residentes; bem como, compreender as medidas implementadas no território de índole cultural e urbanística. A etapa analítica foi dividida em duas fases cronológicas: antes da apresentação do projeto e após a apresentação do projeto, onde apresentámos, de igual modo, a análise das notícias cronologicamente. Para tal, elaborámos uma grelha de

---

<sup>17</sup> Planta da área delimitada para a investigação está presente no anexo 2 e 3.



análise<sup>18</sup> com as seguintes categorias analíticas *características gerais, objetivos, perceções; relações com Campanhã e com a cidade, prioridades e necessidades; linhas estratégicas operacionais* direcionadas à *política cultural* e às *intervenções urbanísticas*.

#### **4.1.1. Antes da apresentação do projeto**

Inauguramos a análise de conteúdos das notícias publicadas entre o período de 2013 e 2016, respeitando a cronologia da publicação das mesmas, por considerarmos a fase preliminar do projeto municipal para o antigo Matadouro Industrial do Porto. Nesta cidade, o ano de 2013 foi marcado por alterações no plano político da autarquia, de campanha eleitoral e eleições autárquicas<sup>19</sup>, onde foram apresentadas pretensões de novos planos e dinâmicas no antigo Matadouro, bem como novas perspetivas para a zona oriental. Por sua vez, foi em 2016 que aconteceu a apresentação pública do projeto municipal para o antigo Matadouro e, por isso, estes são os marcos que justificam e intervalam aquilo que consideramos fase preliminar do projeto.

A partir notícia “Pizarro quer incubadora de empresas no antigo matadouro industrial”<sup>20</sup>, e considerando a categoria *características gerais, objetivos e perceções*, torna-se visível a pretensão do candidato à CMP Manuel Pizarro (PS) - ainda durante a sua campanha eleitoral - em instalar no antigo Matadouro do Porto um Centro de Empresas de Campanhã (CEC), a fim de comungar e solucionar a escassez de recursos económicos camarários e a carência de emprego na localidade:

o CEC insere-se ainda noutro objectivo do PS para o Porto: “devolver à cidade o título de capital do trabalho, distinção que o Porto foi perdendo nos últimos anos e que merece recuperar.

Uma das maiores preocupações que chegam por parte dos cidadãos do Porto está relacionada com o desemprego e a falta de trabalho” pelo que, disse, “com este novo

---

<sup>18</sup> As grelhas de análise do conteúdo do observatório de imprensa estão presentes no anexo 7.

<sup>19</sup> Devemos contextualizar o seguinte: o ano de 2013 foi marcado por eleições autárquicas e pela obrigatoriedade em substituir o presidente da CMP Rui Rio que, por lei, não pode recandidatar-se. Assim, foi um período de mudança política, e regido por campanhas eleitorais, apresentações de manifestos e agendas políticas, das quais surge a ideia mais recente de reabilitação do antigo Matadouro, apresentada pelos candidatos Manuel Pizarro e Rui Moreira.

<sup>20</sup> “Pizarro quer incubadora de empresas no antigo matadouro industrial”, notícia publicada *online* pelo Porto24 a 2 de fevereiro de 2013.

centro empresarial não só se renovará a área como se pretende a criação de 1.500 postos de trabalho.

Pizarro quer incubadora de empresas no antigo matadouro industrial, Porto 24 (2013)

Em relação às *linhas estratégicas operacionais* direcionadas às *intervenções urbanísticas*, Manuel Pizarro ambicionava o investimento privado como motor de reabilitação do edificado e revitalização da área envolvente, e considerava que o retorno do capital económico, aplicado por privados, seria conseguido devido à autossustentabilidade do projeto proposto, na qual a CMP teria o papel de delinear o caderno de encargos para a exploração.

Já após a tomada de posse do novo executivo municipal, constituído pela coligação entre o eleito presidente Rui Moreira e o então vereador da Habitação e Ação Social Manuel Pizarro, na sequência depoimento do então novo vereador da Cultura, Paulo Cunha e Silva<sup>21</sup>, em “O Porto pode ser um laboratório político-cultural para o país”<sup>22</sup>, a política cultural parece ocupar um lugar de destaque na agenda autárquica, visando, entre outros aspetos, o estado de permanente comunicação com a cidade. Paulo Cunha e Silva, ao apropriar-se do conceito de sociedade líquida de Bauman, corrobora a mudança de diretrizes propostas para a cidade, referindo-se a Campanhã como uma das linhas prioritárias de intervenção cultural, pelo que daí podemos analisar esta viragem à luz da categoria *relações com Campanhã e com a cidade, prioridade e necessidades*:

essa cidade líquida não é uma cidade cristalizada em torno de uma ideia de bairros. É uma cidade em que tudo pode acontecer em todo o lado. [A freguesia oriental de] Campanhã, por exemplo, será uma área de intervenção cultural fundamental, justamente pela articulação que a cultura deve estabelecer com as zonas mais fragilizadas da cidade.

O Porto pode ser um laboratório político-cultural para o país, Público (2013)

Na senda das *linhas estratégicas operacionais* direcionada à *política cultural*, no discurso do então vereador parece estar vincada a preocupação das políticas culturais municipais aplicadas aos territórios mais fragilizados, bem como a intenção de estabelecer parcerias com outros agentes. Assegura, também, a programação cultural

---

<sup>21</sup> Paulo Cunha e Silva faleceu em 2015, sendo as suas funções transferidas para o presidente da CMP Rui Moreira e para o adjunto do presidente Guilherme Blanc.

<sup>22</sup>“O Porto pode ser um laboratório político-cultural para o país”, publicado *online* pelo jornal Público a 17 de novembro de 2013.

como linha estratégica, ao invés da criação de novos equipamentos, referindo a escassez de orçamento para a cultura como um constrangimento refletido na forma de pensar as políticas culturais:

quando falo na cultura fora do sítio, estou a pensar, por exemplo, em bairros sociais. E já tenho alguma programação definida: haverá Wagner num bairro. O dinheiro é pouco, mas vamos desenvolver uma política de parcerias e tentar capitalizar o estado de graça que Rui Moreira conquistou.

O Porto pode ser um laboratório político-cultural para o país, Público (2013)

Considerámos a seguinte notícia “Abriram-se os portões do Matadouro para deixar entrar a cultura”<sup>23</sup> por anunciar um acontecimento cultural em Campanhã com lugar no antigo Matadouro Industrial, este que está encerrado ao público há cerca de duas décadas. Sobre as *características gerais, objetivos e perceções*, observámos a oportunidade para o público tanto de entrar no antigo Matadouro como também de assistir à rodagem de duas cenas do filme de João Sousa Cardoso “A Santa Joana dos Matadouros”, onde participam atores e habitantes da freguesia de Campanhã. Constatámos a surpresa, através dos testemunhos dos residentes, no momento em que percecionam o portão aberto e de acesso livre e gratuito para acolher um evento cultural, naquele local onde a carnificina era a função principal:

quem chega também minutos antes da hora marcada é Alvina Pinheiro, que teve conhecimento do projecto *Cultura em Expansão* através da Junta de Freguesia. Alvina está curiosa com o que se vai passar no interior do Matadouro, uma vez que a realidade que conhece é outra. “Conheci o Matadouro quando era novinha e havia muita miséria. Matavam-se aqui os bois e a gente vinha buscar o sangue para cozinhar e comer”, conta.

Abriram-se os portões do Matadouro para deixar entrar a cultura, Público (2014)

Sobre a categoria analítica *relações com Campanhã e com a cidade, prioridades e necessidades*, analisámos a cultura como motor de felicidade coletiva e de partilha identitária. Seguindo as *linhas estratégicas* direcionadas à *política cultural*, o então

---

<sup>23</sup>“Abriram-se os portões do Matadouro para deixar entrar a cultura”, publicado *online* no jornal Público a 4 de outubro de 2014.

vereador da Cultura Paulo Cunha e Silva, vê iniciado um dos planos programáticos culturais “Cultura em Expansão” inaugurado, então, no antigo Matadouro:

“este projecto já fazia parte do manifesto eleitoral, em que tínhamos a convicção de que a cultura não poderia ficar prisioneira dos territórios clássicos e devia expandir-se por toda a cidade e colonizar espaços de zonas mais degradadas, zonas que não fazem parte do itinerário fashion da cidade”, explica [Paulo Cunha e Silva].

Abriram-se os portões do Matadouro para deixar entrar a cultura, Público (2014)

As primeiras pistas que surgem em relação ao projeto municipal para o antigo Matadouro Industrial do Porto chegam do anúncio, em reunião de executivo, do presidente da CMP Rui Moreira, explanado na notícia “Nova casa do Museu da Indústria será no antigo Matadouro Industrial do Porto”<sup>24</sup>. Sobre a categoria *características gerais, objetivos e percepções*, é possível identificar a intenção de construir uma nova casa para o espólio do Museu da Indústria - este que tem estado desde 2006 encerrado num armazém na freguesia de Ramalde, sem acesso ao público. Neste sentido, o antigo Matadouro Industrial é apontado como local de abrigo para o espólio, sem que sejam avançadas datas ou prazos para a concretização do museu. Nesta direção, e tendo como referência as *relações com Campanhã e com a cidade, prioridades e necessidades*, parece ser ação prioritária a devolução do museu à cidade - espaço íntimo da história e identidade portuense. Neste sentido, está aplicado o primeiro princípio da política cultural, apresentado por Pinto (1994), sendo este a criação e/ou salvaguarda de infraestruturas básicas especializadas que, neste caso, o futuro espaço museológico pretende comunicar e preservar o produto cultural identitário do passado industrial portuense. Para além do Museu da Indústria, são anunciadas outras propostas para o espaço do antigo Matadouro:

a nossa vontade é que o Museu da Indústria seja devolvido à cidade e que seja instalado no Matadouro, no âmbito do projecto mais vasto que estamos a delinear para lá [Rui Moreira].

Nova casa do Museu da Indústria será no antigo Matadouro Industrial do Porto, Público (2015)

---

<sup>24</sup>“Nova casa do Museu da Indústria será no antigo Matadouro Industrial do Porto”, publicado *online* no jornal Público, a 20 de outubro de 2015.

Ainda no plano cultural, analisámos outra notícia referente a um evento cultural no antigo Matadouro Industrial - “Arquipélago” junta comunidade”<sup>25</sup>-, evento criado pela companhia Ao Cabo Teatro. As *características gerais* podem ser organizadas em dois momentos – o primeiro com a encenação “À Margem da Alegria”, protagonizada por atores e residentes na freguesia; e o segundo momento com a inauguração da exposição “Sem Volta Nunca Mais, Uma Pequena História do Possível” realizada por artistas plásticos. As *linhas estratégicas operacionais* direcionadas à *política cultural* dizem respeito à integração de residentes de Campanhã na peça de teatro, sendo este o culminar de um processo de desenvolvimento criativo e coletivo. Neste ponto falamos num princípio fundamental da política cultural com vista à democracia cultural – formação e alargamento de públicos – com a participação da comunidade em projetos artísticos diminuindo, assim, a distância entre a obra e o recetor. Este evento surge da programação municipal “Cultura em Expansão”, tal como vimos anteriormente, é um plano cultural aplicado ao território, que pretende levar as práticas e expressões artísticas a locais mais debilitados economicamente:

pretende-se pensar a partir dos territórios concretos de intervenção, pensar a pólis, a república e a democracia, com as armas da criação artística, com os habitantes e com as comunidades envolventes.

Arquipélago junta comunidade, Público (2015)

Lançadas as pistas, surgem, um mês depois, os primeiros esboços do projeto em “Matadouro vai ter gastronomia, arte, empresas e investigação”<sup>26</sup>, onde podemos analisar as ambições municipais para o espaço. Este projeto vem no seguimento da candidatura submetida ao Programa Operacional Regional Norte 2020/setembro 2015 do PEDU, que visa a implementação de espaços a várias áreas do empreendedorismo, cultura e conhecimento, e vem afirmar o antigo Matadouro como pilar fundamental para o desenvolvimento económico, urbano e social da zona:

---

<sup>25</sup>“Arquipélago junta comunidade”, publicado *online* pelo portal de notícias do Porto., a 1 de novembro de 2015.

<sup>26</sup>“Matadouro vai ter gastronomia, arte, empresas e investigação”, publicado *online* pelo jornal Público na secção P3, a 30 de novembro de 2015.

a Câmara do Porto pretende dotar o antigo Matadouro Municipal de espaços de incubação de empresas, estúdios de novos media, lazer, investigação, gastronomia, arte contemporânea e residências, transformando o equipamento numa âncora da revitalização da zona de Campanhã.

Matadouro vai ter gastronomia, arte, empresas e investigação, Público P3 (2015)

Tendo como referência as *relações com Campanhã e com a cidade, prioridades e necessidades*, o executivo de Rui Moreira reforça a prioridade da ascensão da atratividade da freguesia de Campanhã e, conseqüentemente, da restante área municipal através da implementação do projeto referido:

o PEDU nota que se pretende criar no Matadouro “um pólo de inovação e de criação, com uma capacidade de atracção, seja no que respeita aos profissionais seja ao nível dos visitantes que se estende a toda a cidade ao espaço metropolitano”.

Matadouro vai ter gastronomia, arte, empresas e investigação, Público P3 (2015)

No que diz respeito às *linhas estratégicas operacionais* direccionadas à *política cultural* e às *intervenções urbanísticas*, o futuro equipamento será composto por múltiplos espaços dedicados a vários setores, desde o empreendedorismo à criação artística. Com a implementação do projeto, o executivo da CMP considera o efeito imediato na regeneração da área, ao qual se juntam outros dois projetos municipais – reconversão da estação de recolha da STCP e da antiga fábrica “A Invencível”, situada a metros do antigo Matadouro:

este polo deverá configurar-se como alavanca da regeneração urbana da envolvente imediata, designadamente em articulação com os projectos de requalificação previstos para a Praça da Corujeira e para o espaço público que liga ambos. Adicionalmente espera-se que os efeitos de difusão se alarguem a toda a área oriental da cidade, claramente marcada por um contexto socioeconómico vulnerável.

Matadouro vai ter gastronomia, arte, empresas e investigação, Público P3 (2015)

#### **4.1.2. Depois da apresentação do projeto**

A primeira apresentação pública (e internacional) do projeto aconteceu dia 14 de abril de 2016 na 21ª Trienal de Artes, Design e Arquitetura em Milão e, posteriormente, em território nacional, aconteceu no dia 20 de abril de 2016, no antigo Matadouro

Industrial do Porto. Neste sentido, é oportuno dividir esta etapa metodológica após a primeira apresentação pública do projeto, sendo que analisámos cronologicamente as notícias da imprensa publicadas de abril de 2016 até setembro de 2017.

A notícia “Rui Moreira quer tornar Matadouro uma “rua do Porto”<sup>27</sup> expõe depoimentos e reações do presidente da CMP Rui Moreira, do vereador da Habitação e Ação Social Manuel Pizarro, do presidente da JFC Ernesto Santos e de alguns residentes após a apresentação do projeto. Sobre a categoria *características gerais, objetivos e perceções*, o presidente da CMP demonstra expectativas em dotar o espaço de movimento e vida, tanto de trabalhadores como de visitantes, como também, refere que será importante para a condição económica dos portuenses. Salientamos, ainda, a opinião de uma residente e natural da freguesia que relembra os tempos mais difíceis vividos no período de funcionamento do Matadouro e revela, também, satisfação face ao interesse municipal por Campanhã:

Áurea Silva era uma campanhense entre todos os que se ouviam no recinto. Porém, destacava-se pela emoção nítida no seu rosto: “Sou daqui de Campanhã e conheço isto desde a minha ‘meninice’”, confirma Áurea. A natural daquela freguesia mostrava-se orgulhosa pelo “bom caminho” que Campanhã está a levar: “Esta zona já foi discriminada, mas agora os tempos são outros”, apontou a campanhense. Áurea Silva carrega já 66 anos de vivências na zona oriental do Porto que, segundo a residente, “tem sido muito esquecida”

Rui Moreira quer tornar Matadouro uma “rua do Porto”, Jornalismo PortoNet (2016)

Rui Moreira compara as estratégias concebidas para o antigo Matadouro com a triangulação das propostas da governança atual – cultura, coesão social e economia -, considerando o projeto a imagem política que ambiciona para a cidade. Também Manuel Pizarro, posiciona o projeto como um importante passo para a solidificação do passado e construção do futuro da cidade:

o projeto do Matadouro de Campanhã tem todo o potencial e vai ser o centro do ressurgimento da freguesia como um grande pólo para o futuro do Porto. (...) “Esta requalificação do Matadouro significa uma cidade que, com os pés bem assentes na sua história, na sua identidade, no seu passado, se projeta para o futuro, para ser uma cidade com mais qualidade de vida e com mais

---

<sup>27</sup>“Rui Moreira quer tornar Matadouro uma ‘rua do Porto’”, publicado *online* pelo Jornalismo PortoNet, a 21 de abril de 2016.

inclusão social” [Manuel Pizarro].

Rui Moreira quer tornar Matadouro uma “rua do Porto”, Jornalismo PortoNet (2016)

A análise da seguinte notícia leva-nos ao cruzamento entre a estrutura física do antigo Matadouro e a esfera da criação artística em “Filipe Cortez leva o antigo matadouro do Porto a Nova Iorque”<sup>28</sup>. Relata a exposição “Ecdysis” do artista plástico Filipe Cortez numa galeria em Nova Iorque, cujo conceito e a criação dos objetos artísticos foram desenvolvidos a partir e no espaço do antigo Matadouro:

o projecto nasce da ideia da ecdise animal, onde o corpo solta a sua pele antiga para dar espaço a um novo corpo/desenvolvimento, o mesmo [tipo de processo] que irá acontecer com o antigo Matadouro de São Roque, no Porto [Filipe Cortez].

Filipe Cortez leva o antigo matadouro do Porto a Nova Iorque, Público (2016)

Sobre a categoria *relações com Campanhã e com a cidade, prioridades e necessidades*, observámos a dependência do trabalho desenvolvido pelo artista ao espaço do antigo Matadouro, sendo este espaço a sua base conceptual, onde procura preservar vestígios do passado e memórias daquele lugar, nas camadas de latex, das formas, texturas, resíduos e pigmentos. Sobre a categoria *linhas estratégicas operacionais* observamos a problematização do ímpeto de construção urbanística de Nova Iorque pelo artista:

numa cidade como Nova Iorque, em que os edifícios são demolidos constantemente e substituídos por outros, torna-se interessante levantar esta discussão sobre como manter a história de um lugar, criando algo novo e, ao mesmo tempo, sem apagar toda a sua existência e história.

Filipe Cortez leva o antigo matadouro do Porto a Nova Iorque, Público (2016)

À luz da reabilitação e renovação urbana sentida na cidade, podemos considerar a notícia “Zona oriental é oportunidade para investir no mercado de escritórios do Porto”<sup>29</sup>, direccionada ao setor imobiliário. Neste sentido, e tendo em conta, a categoria

---

<sup>28</sup>“Filipe Cortez leva o antigo matadouro do Porto a Nova Iorque”, publicado *online* pelo jornal Público na secção P3, a 3 de novembro de 2016.

<sup>29</sup>“Zona oriental é oportunidade para investir no mercado de escritórios do Porto”, publicado *online* pelo jornal Público, a 22 de março de 2017.



*características gerais*, analisamos que o foco imobiliário está agora orientado para Campanhã e Bonfim. Estas freguesias são apresentadas como territórios de oportunidades de negócios e, conseqüentemente, de implementação de escritórios para empresas em antigos espaços industriais. O conteúdo parece notar certo otimismo face às freguesias orientais sendo que, para o futuro, o mercado estará mais profissional e capaz para captar investimento mais institucional e atrair capital para a continuação sustentável do ciclo imobiliário:

“reiterando que a zona oriental do Porto, composta por armazéns e indústrias desocupadas “que dariam reabilitações fenomenais”, Rui Moreira nomeou os projectos do matadouro de Campanhã e do terminal multimodal de Campanhã, este “já concluído”, como exemplos dos esforços de dinamização daquela unidade de reabilitação do Porto.

Zona oriental é oportunidade para investir no mercado de escritórios do Porto, Público (2017)

Observámos a continuação do interesse municipal e interesse privado pela freguesia de Campanhã na análise dos seguintes conteúdos. “Estúdios de gravação? Uma fonoteca? É A música a caminho de Campanhã!”<sup>30</sup> anuncia o futuro “condomínio” chamado de Plataforma Campanhã – denota as *relações com Campanhã e com a Cidade* -, especificamente dedicado à área do audiovisual, onde habitarão entidades ligadas ao setor, a partir do primeiro trimestre de 2018. Planeado para produção e edição audiovisual e escritórios de empresas ligadas ao setor, soma-se um espaço para a coleção municipal de 34 mil discos em vinil, cedida pela CMP, estando esta coleção, atualmente, na Biblioteca Municipal de Almeida Garrett. Além da fonoteca e dos espaços dedicados ao setor audiovisual da *Arda Recording Company*, principal investidor privado do projeto, também estarão à disposição estúdios para aluguer a empresas, editoras ou músicos.

Este novo equipamento será implementado num antigo armazém situado numa rua privada, que por sua vez, está localizado numa das principais artérias da freguesia de Campanhã, a rua Pinto Bessa, privilegiada pela proximidade das estações de comboio e metro de Campanhã. Caracteriza-se por ser um projeto de iniciativa privada em parceria com a CMP cujas *linhas estratégicas operacionais da política cultural, democratização cultural e intervenções urbanísticas* surgem pela materialização do trabalho desenvolvido

---

<sup>30</sup> “Estúdios de gravação? Uma fonoteca? É A música a caminho de Campanhã!”, publicado *online* pelo jornal Público a 17 de maio de 2017.

pelo executivo da CMP, que virá a comunicar com outros dois projetos “âncora” – o Matadouro e o intermodal de Campanhã. Pelo lado do investidor privado, observámos a mudança dos seus escritórios localizados na rua Sá da Bandeira para Campanhã. É, portanto, um sinal da crescente atratividade da freguesia na perspetiva privada e camarária:

o autarca [Rui Moreira] diz que tem tido vários contactos de investidores da área do audiovisual, interessados em espaços no Porto, e explica que a Investporto os direcciona para Campanhã, onde não faltam edifícios amplos, devolutos.

Zona oriental é oportunidade para investir no mercado de escritórios do Porto, Público (2017)

Avançamos com a notícia sobre o antigo Matadouro, “Projeto de transformação do antigo Matadouro de Campanhã avança no próximo mês de julho”<sup>31</sup>, onde estão esclarecidos alguns contornos que, até agora, não eram conhecidos. As *características gerais, objetivos e perceções* orientam-se pela apresentação do concurso público para a reconversão e exploração do antigo Matadouro do Porto, este que será concessionado ao vencedor do concurso durante 30 anos, sendo o valor de construção cerca de 15 milhões de euros. São divulgados os critérios de avaliação dos projetos, como também, o prazo de conclusão do projeto do Matadouro, estimado em três anos e quatro meses:

na avaliação das propostas, o fator preço apenas contará 25%, sendo que os restantes 75% incidem sobre qualidade técnica da proposta apresentada, explicou Valente.

Os concorrentes terão que apresentar um plano de exploração, de programação e de manutenção" do edifício, disse, acrescentando que haverá "requisitos mínimos", designadamente de capacidade técnica e de capacidade financeira.” [vereador do Pelouro da Economia Ricardo Valente].

Projeto de transformação do antigo Matadouro de Campanhã avança no próximo mês de julho, Porto. (2017)

No que concerne à *política cultural*, a CMP será responsável por oito mil metros quadrados respeitantes aos espaços de índole cultural e social sendo a restante área de responsabilidade da entidade privada:

---

<sup>31</sup>“Projeto de transformação do antigo Matadouro de Campanhã avança no próximo mês de julho”, publicado *online* pelo Portal de notícias do Porto., a 27 de junho de 2017.

de acordo com o arquiteto Pedro Baganha, a ideia é que "os espaços cultural e social", que ocuparão cerca de oito mil metros quadrados dos mais de 20 mil metros quadrados disponíveis para construção, fiquem "na gestão direta da Câmara do Porto", sendo o restante explorado pela entidade privada que vier a ganhar o concurso.

Projeto de transformação do antigo Matadouro de Campanhã avança no próximo mês de julho, Porto. (2017)

Considerando, as *linhas estratégicas e operacionais* direcionadas às *intervenções urbanísticas*, os vereadores reforçaram a futura construção do edifício à altura da VCI, que permitirá o desencarceramento urbanístico, como também, a construção de um percurso interior que liga a rua de São Roque e a estação de metro do Estádio do Dragão.

Analisámos, por último, a notícia “É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro”<sup>32</sup>. A notícia aborda um evento de três dias, o “Reclaim the future/Exige o Futuro” iniciativa de cinco companhias europeias, no qual o “Visões Úteis” é o projeto artístico português envolvido neste projeto europeu, este que trabalha com a comunidade de Campanhã há vários anos. O *objetivo* primordial foi o envolvimento da comunidade através da participação, tendo como ferramentas as histórias, memórias e as exigências da população para o futuro da freguesia:

“Campanhã é um mundo, tem muitos bairros e personalidades diferentes, mas descobrimos este tecido de colectividades, de associações e de pessoas que estão a tentar levar grupos inteiros atrás de si e a tentar recuperar coisas que existiram há muitas décadas atrás e que caíram no abandono”, explica Ana Vitorino, directora artística.

É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro, Público (2017)

Na categoria *relações com Campanhã e com a cidade, prioridades e necessidades*, sabemos que envolvimento da comunidade, tida como a essência do projeto, teve como prioridade o território como eixo fundamental de ação. Esta iniciativa teve três paragens obrigatórias que, simbolicamente, marcam três etapas temporais nas quais os moradores colocaram questões e, também, mostraram forte enraizamento e desalento aos lugares. A primeira paragem teve lugar no bairro demolido de São Vicente de Paulo, representado

---

<sup>32</sup>“É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro”, publicado *online* pelo jornal Público, a 13 de julho de 2017.

por questões e memórias do passado, o Jardim da Corujeira representado pelo presente e o antigo Matadouro foi o lugar direcionado ao questionamento do futuro da freguesia:

sempre que fala no bairro, Amélia faz questão o tratar como “seu”, por muito que dele apenas restem alguns pedaços. As questões que coloca são as mesmas que todos os ex-moradores continuam a tentar responder: “Porque é que puseram as pessoas de lá para fora? Nós estamos aqui e todos os dias olhamos para ali e pensamos que saímos de um sítio que gostávamos tanto e agora aquilo está tudo parado.

Já as questões sobre o futuro vão ser apresentadas no Matadouro Municipal, antigo “lugar de morte” e hoje um sítio com planos para ser “um grande espaço de acolhimento de artes e indústrias criativas e está só à espera de começar esse futuro”, explica Ana Vitorino.

É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro, Público (2017)

*As linhas estratégicas operacionais* direcionadas à *política cultural* desta iniciativa são pautadas pelo envolvimento da comunidade através da participação na performance. Mais uma vez, verificámos aqui a pretensão de formação e alargamento de públicos, a partir da união de sinergias entre vários agentes da comunidade, onde o espaço público foi palco da intervenção artística. Trata-se de promover o empoderamento da população através das expressões e práticas artísticas:

para Inês de Carvalho, responsável pela direcção da parada, era essencial que este evento não começasse do nada, mas do que as pessoas já sabem fazer e com o que “já está em curso nas suas mais diversas especialidades técnicas, artísticas e sociais.

É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro, Público (2017)

Os agentes artísticos envolvidos consideram importante que este evento, em particular, não seja efémero, mas que perpetue algo nos atores sociais. Para tal, as histórias e testemunhos recolhidos serão partilhados num livro e numa aplicação para telemóvel, para a memória coletiva:

“queremos devolver às pessoas este registo, esta ideia de que o seu passado não desapareceu com o bairro e está documentado. Aquilo existiu, aquelas relações, a memória afectiva que elas têm deste espaço não vive só dentro delas, e a partir de agora ninguém pode ignorar”, explica a directora artística.

É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro, Público (2017)

Em jeito de considerações finais a respeito do presente observatório de imprensa, interessa mencionar que o mesmo sofreu consecutivas atualizações até à data de conclusão da investigação, à medida que foi acompanhando a própria mutação do projeto para o antigo Matadouro, bem como outras diretrizes culturais e urbanísticas para a freguesia de Campanhã. Este observatório tornou-se, assim, um poderoso aliado face à carência de informações mais detalhadas as quais apenas tivemos acesso através da publicação de notícias por jornais generalistas e, também, pelo acesso de conteúdos institucionais, produzidos pelo portal de notícias da CMP. Sobre o projeto para o antigo Matadouro que, até hoje, não apresenta diretrizes estruturais e institucionais definitivas, acreditamos que o presente observatório de imprensa será importante para futuras investigações sobre o projeto para o antigo Matadouro, como também, sobre a freguesia, uma vez que procede à reunião e ao diálogo entre as (escassas) informações que foram sendo publicadas.

Relativamente aos constrangimentos na elaboração do observatório de imprensa, o primeiro prende-se, sobretudo, com a quantidade de conteúdos disponíveis na imprensa que, à luz dos objetivos propostos, é considerada baixa e, por isso, se afigurou como um entrave à própria investigação. Aspeto este, que imediatamente nos leva a supor, numa primeira instância, a existência de um baixo interesse privado e público tanto pelo imóvel como pelo território em questão. Refira-se que as notícias existentes, publicadas anteriormente a 2013, fazem pequenas anotações sobre o antigo Matadouro e a sua envolvência, sem conteúdo passível de ser escrutinado. No cômputo geral, a análise de notícias leva-nos a considerar que o ano de 2013 representa a charneira na esfera jornalística, coincidindo, com o interesse municipal, tendo sido esta, aliás, a principal razão pela qual iniciámos a análise do nosso observatório. O ano de 2013 assinala, então, o aumento gradual de produção de notícias referentes tanto ao antigo Matadouro quanto à área envolvente e, conseqüentemente, à política cultural municipal acionada no território em causa. Esta tendência verifica-se com maior ocorrência a partir de 2016, visto que a produção de informação acontece com mais frequência, essencialmente devido às preocupações urbanísticas de reabilitação e revitalização, em paralelo com a fomentação de atratividade económica da freguesia de Campanhã.

O segundo constrangimento aponta sobre o próprio cariz das informações. Segundo Pierre Bourdieu (1997), o jornalismo é um campo de forças com regras e lógicas

próprias sob mecanismos de autonomia e de dependência. Existem, portanto, relações de atração ou repulsa dentro do campo jornalístico que influenciam aquilo que é lançado para a esfera pública, sendo assim, importante polidor de opinião pública. No seguimento, Bourdieu (1997) aborda a questão da audiência, direcionado à televisão, que, pelas lógicas de mercado, apela ao consumo e torna o conteúdo jornalístico uma mercadoria permanente. Segundo Araújo & Magalhães (2012, p.115):

o jornalismo que zela pelas fontes e se alimenta de factos, também cresce com as audiências, mesmo que tais “factos”, sejam em si mesmos, já fenómenos construídos. O jornalismo que pretende ser isento, clama objectividade e se afirma transparente, desenrola-se na própria acção discursiva construída.

Por outras palavras, a produção jornalística ocupa um lugar estratégico e atua como instrumento de formação de opinião pública tornando-se, assim, mercadoria. O jornalismo revela-se, assim, um motor para a ideologia no campo político e económico (Bourdieu, 1997; Araújo & Magalhães, 2012).

Os mecanismos de dependência do jornalismo, por nós considerado, atuam na homogeneização dos conteúdos dos jornais generalistas nacionais e locais, informações que advém do portal de notícias Porto., sítio *online* institucional gerido pela CMP que, tal como avançámos anteriormente, revelaram-se na quantidade de conteúdos sobre os temas. Tais situações levam-nos às seguintes constatações: no seguimento, poderá existir dependência dos jornais generalistas nacionais e locais face ao portal de notícias Porto., este que se torna a fonte primordial. A isto, acrescenta-se questões ligadas à contaminação e manipulação dos conteúdos tornando-os, assim, em mercadorias de propaganda política. A atual dependência nestes termos poderá interferir na autonomia do campo jornalístico, se inserido em lógicas de marketing político, poderá resultar no enviesamento das informações tornadas públicas, como dissemos, a favor daquele que é proprietário da mercadoria.

#### **4.2. Notas preliminares: a chegada ao terreno**

É um erro acreditar que o pintor se encontra perante uma superfície branca. (...). Ora acontece que tudo o que tem na cabeça ou à sua volta está já na tela, mais ou menos enquanto virtualidade,

mais ou menos como atualização, antes de começar o seu trabalho. Tudo isto está presente na tela, enquanto imagens atuais ou virtuais (Deleuze, 2001, p.151).

Antes do começo do trabalho, a tela está já ocupada por toda uma categoria de coisas a que podemos chamar «clichés» (*ibidem*, p. 152).

Fazendo um paralelismo com o processo criativo, tal como acontece na prática pictórica antes da primeira pincelada, o pintor deve retirar o excesso de “coisas” ou “clichés”, a fim de tornar a tela branca para que o trabalho aconteça sem “condicionantes”. No campo da investigação social, o processo é semelhante, sendo o terreno de trabalho homólogo da tela, e o processo de retirar os “clichés” são, para a Sociologia, os valores na teoria de Max Weber sobre a neutralidade axiológica.

Assim, o confronto com a tela é, em certa medida, análogo ao encontro do sociólogo com o terreno e, também na nossa investigação, chegámos ao terreno conscientes dos “clichés” existentes na nossa “tela”, os quais pretendemos retirá-los e descodificá-los.

Posto isto, as incursões iniciaram-se no final de fevereiro de 2017 e terminaram em agosto de 2017, sendo que até maio de 2017 realizámos, apenas, observação direta participante e não participante. Nos meses seguintes, continuámos as observações e intercalámos a captação de fotografias e vídeos. Nesta última, estávamos conscientes que a introdução desta ferramenta de recolha de informações apenas seria benéfica para a investigação quando o plano teórico estivesse estabelecido pois, segundo Ferro (2205, p.381), “[a teoria] deve exercer uma função de comando”.

No que diz respeito à análise das informações recolhidas, bipartimo-la em momentos, sendo a primeira direcionada à zona envolvente do antigo Matadouro, esta que engloba a análise da organização e utilização social do espaço por parte da população, comportamentos e interações sociais e outros elementos adjacentes; a segunda diz respeito ao antigo Matadouro, relativamente ao estado de preservação, à sua posição espacial e perspetiva envolvente.

#### **4.2.1. Observação direta e captação de imagens**

Como referimos no capítulo 3, optámos pela observação direta participante e não participante não assumindo, na totalidade, os pressupostos das técnicas de campo

etnográficas, que inclui a permanência prolongada no terreno e a observação direta participante no contexto social. A razão pela qual não estabelecemos contacto prolongado no terreno deve-se, essencialmente, à questão do prazo estipulado para a investigação e, por isso, não nos foi possível a observação direta durante um período considerado, por nós, satisfatório. Porém, continuamos a afirmar que durante a investigação, a recolha e análise das informações brevemente anunciadas, revelam a forte ligação à etnografia, até porque, segundo Frazão-Moreira (2002, pp.136-137):

o método etnográfico não se reduz à técnica de campo com que normalmente é identificado, a observação-participante, e a eficácia da pesquisa etnográfica não pode ser confundida com a dimensão da estadia no terreno, com a qualidade das descrições realizadas nem com a empatia gerada entre investigador e investigados.

Assim, o confronto com a nossa “tela em branco” aconteceu, como dissemos, em fevereiro de 2017, sendo que até final de maio de 2017, dedicámo-nos apenas à observação direta não participante e observação participante. Nos meses seguintes, até final de agosto de 2017, articulámos as observações com a captação de fotografias e vídeos. No total, realizámos dez incursões que alternámos os dias da semana e as horas, a fim de recolher e comparar informações mais variadas. Três das incursões aconteceram no âmbito de duas iniciativas culturais ocorridas na área envolvente e no espaço do antigo Matadouro: o evento “Open House Porto”<sup>33</sup>, no qual o antigo Matadouro esteve aberto ao público durante os dias 1 e 2 de julho; e o “Reclaim the Future/Exige o Futuro” que aconteceu dia 15 de julho com a participação da comunidade e de grupos artísticos num percurso performativo, sobre o qual analisámos uma notícia presente no observatório de imprensa.

Por último, interessa ainda acrescentar que valorizou-se o percurso pedonal<sup>34</sup> até ao local que, pela proximidade entre o local de residência da investigadora, possibilitou a criação de um caminho, mais ou menos fixo, que permitiu uma reflexão mais aprofundada das diferenças e semelhanças urbanas e sociais ao longo do seu percurso.

A primeira incursão e, consequentemente, a curiosidade de observar o antigo

---

<sup>33</sup> Desde 2015, o evento anual “Open House Porto” abre as portas ao público de locais de interesse arquitetónico.

<sup>34</sup> Os trajetos foram: avenida de Fernão de Magalhães, a rua do Amparo, a praça das Flores, a rua do Bonfim e a rua São Roque da Lameira.



Matadouro levou-nos, automaticamente, à tentativa de observá-lo no seu interior uma vez que, à exceção de situações pontuais, o edifício está encerrado ao público, facto este que constituiu um dos principais obstáculos durante a pesquisa:

chego ao portão e apercebo-me que está aberto e, por isso, entro na expectativa de encontrar alguém. Aproveito o momento para tirar uma fotografia entre o gradeamento que tapava a entrada para a nave central. E nisto, assusto-me, com uma voz masculina ao longe direccionada para mim. Dois polícias interseitam-me:

-“Menina, não pode estar aqui”

-“Porquê?”

-“Isto é propriedade privada!”

Pouco satisfeita com a resposta dos polícias tento saber mais informações mas, os agentes, pouco sabem sobre o espaço ou como posso pedir autorização para tirar fotografias.

Observação n.º 1, 21 de fevereiro 2017, antigo Matadouro Industrial, Porto.

Anexado à área do antigo Matadouro, está situada a esquadra da PSP da Corujeira e, por esse motivo, surgiram dois polícias no momento descrito. Segundo os agentes, aquele local é “propriedade privada” sendo um edifício municipal e, quando questionados sobre este facto, um dos agentes justificou comparando o antigo Matadouro com a Sede da CMP. Segundo o agente, também é um edifício público e, no entanto, é propriedade privada. Porém, questionámo-nos sobre este aspeto pois, à entrada do antigo Matadouro, já no seu interior, aquele espaço serve de estacionamento de automóveis, alguns identificados com o logo camarário do “Porto.”, automóveis da PSP e, por fim, também estavam estacionados carros sem identificação.

No que concerne à área envolvente, privilegiámos o Jardim da Corujeira nas nossas observações. Enquanto espaço público, permite a estadia e a passagem da população, revelando-nos informações relativas ao uso do espaço, comportamentos e interações sociais daqueles que o usufruem. O Jardim, inserido na Praça com o mesmo nome, é um espaço central retangular de grande dimensão, permeável e relvado cujos plátanos fazem de barreira aos raios de sol, tornando o local fresco e agradável. Circundado por ruas e atravessado por percursos pedonais, está dotado com bancos e caixotes de lixo, bem como, um monumento de homenagem ao gráfico português em mau estado de conservação e o Centro Social da Corujeira. Dada a sua posição morfológica e as vistas desafogadas a poente, observámos o Jardim de São Roque, a VCI, parte do

viaduto da avenida 25 de Abril e o Estádio do Dragão. Por sua vez, a Praça da Corujeira é conformada por um conjunto de edifícios maioritariamente residenciais, como também, com comércio ou serviços no rés-do-chão e, por fim, escola EB1/JI da Corujeira a sul e, como dissemos na delimitação do campo de análise, o edifício da Junta de Freguesia de Campanhã, a nascente. No limite sudoeste, é intersectada ainda pela Avenida 25 de Abril, uma via de articulação à VCI ou, através do viaduto que a supera, de ligação à freguesia do Bonfim:

o Jardim da Corujeira, onde me encontro sentada num dos bancos típicos de jardim, tem um terreno consideravelmente amplo, com árvores bastante altas que me protegem dos tímidos raios de sol. As paisagens pedonais no relvado criam caminhos que facilitam o acesso a quem atravessa o jardim. Contudo, nota-se descuido na manutenção, a relva verde é escassa e o lixo é constante na área do jardim, com beatas, copos de plásticos, garrafas de cerveja e outros objetos no chão...os caixotes do lixo em mau estado de conservação.

Observação n.º 2, 17 de março de 2017, Jardim da Corujeira, Porto.

Além da área do Jardim observámos, com mais ou menos intensidade, a presença de lixo em todo o campo de análise, quer em passeios quer junto aos contentores destinados para o efeito. Ao longo da investigação, os objetos mais vezes observados foram raspadinhas usadas, beatas, embalagens de comida, guardanapos, etc. Estes objetos encontravam-se de forma mais presente nas proximidades de estabelecimento de comercialização dos chamados “jogos da sorte” ou perto de locais de venda de alimentos. Esta situação pode ser explicada, como dissemos, pela existência de dois estabelecimentos de comercialização de raspadinhas e outros jogos, como também pela localização do Minipreço, um local com bastante afluência.

Ao atentar ao fluxo e permanência no espaço público que, inicialmente, privilegiámos – o Jardim da Corujeira -, durante o período da manhã e início da tarde (10h-14h), percebemos que é um local de passagem, devido à facilidade de acesso concedido pelos percursos pedonais que o rompem. Observámos movimento de pessoas, porém, foi pouco significativo se compararmos ao movimento automóvel nas ruas adjacentes. A população que mais tempo permaneceu no local era, maioritariamente, composta por idosos do sexo masculino, alguns com dificuldades de locomoção, indicado pelo uso de bengala, e verificámos que parte destes indivíduos eram acompanhados por

cães de porte pequeno. Grosso modo, o Jardim atua como um lugar de encontro de pessoas que se conhecem ou que partilham rotinas semelhantes. Observámos a utilização dos bancos de jardim, a fim da interação social, neste caso, por parte de grupos de três pessoas que conversam entre si:

observo, a poucos metros, três mulheres sentadas no banco, onde fumam cigarros e conversam sobre alguém. Sem pudor ou receio de serem ouvidas, as mulheres lançam-me olhares. Cumprimentam quem passa por elas: “Bom dia Lurdes”, entre os mexericos e indignação dos acontecimentos relatados.

Observação n.º 3, 4 de abril de 2017, Jardim da Corujeira, Porto.

No decorrer desta incursão, reparámos na movimentação no interior do antigo Matadouro, marcada pela entrada e saída de uma carrinha que nos leva a supor, também pelo ruído produzido, na ação de limpeza no interior do edifício, ações visíveis da rua São Roque da Lameira.

A seguinte incursão aconteceu no período de final de tarde (16:30h-19h), no qual encontrámos diferentes sociabilidades no Jardim da Corujeira. Menos movimentado, quando comparado ao período da manhã, observámos a passagem de crianças vestidas com batas da primária e acompanhadas por adolescentes ou jovens adultos, justificada pela proximidade da escola primária. Noutro sentido, observámos cinco jovens adultos, pertencentes ao mesmo grupo de acordo com os penteados, indumentária, gestos e vocábulos semelhantes, sendo este o único grupo que permaneceu no local:

a chegada de dois jovens a um grupo de jovens adultos, aparentemente, da mesma idade, com estilo de penteados e indumentárias semelhantes, é feita com alarido. Enquanto conversam, trocam um “cigarro” entre eles.

Observação n.º 4, 16 de maio de 2017, Jardim da Corujeira, Porto.

Outro local que, para nós, foi importante durante a recolha de informações foi a paragem de autocarros situada na rua São Roque da Lameira, próxima à entrada principal do antigo Matadouro, caracterizada por ser um local público com muita afluência e permanência pouco prolongada de indivíduos. Considerámos um local propício de recolha *in situ* de conversações e interações, sendo as perguntas mais regulares referentes aos horários e passagens dos autocarros:

na paragem, finjo que espero que próximo autocarro. É uma correria constante. Quando um autocarro passa e para, a paragem fica vazia. Poucos minutos depois, aparece alguém que me pergunta se o 401 já passou.

Observação n.º 5, 13 de junho de 2017, rua São Roque da Lameira, Porto.

Ressalvamos que, durante o período no terreno, existiram mais interações entre desconhecidos e a investigadora. A seguinte citação relaciona-se com uma interação espontânea, por parte de uma senhora dentro de um carro, este estacionado numa passadeira para peões. Além deste tipo de infração, apesar de não ser uma zona com parquímetros pagos, é possível observar carros estacionados em zonas proibidas, em passeios e em segunda fila:

enquanto faço o levantamento urbanístico e comercial na interseção entre a rua São Roque da Lameira e rua Nova da Corujeira, uma senhora dentro do carro pergunta-me se era polícia à paisana: “como estava a ver a escrever pensei que fosse”.

Observação n.º 6, 2 de julho de 2017, rua São Roque da Lameira, Porto.

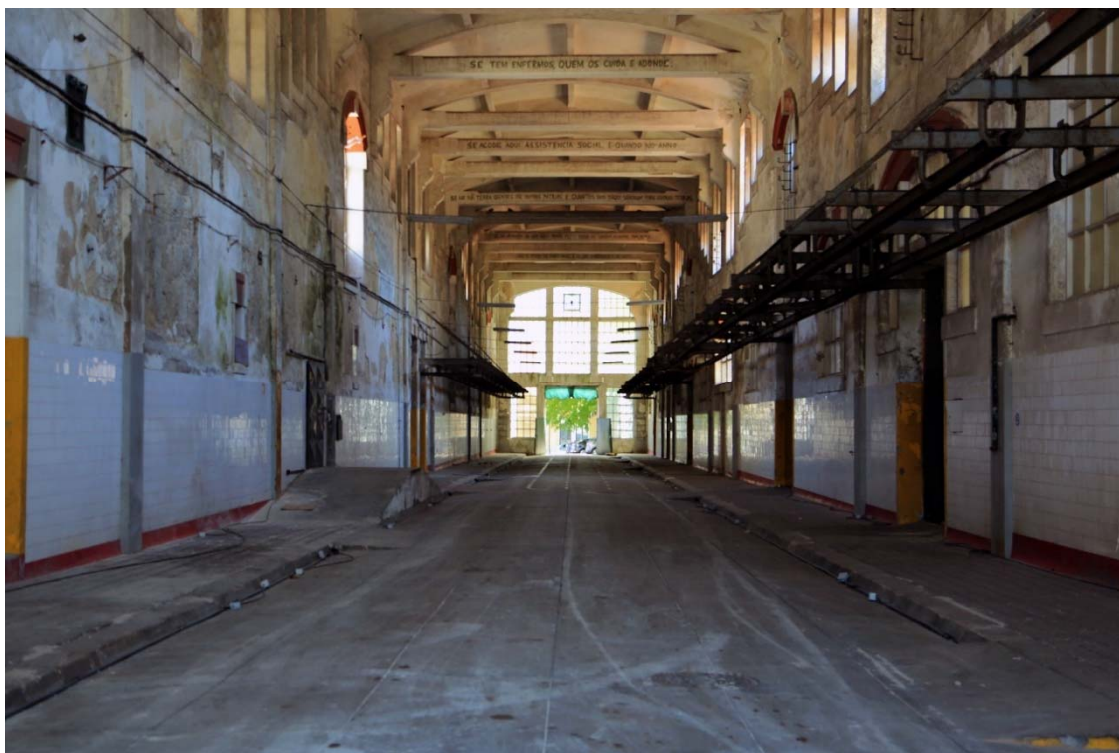
Já com equipamento audiovisual no terreno, surgiu outra conversa *in loco* iniciada por uma senhora com o propósito de conhecer o futuro dos animais da SPA que, atualmente, vivem num dos pavilhões do antigo Matadouro:

estou a filmar um plano geral direcionado à entrada do antigo Matadouro, quando sinto alguém a dirigir-se na minha direção com certa velocidade. “A menina é portuguesa?”, pergunta-me uma senhora de olhos azuis, cabelo denso de cor cinza amarrado em forma de ‘puxo’, vestida de preto e com um trolley de compras. “Sou sou”, respondo. “O que vão fazer aos animaizinhos que lá estão dentro? O quê? Sabe?! Já viu como estão os animais lá dentro?! ”

Observação n.º 7, 1 de julho de 2017, rua São Roque da Lameira, Porto.

A citação da observação n.º 7 descreve o momento da interação, sendo esta iniciada com intenção de perceber qual a nacionalidade da investigadora. Aqui, apercebemo-nos que o uso de equipamentos (fotográfico/videográfico) não é comum na zona, contrariamente à realidade de outras freguesias - como o caso da UF do Centro Histórico do Porto, onde as máquinas fotográficas e os ‘cliques’ constroem o novo quotidiano devido ao frenesim turístico no espaço público.

**Figura n.º 3** - Nave central do antigo Matadouro Industrial



Data: 1 de julho de 2017; hora: 12:23

A apresentação do percurso fotográfico no interior do antigo Matadouro inicia-se com a perspetiva da nave central do edifício de maior dimensão de todo o conjunto. Dado o alinhamento da nave com a entrada no espaço do antigo Matadouro esta funciona como uma rua-corredor interior que assegura a distribuição e o acesso às restantes naves transversais. Tal justifica o seu pé-direito e extensão longitudinal que, apesar da sua posição central, não deixa de ser iluminada lateral e superiormente por luz natural. O despojamento de ornamentos do espaço, a racionalidade da construção e a visibilidade da estrutura portante da nave reforçam o seu carácter industrial. Observámos, ainda, os ornamentos das práticas que lá aconteciam, como também, as marcas de má preservação nas paredes, nos azulejos e no pavimento.

A seguinte fotografia revela o conjunto transversal com acesso pela rua-corredor interior (figura n.º 3). Fazemos o paralelismo, inevitável, deste espaço com o de interior de uma igreja - a verticalidade, a nave central elevada e iluminada, as alas laterais mais baixas, o teto de duas-águas em madeira, a espécie de altar, entre outros elementos. Surge o azulejo branco - material liso, fácil de limpar, impermeável -, com características imprescindíveis para as práticas dos matadouros, e o chão, em cimento, com largas valas



**Figura n.º 4** - Sala da nave central do antigo Matadouro Industrial



Data: 1 de julho de 2017; hora: 12:35

**Figura n.º 5** – Entrada de um dos pavilhões



Data: 2 de julho de 2017; hora: 13:21

para o escoamento da água ou do sangue, que obriga o imaginário inicial a mudar de figura. Do lado esquerdo da fotografia, estão algumas mesas empilhadas que exemplificam a utilização dada ao espaço nas últimas duas décadas.

A figura n.º 5 corrobora as percepções visuais possíveis a partir do exterior do terreno do antigo Matadouro. Observámos a entrada de um dos pavilhões adjacentes à nave central, cujo pavimento está repleto de materiais sem uso, materiais de construção civil e sapatos. Estes objetos encontram-se, maioritariamente, no piso térreo e no piso superior. No piso superior, um buraco no telhado mostra o céu azul e possibilita a entrada de pombas que fazem dos barroteiros estruturais do telhado, os que ainda resistem, os seus ninhos:

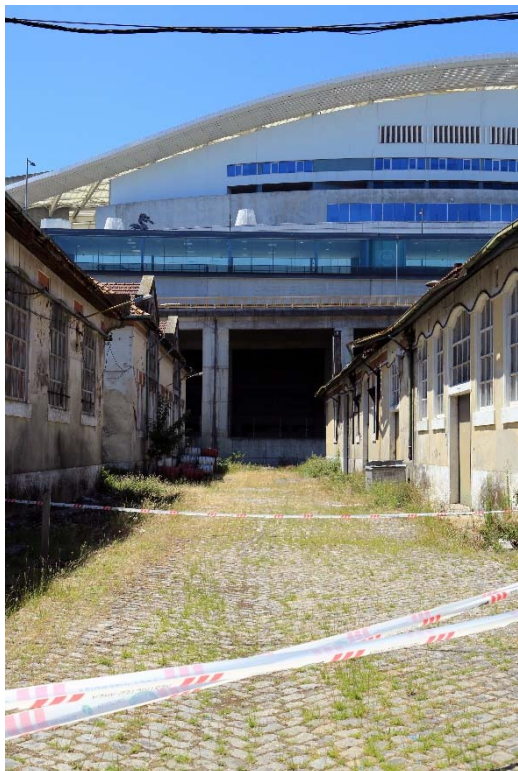
finto o olhar da voluntária do Open House e passo a faixa que limita a zona interdita aos visitantes. Com a máquina tiro fotos aos sinais de vida que existiram e existem por lá. Sapatos de senhora e de senhor pelo chão, estilhaços de janelas, tijolos partidos, barroteiros de madeira, fezes de animais e, acima de tudo, um odor arrepiante, que palavras e imagens não conseguem descrever.

Anotação da figura n.º 5, 2 de julho de 2017, antigo Matadouro Industrial, Porto.

Na figura n.º 6, encontramos-nos no exterior do terreno, onde observámos a rua-corredor exterior transversal do conjunto, percurso iniciado na figura n.º 3. É possível constatar o contraste de escalas e a posição segregada, por enterrada, do antigo Matadouro face aos restantes elementos. Na imagem, existem três patamares horizontais: o patamar inferior, é revelada a linha ferroviária que conecta as estações de Campanhã e General Torres, no patamar seguinte e central, vemos a VCI e, por último, no corte horizontal superior e recuado, a estação de metro do Estádio do Dragão. À uniformidade do conjunto edificado do antigo Matadouro e ao devasse dos meios de transporte, alia-se o Estádio do Dragão a coroar o conjunto que pelo programa que acolhe adquire o estatuto de edifício de exceção, oponente na paisagem exterior, visível nas figuras n.º 6 e 7. Tal como é perceptível nas perspetivas exteriores ao espaço, as construções da VCI, na década de 1980, e do Estádio do Dragão (2003), no âmbito do PPA, conduzem ao aumento das condições segregadoras da área envolvente. Ambas conferem à paisagem tamanha brutalidade inconsciente, asfixiando pela impetuosidade do estádio construído em cota superior e, por outro, a veloz afluência dos veículos, comboios e metros, também construídos a cota superior.



**Figura n.º 6** - Rua-corredor exterior, com três vias de transporte e o Estádio do Dragão



Data: 2 de julho de 2017; hora: 12:47

**Figura n.º 7** – Vista para o Estádio do Dragão através de uma janela estilhaçada



Data: 2 de julho de 2017; hora: 12:47

**Figura n.º 8** – Vista da rua-corredor exterior longitudinal e do pavilhão da SPA



Data: 2 de julho de 2017; hora: 13:06



O Matadouro está, assim, enterrado, simbolicamente, em posição inferior face àqueles que atravessam a freguesia sem a necessidade de encarar a sua realidade:

observo a passagem de um comboio, no andar inferior, a fugacidade automóvel, na superior e, no horizonte, um estádio de futebol com forma de OVNI. É, sem dúvida, uma paisagem contrastante, onde a natureza apodera-se da ruína e a arquitetura é monstruosa e fora de escala.

Anotação sobre a figura n.º 6, 2 de julho de 2017, antigo Matadouro Industrial, Porto.

A seguinte fotografia visa a rua-corredor exterior longitudinal do conjunto. Uma vez que o acesso ao fundo da parcela está assegurado pela rua-corredor interior, este espaço encontra-se, atualmente, praticamente inutilizado e consumido pela natureza. As fachadas que o conformam, seguindo um mesmo eixo de simetria central, possuem ritmos, vãos, materiais e remates bastante diversos, anunciando já espaços interiores distintos. Vistas isoladamente, a monotonia do seu desenho individualizado acontece mas por ambas ladearem este espaço, a confrontação prevalece. Do lado direito, avistámos o pavilhão, visivelmente degradado, cedido à SPA onde habitam centenas de cães e gatos. O ruído produzido pelos animais é inexplicável, e choca com os ruídos citadinos dos automóveis, dos comboios e dos aviões:

observo, incrédula, o pavilhão da SPA. As condições do edifício são impróprias. O ruído produzido pelos cães é ensurdecedor e altamente feroz.

Anotação da figura n.º 8, 2 de julho de 2017, antigo Matadouro Industrial, Porto.

A figura n.º 9 apresenta a vista no sentido inverso à fotografia n.º 6. A nascente, em oposição a poente, a paisagem é obstruída por uma pequena escarpa e um muro que esconde o mercado abastecedor. Não obstante, a diferença de cotas mantém-se, o que acentua a posição morfológica do antigo Matadouro enquanto vale ou fosso. Se, no sentido oposto o percurso é seccionado por vias transversais generosas, nomeadamente no contacto com a linha ferroviária e animado pelo movimento fugaz dos veículos, neste sentido, o limite do terreno é praticamente tratado como uma barreira, excluindo automaticamente a possibilidade de contágios. A degradação dos veículos, os plásticos

no chão, a densidade das ervas que brotam dos interstícios dos paralelos, acentua a degradação do espaço e a sua atual função de depositário camarário.

**Figura n.º 9** – Vista a nascente do exterior



Data: 2 de julho de 2017; hora: 13:33

O nosso posicionamento no terreno, o “lugar de fronteira” (Caria, 2002, p.13) proporcionado pela abordagem etnográfica, fez-nos considerar alguns aspetos que, de certa forma, corroboram as análises realizadas no capítulo 2, no que concerne aos dados sociodemográficos da freguesia e contextualização social e urbana. A recolha e, posteriormente, a análise das informações levam-nos a refletir sobre as discrepâncias entre o rural-urbano na zona da Corujeira. Em primeiro lugar, confrontamo-nos com as hipóteses criadas no capítulo 2, referentes à utilização do solo que, em particular, verifica-se na paisagem urbana, entre campos cultivados e baldios ou áreas construídas, residenciais, viadutos, etc. É fisicamente perceptível a barreira da VCI e da linha ferroviária, também apontada nesse mesmo capítulo, construída à cota superior face à zona da Corujeira, como também, o estádio do Dragão à mesma cota, tornando-os elementos prepotentes em toda a área. Neste ponto, lançamos algumas pistas no que concerne às considerações finais que, de certa forma, conectam com as restantes análises

realizadas. A população observada reflete-se, também, na dualidade entre o rural e o urbano, no que toca à organização espacial dos indivíduos, interações e comportamentos sociais de laços comunitários e “bairristas”.

Os dois eventos culturais onde estivemos presentes, o Open House e o “Reclaim the Future/Exige o Futuro”, levam-nos a formular duas considerações. A primeira conduz-nos ao segundo evento, e àquilo que foi proposto por Pinto (1994), no que diz respeito à aproximação, contacto e participação de públicos com a esfera artística a partir de intervenções culturais, no meio urbano. Sobre estas práticas no espaço público, o autor refere que:

introduzindo nas rotinas perceptivas do quotidiano urbano a surpresa, quando não o corte “escandaloso” com os padrões mais vulgarizados das técnicas e da estética de massas, tais intervenções não podem deixar de constituir portas abertas para universos simbólico-culturais potencialmente emancipadores (*ibidem*, p. 777).

Não é possível precisar os impactos deste evento, nem é esse o nosso foco, mas podemos considerar a efetiva aproximação e participação da comunidade, tanto no que concerne à criação – onde os moradores e associações fizeram parte do percurso performativo –, como também, à receção. A segunda consideração diz respeito ao primeiro evento, o Open House Porto, que pela sua especificidade, neste contexto – o antigo Matadouro esteve aberto durante um fim-de-semana e existiram duas visitas guiadas com o arquiteto responsável pelo projeto para o espaço – considerámos que não promoveu o alargamento de públicos residentes na zona da Corujeira e, também, não opera no sentido de dessacralização, neste caso, da arquitetura à comunidade.

Tendo em conta a estratégia de reabilitação e requalificação proposta para o edifício do antigo Matadouro, como também, os possíveis efeitos no tecido urbano, estes que, atualmente, se sentem nas freguesias do Centro Histórico e Bonfim, optámos por realizar um levantamento urbanístico e comercial dos arruamentos na área delimitada com o objetivo de sistematizar e analisar as dinâmicas habitacionais e comerciais no que diz respeito, por exemplo, à quantidade de casas desabitadas, abandonadas ou para venda, ao número de terrenos livres e/ou para venda, tipos de comércio local ou tradicional, entre outros. Ao longo do período de permanência no local procurámos verificar e atualizar possíveis alterações àquilo que foi registado, pelo que apenas foi possível verificar a

alteração do tamanho de um anúncio - *vende-se* - pintado à mão no muro do terreno livre na rua Nova da Corujeira.

Considerámos a recolha e análise das observações e imagens no terreno essenciais, quer pela construção quer pela validação de hipóteses. No caso particular do uso das imagens – método que, porventura, tínhamos mais dúvidas -, os momentos de recolha corroboram as palavras de Urry e Crawshaw (1995) que nos dizem que “[a fotografia] faculta um reportório de acções para o momento do confronto com o «outro» - um outro que frequentemente se apresenta como intimidante, ameaçador e misterioso” (*ibidem*, p.57).

Assim, de acordo com a análise realizada, consideramos que a nossa opção de usar o equipamento fotográfico e videográfico após quatro idas ao terreno ajudou a acionar mecanismos de familiarização e confiança dos atores sociais no campo observado. Acrescentámos, por essa razão, que facilitou a interação por parte dos mesmos e, conseqüentemente, fomentou a observação participante e conversas informais, bem como, não observámos indícios de “lógicas de auto-encenação” (Pinto, 2010, p.71). Por outro lado, o uso do equipamento no terreno, para além da sua utilidade analítica no cerne da investigação, foi fundamental no que diz respeito à posição da investigadora na área sendo que, segundo as palavras de Susan Sontag (1979), “a própria atividade de tirar fotos é tranquilizante e mitiga sentimentos gerais de desorientação que podem ser exacerbados” (*ibidem*, p. 20).

#### **4.3. Entrevistas semidiretivas**

A entrevista foi o último instrumento a ser utilizado na investigação e, conseqüentemente, aconteceu numa fase tardia da mesma, devido à dificuldade em conciliar a disponibilidade dos interlocutores, no que concerne ao contacto e agendamento. Como foi explanado no capítulo 3, procurámos interlocutores envolvidos no contexto social, cultural/artístico e político de Campanhã e do projeto para o antigo Matadouro. No contexto social, compreendemos que seria fulcral o contributo de um agente conhecedor da realidade social e que atue como mediador da comunidade de Campanhã e, por isso, realizámos uma entrevista semidiretiva ao assistente social da JFC José António Pinto. No que concerne ao contexto artístico/cultural, procurámos agentes

culturais e artísticos que desenvolvam trabalho na freguesia e/ou para a comunidade campanhense, entre elas, associações culturais, coletivos artísticos e artistas. Assim, realizámos uma entrevista semidiretiva a um jovem artista que trabalha em Campanhã, num espaço-atelier inserido numa associação. Por motivos de confidencialidade e anonimato, procederemos à ocultação da sua identidade como também de outros elementos identificativos. Por último, o contexto mais restrito é o institucional/político pois está relacionado aos responsáveis pelo projeto e os agentes ligados ao poder local. Sendo o projeto para o antigo Matadouro da autoria e responsabilidade da CMP, contactámos pessoalmente, via correio eletrónico e por requerimento, os agentes que apresentaram o projeto em Milão e no Porto – Rui Moreira e Guilherme Blanc -, sem obter resposta. Em último recurso, fizemo-lo aos agentes responsáveis pelo Pelouro da Cultura, também, sem sucesso. Por parte dos responsáveis da freguesia, entrevistámos o presidente Ernesto Santos e o responsável pelo Pelouro da Cultura, Ação social e Associativismo Filipe Oliveira. Visto que considerámos fulcral o contributo dos responsáveis pelo projeto em questão optámos por incluir, na presente análise, uma conferência<sup>35</sup>, de agosto de 2017, relacionada com a política cultural na cidade, tendo como oradores o atual presidente Rui Moreira e o adjunto do presidente para a cultura Guilherme Blanc.

#### **4.3.1. Problemas, soluções e potencialidades**

No que concerne aos *problemas, soluções e potencialidades*, o atual presidente da JFC refere a falta de infraestruturas como um problema central, efeito do desinteresse municipal durante anos consecutivos. Face a isto, mostra algum ceticismo em relação aos projetos que são lançados, como o caso do projeto para o antigo Matadouro:

somos uma freguesia carente de infraestruturas. Portanto uma freguesia ostracizada durante décadas. Não obstante claro que aceitamos de bom grado os projetos que vem mas que é um facto que os projetos ainda estão praticamente no papel. E portanto, só ficaremos felizes, naturalmente,

---

<sup>35</sup> A conferência surge no âmbito da campanha pré-eleitoral das autárquicas de 2017, inseridas no ciclo “Conversas à Porto”, promovidas pelo partido O Nosso Partido é o Porto de Rui Moreira. As grelhas de análise das entrevistas semidiretivas estão nos anexos 8, 9 e 10. Por sua vez, as grelhas referentes à conferência estão no anexo 11.

quando virmos as obras a começar porque ao longo destas décadas Campanhã foi alvo de imensos projetos.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

O declínio demográfico, sentido em todo território municipal tal como já foi mencionado, é apresentado como um grande problema para a freguesia, visto que, nas últimas duas décadas, perdeu cerca de 16 mil residentes. Ernesto Santos mostra-se preocupado em relação à situação habitacional da camada mais jovem e, por isso, considera importante a fixação de residentes em iminência de migração para concelhos limítrofes que, tendencialmente, oferecem condições habitacionais com preços mais atrativos:

o Porto perde gente há décadas. Mas em Campanhã nota-se mais porque os jovens não querem viver em bairros sociais.

Agora, há aqui uma coisa que Campanhã poderia e deveria fazer, não só Campanhã, a cidade do Porto poderia e deveria fazer: fixar os jovens. Não digo os que já foram mas aqueles que têm a tendência de partir. Pois Rio Tinto a habitação é mais barata, porque Ermesinde a habitação é barata, Vila Nova de Gaia é mais barata, a Maia...fora da cidade do Porto e arredores a habitação é mais barata do que em Campanhã.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

De forma a solucionar este problema, Ernesto Santos propõe a cedência de terrenos municipais para construção de habitação a custos controlados, em parceria com cooperativas ou associações direcionadas ao setor, direcionada aos jovens na freguesia:

a Câmara tem imensos terrenos camarários e o que deveria de fazer, por exemplo com a FENACHE, Federação Nacional das Cooperativas de Habitação, protocolos de cedência de terrenos para que a FENACHE ou outra qualquer cooperativa que se dedica apenas à cooperação com os jovens, com habitação a custos controlados, dentro da freguesia de Campanhã. Isso seria uma forma de trazer a Campanhã massa crítica. Sem os jovens ficam os mais velhos e a massa crítica não é tão forte. Esta freguesia está completamente envelhecida, embora não seja sinónimo de falta de qualidade de massa crítica.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Por sua vez, o contacto permanente de José Pinto com a comunidade, característico das funções que desempenha, leva-o a concluir, objetivamente, que os maiores problemas da freguesia são de índole social. Apresenta a questão da habitação, também apontada por Ernesto Santos como um dos problemas, do desemprego (segundo os Censos de 2011, 11,5% da população campanhense está nesta situação) e da toxicodependência como problemas destrutivos da estrutura social de Campanhã. Juntam-se, aos problemas anteriores, o alcoolismo, a violência a crianças, a violência no namoro e, recentemente, a desintegração da etnia cigana:

tens os problemas gravíssimos da freguesia que sentes no atendimento, sentes nas visitas domiciliárias, sentes nos estágios, e sentes na articulação institucional. Por causa disto tudo, tu percebes que o alojamento, o desemprego e a toxicodependência destruíram a nossa freguesia. (...) Depois disto a questão do álcool, dos maus tratos a crianças e a questão da violência do namoro. E agora, tens uma nova questão, da etnia cigana.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

Os problemas enumerados por José Pinto parecem denunciar a ausência de políticas sociais capazes de dar resposta aos problemas evidenciados, agravados pelo enfraquecimento do Estado Social nos últimos anos que parece perpetuar os graves problemas da freguesia e, por outro lado, promove a incapacitação da ação social no território:

para a questão do desemprego, do alojamento e da toxicodependência, nós precisávamos de ter políticas públicas. O problema é que a partir do momento em que o Estado Social deixa de existir, tu deixas de ter recursos. Então comes a fazer uma coisa horrível que é trabalhar na questão da emergência: vamos ter de encher o frigorífico a esta pessoa com produtos alimentares, e caridadezinha e assistencialismo, e depois entras nesta roda que resolves apenas naquele momento. (...) tentas encontrar uma coisa que não tem dignidade nenhuma (...). É humilhante.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

Assim, de acordo com José Pinto, as soluções partem, essencialmente, na aquisição de planos estratégicos para a criação de políticas sociais eficazes, como também, da estimulação da economia social, caracterizada por atividades económicas aliadas à democracia e à utilidade social, e do terceiro sector, setor alternativo que surge

como resposta às incapacidades aos sectores público e privado. Estas propostas apresentadas por José Pinto levam, também, a uma das linhas orientadoras apontadas por Lopes (2007) no cerne da política cultural, esta que parte “do desenvolvimento de parcerias e partenariados com o terceiro sector ou sector social da cultura” (*ibidem*, p. 62), uma rede constituída por vários agentes, inclusive municipais e autárquicos:

o que seria importante: termos políticas sociais a sério, era ter instituições públicas que funcionassem bem e soubéssemos regular essa coisa chamada de economia social e do terceiro sector.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

O seguinte problema está vinculado à organização do poder político local, uma vez que Ernesto Santos considera que a centralização de poderes garantidos à CMP conflitua com a eficaz gestão do território, problema esse que não parece ser *sui generis* de Campanhã:

no sentido de as juntas das freguesias do Porto são as juntas do país que menos competências tem. Se for ali a Gondomar, se for a Valongo, se for a Matosinhos, já vê as juntas com um rol de competências. Neste momento, as juntas do Porto têm competências para gerir atestados e pouco mais.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Ernesto Santos defende a descentralização de poderes de forma a conferir, às freguesias, um leque mais alargado de competências e orçamento adequado a fim de solucionar os problemas reais de Campanhã como, por exemplo, a limpeza do espaço público - problema que evidenciámos no momento da observação direta. Acrescenta, ainda, que as juntas são entidades privilegiadas devido à proximidade estabelecida com população local:

eu gostaria de ter essas competências acompanhada do respetivo pacote financeiro, para que pudéssemos comprar maquinaria suficiente para pôr esta freguesia limpa, que é das freguesias mais sujas da freguesia do Porto.

Portanto, é preciso começar a dar exemplos e descentralizar de várias competências para que a Junta possa substituir-se à Câmara. A Junta é a entidade que está mais próxima dos cidadãos. Aliás, quando há algum problema é à porta da Junta que eles vêm bater. Eles



sabem que é muito fácil falar com o presidente da Junta mas que é muito difícil, ou impossível, chegar ao presidente da Câmara.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

#### **4.3.2. Modos de pensar e fazer cultura**

A estratégia municipal para a Cultura, compreendida no ciclo governamental do atual executivo (2013-2017) convergiu, fundamentalmente, na criação de pontes entre a cultura e a cidade, na qual o financiamento a estruturas culturais já solidificadas não fez parte da política cultural. Assim, o orçamento para a cultura foi direcionado à abertura de espaços municipais, a programas públicos e apoiar estruturas, agentes do setor e artistas para “uma ativação do património cultural” (Blanc, 2017):

a única forma de ativar o papel da cultura municipal entendeu-se na altura não seria através de dar mais dinheiro a Serralves, nem dar mais dinheiro à Casa da Música, ou sequer financiar diretamente agentes e artistas, independentemente do conhecimento que tínhamos do impacto que esse financiamento ou esse contributo poderia causar na atividade de facto dessas estruturas. Mas seria, entendeu-se na altura, entendeu o Rui Moreira e o Paulo Cunha e Silva, que seria efetivamente através da abertura dos espaços municipais, dos programas públicos municipais aos agentes e ao público através do apoio também às estruturas, aos agentes e aos artistas para uma ativação do património cultural, seja ele contemporâneo ou fosse não contemporâneo. Entenderam os dois, o Rui Moreira e o Paulo Cunha e Silva, quando desenvolveram o projeto, compreenderam perfeitamente que essa etapa de reconciliação entre (...) *poiesis*, entre o lugar da prática artista, da criação artista e a cidade, que teria de ser feita com essa base, com essa edificação de ligação. E só assim seria possível construir um projeto sério e sólido para a cultura.

**Guilherme Blanc, ajunto do presidente para a cultura da CMP**

Considerando a política cultural do antigo vereador da cultura Paulo Cunha e Silva e acrescentando ao que foi citado por Guilherme Blanc, Rui Moreira aponta uma diretriz da autoria do antigo vereador sobre a estratégia cultural – analisámos uma notícia relativa a esta diretriz, presente no observatório de imprensa. Porém, a seguinte citação contradiz o projeto para o antigo Matadouro, na medida em que será um novo espaço na cidade:

por isso, o Paulo falava tanto que não precisávamos de mais catedrais, porque precisávamos de conteúdos (...).

**Rui Moreira, presidente da CMP**

Sobre a JFC, com orçamento anual de 900 mil euros, Ernesto Santos refere que 70% do valor é direcionado para despesas com pessoal e os 30% para a ação social e despesas de manutenção. Neste sentido, o orçamento para a cultura é escasso sendo a criatividade fundamental para pensar a cultura na freguesia:

há bocado dizia que 70% do orçamento é para despesas do pessoal. Depois despesas de manutenção, como água, luz, etc. E depois há uma fatia muito grande que nos leva à ação social. vamos fazendo cultura com pouco dinheiro, vamos fazendo muita coisa. Fazemos mais com imaginação do que com dinheiro. Mas fazemos vários espetáculos.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

As palavras de Filipe Oliveira corroboram as afirmações de Ernesto Santos revelando, ainda, uma posição mais assertiva sobre a ausência de orçamento para a cultura. Não obstante as únicas despesas para o campo cultural na freguesia visam cobrir a alimentação e o transporte para o local dos intervenientes artísticos, sendo assim, o trabalho dos intervenientes artísticos de cariz voluntário:

não gastamos dinheiro na cultura. Eu faço o festival de teatro e não gasto nada. Não é bem assim. Vêm grupos de teatro de fora mas nós não pagamos nada a ninguém. Não há despesa nenhuma com isso. Agora, sentimo-nos na obrigação de dar o jantar às pessoas que vem atuar. (...) É praticamente a despesa que temos.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

Apesar da vontade de fazer cultura na freguesia ser evidente nas palavras dos interlocutores, a obrigatoriedade de atenuar ou combater flagelos sociais e urgentes para a população, faz com que o orçamento seja direcionado, essencialmente, para a ação social:

na ação social gastamos cerca de 12% do nosso orçamento. Aqui já lhe consigo dar números porque já não vai da imaginação. Não posso encher a barriga de uma pessoa com imaginação. Ou tem meios para matar a fome a quem a tem, ou então tem de tirar a outras ações e criar a dita imaginação nessas outras ações e reforçar o mais que puder a ação social. (...) Claro que ao canalizarmos mais meios para ação social somos obrigados a tirar o dinheiro a outros.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

A noção de criatividade, fórmula para colmatar a escassez de recursos económicos, é uma ideia-chave para a compreensão o modo de planeamento e programação da cultura no seio institucional da freguesia. Em paralelo, intrinsecamente ligado ao percurso pessoal e profissional de Ernesto Santos e Filipe Oliveira, urge o associativismo como ponte, tal como a criatividade, que liga a cultura à comunidade, na qual se baseiam para pensar as estratégias e ações políticas para a freguesia. Também Pinto (1994) fala na importância da cooperação entre associações e o poder local no processo da política cultural. Acrescentamos que, a freguesia de Campanhã, tem uma forte raiz histórica associativista que, ainda hoje, se perpetua:

o orçamento para a cultura é significativamente pequeno. A vontade fazer cultura é muito grande. Portanto, fazemos disso o contrabalanço de se poder fazer muito com muito pouco. E é isso que agora estamos a fazer na cultura. Mas fazemos muita atividade cultural. Aliás, estamos sempre com as coletividades porque eu, como presidente da Junta, tenho noção de uma coisa: não pode ser a Junta a fazedora da cultura e do desporto. A Junta tem de ser a impulsionadora através das coletividades para se fazer a cultura e o desporto. Porque nasce de uma raiz popular, da vontade dos associativistas e do povo, e isso tem muito mais duração. Eu posso ter muita vontade durante quatro anos de fazer cultura mas eu saio e quem vem atrás de mim já não tem vontade. Ao passo que sobre as associações costuma-se dizer: os homens morrem, as associações ficam. E portanto, ficará sempre para o futuro se apoiarmos as associações, a cultura e o desporto temos a certeza de uma coisa: manter-se-á no futuro.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Sobre o planeamento de atividades culturais promovidas pela JFC, Filipe Oliveira fala-nos num grupo de trabalho informal, criado a partir de relações pessoais de proximidade, que formam uma rede de interajuda entre as áreas de atuação da freguesia:

no âmbito da cultura temos feito teatro (...) criei grupos de trabalho e tenho grupo de amigos dentro das áreas, uns na parte musical, outros no teatro, outros na ação social.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

No que diz respeito à oferta cultural, foi salientada a Gala dos Artistas, um dia dedicado aos artistas naturais de Campanhã das diversas áreas culturais, como a música, a dança, o artesanato e o desporto. No caso em particular da oferta musical, segundo Filipe Oliveira, para a edição de 2017, este dia será composto por três estilos músicas – fado e “música de baile” (raiz popular), e o rock - de forma a diversificar a oferta:

depois o espetáculo "a gala dos artistas de Campanhã" que é o encerramento das festas da freguesia, no dia 15 de setembro. Começamos com fado, depois artesanato, e os miúdos da coletividade com a dança, xadrez e karaté. E depois à noite, espetáculo de variedades. Música de baile. Este ano temos três bandas de rock já e, portanto, queria ver se punha as três bandas de rock no domingo à tarde.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

A política cultural passa, também, por pensar na receção cultural e na formação de públicos para as artes. Como tal, verificámos nas palavras de Filipe Oliveira a preocupação de programar festivais de teatro de forma a educar pela arte e a formar e alargar públicos:

fazemos os festivais de teatro nos locais para meter o bichinho para o teatro às pessoas. E temos conseguido. Temos três grupos a trabalhar, não das coletividades, mas são jovens que começaram a frequentar os cursos de formação - noções do que é teatro e do que não é -, e já saíram dois grupos de teatro a funcionar, e outro em vias de começar a trabalhar.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

No seguimento da questão referente à formação de públicos, o programa “Cultura em Expansão” segue a par das estratégias de política cultural anteriormente enunciadas. Como forma de descentralizar a cultura e a arte dos palcos habituais, já legitimados e direcionados para o efeito, o programa conduz expressões artísticas a locais ostracizados. Também, tal como nos diz Guilherme Blanc, este programa revelou que consegue levar os públicos da cultura a esses locais que, habitualmente, não fazem parte do roteiro:

é um programa que chega imediatamente às pessoas que vivem nos bairros sociais, mas é um programa que atrai o público mais ortodoxo da cultura, que vai a Serralves, à Casa da Música, e que vai hoje ao bairro social ver um espetáculo cultural e a “Cultura em Expansão” conseguiu atingir esse nível de maturidade também.

**Guilherme Blanc, ajunto do presidente para a cultura da CMP**

Guilherme Blanc refere, também, que o programa alcançou um patamar de legitimidade, em parte, devido à pretensão, por parte de artistas reconhecidos no panorama artístico, em participar no programa não por caridade mas por estímulo:

e que queiram participar não por caridade, que é algo excepcional, querem participar porque sentem, efetivamente, provocados do ponto de vista artístico. Sentem-se motivados a participar num formato, num contexto programático que lhes propomos. Isso acontece em todas as áreas, os artistas que trabalham na área da música, nas artes visuais, no cinema, sei lá. Este ano tivemos connosco o Sérgio Godinho, que veio do Théâtre de la Ville e foi ao Bairro da Bouça tocar. E depois tivemos o João Salaviza em projeto residência, num filme que vai apresentar em dezembro, que já ganhou Cannes, e já ganhou Berlin, portanto, conseguimos atrair esses talentos para o “Cultura em Expansão” que eu acho que é algo absolutamente singular.

**Guilherme Blanc, ajunto do presidente para a cultura da CMP**

Indo ao encontro do que foi explanado no capítulo 1 sobre a cidade-espetáculo (Teobaldo, 2010), observámos a posição do artista face ao processo de espectacularizar a cultura erudita como marca do atual executivo:

isto quando o Paulo [Cunha e Silva] estava a organizar coisas parecia uma festa, isto não era propriamente cultura... Claro que a cultura estende-se a muitos aspetos não é só a questão elitista que... Na arte contemporânea, na dança, no espetáculo... Há muita coisa a acontecer para além disso, popular, que também é preciso e que também é preciso agarrar, claro. Mas eu acho um exagero. (...) O que o Porto queria era festa, só festa, meu. E depois qualquer evento, qualquer coisa particular, por exemplo, uma exposição ou alguma coisa, uma coisa mais delicada, que exigia uma atenção, não é festa 'tás a ver? Já não pega não é? Ninguém 'tá interessado em abrandar, ninguém...

**Entrevistado A, artista plástico**

#### **4.3.3. Valorização da cultura e das artes**

No que concerne à valorização da cultura e das artes, foi evidenciado por todos os interlocutores associados à JFC a elevada importância nestes termos. A primeira consideração surge da valorização de artistas e de associações culturais naturais da

freguesia. Este facto foi, mais do que uma vez, enfatizado por Ernesto Santos e Filipe Oliveira, com orgulho e consideração de ambos:

nós temos a semana cultural de Campanhã, que vai ser em setembro, que é feita com vários fadistas de Campanhã, com todos os artistas de música ligeira e conjuntos só de Campanhã, com todas as associações que se dedicam à cultura. E com associações juvenis, fazemo-la aqui na Praça da Corujeira durante o último fim-de-semana de setembro.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

De forma a simbolizar a gratidão e valorização dos artistas campanhenses, a JFC criou em 2012 a Gala dos Artistas de Campanhã, com a intenção de homenagear e agradecer e, obviamente, publicitar o trabalho realizado dentro e fora dos palcos:

quando tínhamos o centro de dia, numa tarde sem dizer nada a ninguém, eles faziam um espetáculo para os idosos. Os artistas de Campanhã fazem muito isso e, para agradecer, criamos o dia da Gala dos artistas de Campanhã.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

Para além da criação de um dia solene, verificámos o forte apreço dos interlocutores políticos da JFC visto que, para os artistas que atuam neste dia, existe uma contribuição monetária, encarada como incentivo e agradecimento, cujo valor varia consoante a idade e tempo de carreira dos mesmos:

aí pagamos, a única coisa que pagamos, 50 euros por cabeça. (...) Há aqui uma pequena diferença: aos miúdos novos que se estão a começar pagamos 50 euros, aqueles que já são já de idade, que cantam há muitos anos, pagamos 75 euros, para dar um incentivo. Nós temos aqui muitos artistas, aqui é mais para pagar a despesa do transporte apesar de não ser muita porque são todos de Campanhã. É um agradecimento.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

A última consideração relativa à valorização do papel do artista e das artes na freguesia conflui das relações identitárias e tradicionais no tecido social. No caso da valorização das artes, o teatro é a expressão artística com mais força, proferida por Ernesto Santos e Filipe Oliveira, por estar enraizada na tradição popular da freguesia. Ao questionarmos o porquê do teatro compreendemos que, de acordo com as especificidades

territoriais, é uma prática que nasce do envolvimento e trabalho coletivo, de um grupo de pessoas que caminham para o mesmo fim. Dado isto, considerámos esta uma das possíveis razões pela qual o teatro prevalece, visto que, Campanhã é uma freguesia de forte sentido comunitário e de associativismo:

fazemos, também, o festival de teatro Manuel Pinho, que foi um homem dramaturgo da freguesia e escreveu várias peças de teatro. Quando faleceu, o teatro baixou significativamente em Campanhã, reduziu-se quase a zero. A junta resolveu pegar nessa vertente cultural do teatro e com algumas parcerias, de certa forma voluntárias, que nos vamos conseguindo, e digo, com mais imaginação do que com orçamento.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Por sua vez, o plano da CMP na valorização das artes passa pela sustentabilidade das estruturas culturais e de artistas da cidade, através do financiamento à mediação e criação artística, articulando-os com a programação municipal:

mas, entendemos ainda assim, que o apoio à criação artística não pode ficar isolada na programação cultural do município. Nós precisamos de programar com especialistas internos e propostas que nos são apresentadas, parte da nossa política cultural. Embora entendamos que parte desta política tem de fazer parte de um apoio autónomo à atividade dos programas municipais de forma a permitir estimular o envolvimento pleno da criação artística.

**Rui Moreira, presidente da CMP**

Sobre o papel das artes e responsabilidade dos artistas, José Pinto afirma, objetivamente, a utilização da arte como ferramenta de intervenção social no terreno de forma a politizar, consciencializar e revelar a realidade, neste caso, política. Por outro lado, refere, também, a “utilização” dos artistas como parceiros da intervenção social pela arte:

e depois pego na arte como ferramenta de intervenção social. Se me faltasse a música, o cinema, o teatro, a fotografia para trabalhar com os meus pobres já tinha morrido. É a minha fase. Porque a seguir pego nisso e: relação, politização, consciencialização não deu, e depois vou para a quarta fase - desmascarar os políticos. Envergonhar os governantes. Como é que eu faço? Com dinâmica cultural. Aos artistas, pego neles e digo “ok, vamos lá por o dedo na ferida”. Vamos fazer um filme que envergonhe. Vamos fazer um estudo-ensaio na cadeia de Custóias (...).

**José António Pinto, assistente social da JFC**

No sentido oposto, o artista plástico não sente necessidade ou vocação para desenvolver projetos artísticos com a comunidade, contrariamente a outros colegas da área que já o fazem:

o meu trabalho não passa muito por aí, é uma cena mesmo egoísta, o meu trabalho é uma cena mesmo egoísta por completo. (...) Quando ela teve a trabalhar na [REDACTED] que ela teve a trabalhar e a desenvolveu o projeto assim a par da [REDACTED]. Os trabalhos remetem, pedem isso, e pedem esse contacto.

Sempre gostei muito de fazer atividades com miúdos, mas...Mas fazer isso por sistema... Uma coisa é fazer uma cena, outra coisa é ter a obrigação de fazer aquilo de x em x tempo. Pá, não, não. Pus-me um bocadinho de lado na altura (...). Mas a [REDACTED] queria fazer e eu disse "Se tu fizeres, eu não me importo de te acompanhar". Agora eu não vou desenvolver propostas, não sou pessoa que desenvolve esse tipo de propostas, percebes?

**Entrevistado A, artista plástico**

Quando questionado sobre a responsabilidade social do artista, o artista encara como um “constrangimento” no seu projeto profissional. Por isso, refere que não tem interesse em agregar objetivos sociais ao seu trabalho ou em dessacralizar a esfera da criação artística. Tal como nos diz Pinto (1994) a aproximação de grupos, fora do campo artístico, aos locais de criação é uma iniciativa que promove a democracia cultural.

Não, até porque isso é trazer-me um... Um papel para o meu trabalho que o vai, pá, que me vai descentrar daquilo que eu (...). Essa ideia de ter esse, só de ter o papel de já é um constrangimento. Não quero ter, não quero ter nenhum papel. Não quero, pá... Acho que é mesmo aquela... (...) Mas nunca partirá de mim, porque não é um interesse meu ah... Não há qualquer tipo de vontade de...

**Entrevistado A, artista plástico**

#### **4.3.4. O antigo Matadouro e a freguesia**

Nas últimas décadas, o antigo Matadouro foi alvo de projetos que nunca saíram do papel, como também, fez parte da lista de imóveis para alienação da CMP no orçamento de 2014 (CMP, 2014). Sobre os projetos falados, Ernesto Santos relembra o pavilhão multiusos previsto para o terreno no âmbito do PPA que, segundo a sua



perspetiva, é um plano descontextualizado na atualidade. Insatisfeito com projetos utópicos do passado, alerta para a necessidade de dar vida ao local:

[o PPA] previa algo para o matadouro que seria um pavilhão multiusos. Não o sendo, mas fazendo do matadouro algo de bom para esta freguesia, tanto pode ser um multiusos com outra coisa. Atenção! O PPA previa um multiusos antes de haver o multiusos de Gondomar e, se calhar, nessa altura fazia sentido nesta zona do Grande Porto haver um multiusos de dimensões grandes. Neste momento, uma vez que existe o de Gondomar talvez não faz grande sentido haver um multiusos em Campanhã. E eu aceito isso plenamente. Agora o que não aceito é que os projetos não saiam do papel.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Também José Pinto mostra desagrado face ao abandono do edificado pela CMP que, nos últimos anos, tornou-o um local de depósito, tal como constatámos na análise das imagens, no subcapítulo anterior:

já não compreendo como é que durante tantos anos consecutivos sistematicamente aquilo tenha ficado tantos anos assim. Os carros da polícia guardam-nos ali, (...) tudo que era carros alocados nas esquadras foi tudo para ali. E a sucata que a Câmara tinha. Isto é indecente, com este sítio, com esta localização. Tanto tempo abandonado.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

Após os anúncios camarários das promessas de renovação e requalificação e, consequentemente, o aumento do nível de atratividade de Campanhã, Filipe Oliveira pensa que os efeitos da gentrificação, vividos no centro da cidade e na freguesia vizinha do Bonfim, vão ser sentidos no início da construção e, também, salienta o *timing* atual para o investimento imobiliário, alertando sobre a atual especulação imobiliária:

neste momento há muitas casas para vender, quem comprar agora está a ganhar dinheiro, a hora de investir é agora. Embora já estejam a abusar um bocado, os preços já estão a subir bastante.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

Neste sentido, retomámos à questão da habitação, referida tanto por Ernesto Santos como por José Pinto, como um grave problema na freguesia. A hipótese da inflação imobiliária a curto prazo poderá agravar um dos maiores problemas da freguesia.

A proposta de Ernesto Santos passa por implementar um plano de construção habitacional em parceria com entidades ligadas ao cooperativismo, à imagem do processo SAAL. Esta medida seria uma forma de proteção e fixação dos jovens na freguesia que, atualmente, procuram fugir dos preços inflacionados:

preocupa-me de facto, por isso, digo que o ideal seria em sistema cooperativo com controlo de gastos na habitação, com rendas controladas. Há uma coisa que eu sei, é possível. Eu trabalhei no processo SAAL e isto é possível. A fixação é possível.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Também José Pinto nos fala das expectativas dos comerciantes face ao projeto, cujas preocupações se refletem na preparação ou manutenção do estabelecimento a fim de atrair novos clientes, bem como, sobre o aumento dos tarifários dos transportes:

sei que os cafés da frente já estão numa de fazer obras e de...o passe já não é o mesmo, (...) já andam atrás daquilo porque depois a malta que trabalha no matadouro vem cá fora tomar um cafezinho. E é verdade, quando aquilo começar a bombar vai ser uma coisa a sério e vai trazer isso exatamente. Portanto, a praça do táxi que tem ali já não é o valor que era, já é outro. O ‘gajito’ que vai passar a sapataria "estou cansado, vou passar isto", “não passo agora, vem aí o matadouro.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

No seguimento, Ernesto Santos aponta Campanhã como local de crescimento sustentável, e enfatiza a relação entre a atratividade da freguesia e os novos moradores com maior poder de compra, tal como aconteceu com as construções residenciais no âmbito do PPA:

se há locais onde esta cidade pode crescer, e com algum equilíbrio, é em Campanhã. (...) o PPA vem trazer a Campanhã outro tipo de pessoas média alta.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Por outro lado, José Pinto considera a freguesia com potencialidade para negócios e lucro devido às infraestruturas e ao terreno livre. De referir que estas foram algumas razões pelas quais a indústria se fixou com tanta força no território:

a seguir, ideologicamente, tens uma coisa incrível que é, do ponto de vista do interesse, do lucro, da acumulação, do negócio, Campanhã é muito apetecível. Sabes porquê? Porque tem muitas coisas disponíveis. Terrenos e oportunidades de negócio fantásticas.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

Porém, os planos camarários com vista à fomentação da atratividade para investidores, residentes e novos residentes, através da construção de novos equipamentos e reabilitação urbana, não são adequados às realidades sociais vividas em Campanhã, sendo para José Pinto ilustrativo de tal aspeto o planeamento urbanístico do Parque Oriental e a construção do pavilhão gimnodesportivo municipal, situados no Bairro do Lagarteiro. Segundo o entrevistado, os equipamentos construídos não seguiram as necessidades e prioridades dos residentes da zona visto que, em ambos os casos, os utilizadores não são residentes do referido bairro, como também, não estabelecem relações com o local em questão:

o Parque Oriental do Lagarteiro. Tu tens aqui o bairro (...) achas que o lagarteiro sai de casa e vai para o parque?! Não, vês gente de todo o lado a parar ali a dizer "ah vou dar aqui um passeio pela fresquinha, passear o meu cão" (...) tipo, o cão foge, entra pelo bairro dentro "ahhhh" "olhe desculpe o meu cãozinho fugiu e está dentro do bairro e tenho medo de entrar". (...) depois percebo, não é gente do Lagarteiro.

Quem quer um parque verde?! Quem quer um pavilhão gimnodesportivo?! Ninguém quis. Construíram lá um pavilhão gimnodesportivo, à entrada do bairro. Quando querias uma cresce, um infantário, um A.T.L., um centro de dia, uma casa para juventude, o que faz falta...não. Decidiram um pavilhão gimnodesportivo. Ó pá para quem?! Para os bancários, para o fim do dia (...) eles alugam, tem um grupo de amigos, juntam-se às quartas... Pergunta: quantas pessoas do lagarteiro estão a praticar desporto naquele sítio?! Zero! Queres o equipamento tens de alugar ao Porto Lazer, pagas.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

No caso particular do Parque Oriental, o presidente Ernesto Santos considera-o um equipamento benéfico para a freguesia, considerando este o único feito relevante realizado pela autarquia, mas que, ainda assim, não foi pensado nas necessidades culturais, como Ernesto Santos aponta:

por exemplo, o Dr. Rui Rio de muita coisa má que fez, e fez muita coisa má a esta cidade, mas honra lhe seja feita: foi o único que trouxe algo bom para Campanhã. Curioso, não é? Trouxe o

parque oriental embora sem uma única infraestrutura. Se eu quiser fazer lá um espetáculo tenho que trazer um gerador às costas.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

Sobre o projeto para o antigo Matadouro, José Pinto pensa que o projeto para o antigo Matadouro devia ter sido pensado com os agentes institucionais, culturais e sociais envolvidos no território, num sistema participado e aberto a todos, de forma a construir um equipamento necessário à população referindo o fato de parte do projeto, já delineado, ser planeado com investimento público:

Depois o que fazer daquilo? Haver um concurso de ideias? Sim, até acho bem. Agora esse concurso de ideias devia ser um concurso de ideias participado. Onde todas as organizações, todas as ONG, todas as forças vivas, todos os cidadãos pudessem pronunciar-se a sério. Nós podíamos ter criado o fórum matadouro durante um ou dois anos para dizer o que aquilo deve ser e porquê. E na perspetiva dizer: se é investimento público deve ir ao encontro das aspirações, dos anseios, das expectativas, das necessidades da população.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

Como vimos inicialmente, a carência de equipamentos, apontada por Ernesto Santos, e o desemprego, apontado por José Pinto, são referidos como indicadores problemáticos na malha social e urbana. A perspetiva de José Pinto sobre o que devia ser o local do antigo Matadouro é muito clara: um espaço de resposta às aspirações, anseios, expectativas e necessidades da população. Assim, o entrevistado sugere que seja fomentada a criação de emprego, equipamentos para uso da população e a criação de iniciativas que façam a ligação à comunidade:

primeiro ponto: criar postos de trabalho aqui, no matadouro. O nível de consciencialização e cidadania era tão elevado que de um momento para outro dizem: [segundo] equipamentos que estão a faltar à população. Terceiro: que iniciativas vão estar abertas para a gente participar, quarta...satisfazendo estes requisitos podem investir. Se isto não estiver garantido, desculpem lá, esta é a nossa terra. Isto é Campanhã.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

De acordo com a sua perspetiva pessoal e profissional, das ilações quotidianas de contato com a população, José Pinto refere alguns equipamentos que, na sua opinião,

seriam úteis para os residentes. Todos com propósito de promover o sentido de comunidade:

fazia ali uma unidade de cuidados continuados, fazia ali um equipamento para doença mental e deficientes, que não há, fazia ali uma casa-abrigo para tóxicos, fazia coisas espetaculares. Fazia ali uma cidade dentro de uma cidade. Uma coisa espetacular. Uma casa da juventude...onde as pessoas pudessem ir e crescer e realizar os seus sonhos e desenvolver o seu potencial e sentirem-se uma comunidade, um todo.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

Questionado sobre as perspetivas da população para o espaço do Matadouro, José Pinto relembra que uma vontade, apontada pelos residentes, era a construção de um estabelecimento de ensino superior que, de certa forma, fosse capaz de desenvolver economicamente e revitalizar socialmente a área envolvente:

lembro-me muito dos meus utentes dizerem que queriam um polo de ensino superior, uma coisa que crie muitos postos de trabalho, uma dinâmica, (...) do ponto de vista direto ou indireto. (...). Tudo o que venha a acontecer aqui, é muito melhor do que ter aquele escombros, evidente.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

No que concerne ao projeto apresentado pela CMP para o antigo Matadouro, José Pinto refere que o mesmo será importante, nos termos da democracia cultural, para a formação dos públicos, desde que esteja interligada com a comunidade:

agora, há uma coisa muito importante: o matadouro pode ser fundamental segundo a formação dos públicos. Formar ajudar a formar públicos, mas também tem que ter outra função muito mais importante que a formação de públicos que é a ligação à comunidade. E como é que aquele equipamento se vai ligar à comunidade e a comunidade se vai ligar ao equipamento. Não há sobre isso escrito. Nada pensado.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

No que diz respeito à dinamização económica, como tem sido evidenciado ao longo da presente análise, o entrevistado denuncia, com assertividade, a garantia de rentabilidade financeira para as entidades privadas que irão investir no projeto:

uma coisa eu que te digo, os privados vão ter ali alta rentabilidade financeira. Essa garantida está dada. Não vão investir ali a pensar nas pessoas. Vão investir ali para ter lucro.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

As palavras de José Pinto sobre o futuro Matadouro mostram reticências sobre o discurso político do atual presidente da CMP, que consegue incutir nas pessoas a sensação de que o novo Matadouro já existe. As suposições do entrevistado levam-nos a refletir sobre a criação da imagem de marca da cidade (Peixoto, 2000; Teobaldo, 2010) que seguirão nas lógicas de legitimação cultural, associando agentes culturais, com capital social e poder simbólico (Bourdieu, 1979, 1989), capazes de gerar atratividade para o projeto:

depois fez outra coisa incrível, que é esta: o P.A. O P.A. é a política do anúncio. É excelente! Chega aqui: “Joana vamos anunciar o matadouro...BOOM! Vamos anunciar o intermodal...BOOM! Vamos anunciar a reabilitação do bairro São João de Deus...BOOM!” E tu, do ponto de vista simbólico, interiorizas a ideia que já tens o matadouro, e que grande homem, pá!

surge-te o seguinte: os amigos do Dr. Rui Moreira, “estávamos aí à espera de um espaço, não encontrávamos nada de jeito para instalar o meu negócio, que fique numa área privilegiada, infraestruturada, com condições, para desenvolver um negócio. (...) O [redacted] quer um sítio para um atelier, claro, (...) gajos que já tem um poder no caraças na cidade estão fartos de ganhar dinheiro. Vão dizer: “pá a malta agora está no matadouro, vai ser in”. Os estilistas mais fixes vão para ali. Ah! E ele [Rui Moreira] até disse outra coisa na apresentação: “vamos atrair internacionalmente” ...

**José António Pinto, assistente social da JFC**

De forma sumária, as perspetivas pessoais do entrevistado sobre o futuro do projeto caminham na direção de um espaço elitista sem ligação à comunidade. Conclui que Paulo Cunha e Silva, antigo vereador da Cultura e impulsionador da política cultural da cidade, deixou um legado importante, mas apenas para alguns:

a questão ali é que é sejam uma dinâmica cultural elitista e que não seja para o povo que não vá de encontro às aspirações ou às necessidades aos anseios dos meus utentes. Pois o Paulo Cunha e Silva era grande, mas era elite. Logicamente, deixou uma marca, mas para quem é que deixou?!

[os privados] Vão investir ali para ter lucro. Para ter retorno financeiro. Esse retorno está garantido. Por isso é que aquilo vai ser uma realidade.

Agora, em primeiro lugar eu sei perfeitamente que aquilo vai ser do benefício privado, do lucro, da acumulação, do negócio, isto é que vai nortear tudo o que irá acontecer ali. (...). No centro, no coração da freguesia, mas completamente desligada das gentes da freguesia. (...) ter ali um espaço de elite.

**José António Pinto, assistente social da JFC**

Por sua vez, e no seguimento das influências políticas, o artista fala-nos da ligação dos artistas à CMP e, também, como essas relações e influências podem surtir efeitos no tipo de apoio camarário à criação artística:

há pessoas muito bem ligadas à Câmara, muitos artistas... (...) como é que, como é que todos os outros que não têm tanta relação, e que até se afastam de uma relação da Câmara porque... Por toda essa questão burocrática e todas essas coisas que depois acarretam... Ah... Como é que eles conseguem, percebes? Porque há muitos.... Claro que me podem dizer: "ah, mas tu tens de procurar...".

**Entrevistado A, artista plástico**

Sobre o projeto, e tal como vimos anteriormente, Ernesto Santos revela satisfação face às propostas para o antigo Matadouro, cuja opinião estética e a naturalidade do arquiteto são fatores valorativos. Independentemente da cor política que pinte o executivo, o entrevistado mostra-se esperançoso na concretização do projeto em causa:

porque o projeto é muito bonito. Foi feito por um arquiteto campanhense, morador aqui nesta zona central do matadouro, que é o Jorge Garcia Pereira e, portanto, vamos para frente com ele. Espero que, se não for o Dr. Rui Moreira que seja eleito, o presidente que for eleito para a Câmara que continue o projeto. Tenho a certeza que se for o Dr. Pizarro ele será também uma certeza. Aliás o projeto era das duas candidaturas.

**Ernesto Santos, presidente da JFC**

As perspetivas de Filipe Oliveira apontam para a necessidade de locais direcionados para o espetáculo, em particular, para o teatro e, se o novo Matadouro tiver meios para tal, será uma mais-valia para a freguesia que se encontra em fase de desenvolvimento cultural:

eu já estou na junta há dezasseis anos. E já não se fazia teatro nessa altura. É uma situação complicada e demorada. Nos primeiros anos não tínhamos possibilidades. Neste momento, está a

correr bem e se tivermos o matadouro aí é que vai ser, se o matadouro tiver condições para isso. Eu gostei muito do projeto. Acho que se conseguirmos pôr acolá uma sala de espetáculos para as pessoas aqui da zona, acho que faria falta. Ate porque é um sítio central.

**Filipe Oliveira, Pelouro da Cultura, Associativismo e Ação Social da JFC**

Por sua vez, o artista revela desconhecimento face ao projeto para o antigo Matadouro como também sobre a sua localização. Pelo apreço e ligação pessoal ao antigo vereador Paulo Cunha e Silva refere que, após a sua morte, não tem conhecimento do desenvolvimento do projeto:

quando o Paulo morreu não sei como é depois... Mas há uma pessoa que se calhar te consegue falar mais dessa questão, e eu confesso que o Matadouro... Eu nunca fui ao Matadouro. (...) Opá, eu não tive oportunidade e... Mas sim, mas quero ir.

**Entrevistado A, artista plástico**

Quando questionado sobre os seus desejos para o espaço do novo Matadouro, o artista espera que sejam espaços de trabalho para artistas por considerar que existem poucos locais direcionados à criação artística na cidade:

as minhas expectativas seriam um bocadinho irreais, não é... Porque eu claro que esperaria, em último caso, que aquilo pudesse ser, pá... Não sei.... Mediante o pagamento de uma renda simbólica, obviamente isto não era tudo assim, mas pá... Os artistas deveriam ter alguma, alguma prioridade nisso (...).

**Entrevistado A, artista plástico**

Por último, sobre a importância do futuro Matadouro para os artistas da cidade, o entrevistado A fala-nos, ainda, da carência de espaços direcionados à criação artística e expõe um caso particular sobre a promoção de espaços privados para o uso artístico por parte da CMP:

eu precisava de um espaço para produzir. E fui falar com a Câmara, nem que fosse por um período de tempo particular, pá, específico, 3 ou 4 meses, eu poderia ter um espaço para produzir essa exposição. (...) A pessoa deu-me uma série de espaços, ah... Espaços privados meu, não eram espaços da Câmara. Espaços privados de empresas, de sítios que têm parcerias com a Câmara, percebes? Então por aí poderia conseguir... (...) Não mesmo, é tipo: "eu sei que há espaços", meu, toda a gente sabe, há espaços ao abandono...

**Entrevistado A, artista plástico**



## Considerações finais

No tabuleiro da cidade, Campanhã é ainda o lugar onde as coisas vão acontecer - mais do que o lugar onde as coisas acontecem. (...). É uma questão política, a transformação da cidade. Mas não só: social, económica, ideológica também. (...) O problema do oriente não é do oriente, é de todo o Porto. A cidade deve isso ao património mais resistente de Campanhã: as suas gentes. (Pinto, 2017, p. 89)

Ao longo desta dissertação procurou-se situar Campanhã no contexto urbano do Porto, tendo sido preocupação dialogar com a sua atual e futura, situação sociocultural. Neste sentido, intentou-se debater o modo como o antigo Matadouro parece espelhar as políticas urbanas e culturais destinadas àquela freguesia. O presente estudo acontece através de um diálogo permanente entre o passado, o presente e o futuro, no qual tentámos procurar o lugar da comunidade na tecedura da política cultural da cidade. Durante o caminho da investigação, como dissemos, o projeto para o antigo Matadouro foi ganhando novos contornos e pormenores que, inicialmente não eram conhecidos. A característica mutável, em permanente ação e desenvolvimento do objeto de estudo foi, sem dúvida, o maior constrangimento destes meses, porém, esta condição revelou-se o nosso maior desafio.

Localizada numa zona periférica do município do Porto, Campanhã apresenta níveis sociodemográficos considerados alarmantes - quando comparada às restantes freguesias da cidade -, que têm vindo a ser perpetuados ao longo do tempo. Falamos de problemas que estruturam a sociedade e que, no conjunto, colocam entraves à emancipação sociocultural. Questões como o desemprego, a educação – contrastada entre valores elevados de residentes sem qualquer tipo de nível de ensino e entre o nível bastante inferior em relação ao ensino superior concluído -, e a habitação – desenhada por treze bairros que compõem a freguesia e, também, com cerca de 2785 pessoas residentes em ilhas. Não obstante, são questões que não são visíveis a olho nu, mas que corroem o tecido social, sendo ilustrativa a preocupação revelada pelos diversos agentes com que contactámos. Outro problema apontado foi a carência de infraestruturas e equipamentos, tanto para combate aos problemas sociais, como também para o desenvolvimento cultural.

Campanhã é um território há muito estigmatizado e ostracizado, marcado pelas coordenadas incertas das políticas autárquicas que, ora por avanços, ora por retrocessos, colidem com as bandeiras partidárias. Como causalidade, os agentes apontam o dedo às políticas públicas - sociais e culturais – que, pela escassez ou ineficácia, têm-se mostrado contraproducentes. Se outrora fora pautada pela história industrial, que contribuiu para o desenvolvimento da cidade e que ainda hoje é visível pelo edifício fabril, atualmente a freguesia é conotada à pouca atratividade e à pouca oferta cultural. Como vimos ao longo da investigação, outros fatores são apontados para a segregação sociocultural, nomeadamente a questão urbanística. A renovação da zona das Antas, com a construção do Estádio do Dragão e, anteriormente, a VCI, são, de facto, dois elementos que tornam a zona, em particular a Corujeira asfixiante e afastada dos outros pontos da cidade do Porto, vá resultando que tal área seja essencialmente encarada como um local de passagem, e não de permanência.

À luz dos conceitos que explanamos no primeiro capítulo, questionámo-nos: “considerando as características socioeconómicas da freguesia e as propostas do projeto municipal, conhecidas para o espaço, como poderá o futuro Matadouro do Porto ser um veículo de democracia cultural e promover o desenvolvimento cultural sustentável a favor da Comunidade?”. Com isto, e dada a desenvoltura da pesquisa, fomos tecendo algumas considerações que, no seu conjunto, convocam-nos à reflexão. O observatório de imprensa foi fulcral para encadear algumas linhas soltas sobre o projeto e, também, conhecer situações e iniciativas passadas na freguesia e na cidade, no âmbito cultural. Apercebemo-nos, como dissemos, que a produção jornalística pode estar amarrada a questões de propaganda política, bem como, ser o principal motor de promoção da imagem de marca da cidade e, simultaneamente, de fomentação da atratividade para o território. Por sua vez, as observações diretas e a captação de imagens no terreno foram momentos de aproximação ao espaço do antigo Matadouro e à comunidade, onde observámos forte ligação ao lugar e sentido de comunidade, no caso comumente designado bairrismo, através das interações que foram acontecendo. As entrevistas semidiretivas a José António Pinto, Ernesto Santos, Filipe Santos e ao artista plástico aconteceram num momento de solidificação das nossas hipóteses. Como dissemos, foram apontados, pelo mediador social e agentes políticos graves, problemas sociais aos quais não existem políticas públicas de combate. Em contraposto, o agente artístico revelou

estar distante da realidade da freguesia direccionando a sua preocupação à esfera da criação cultural.

Consideramos o projeto para o antigo Matadouro pautado pela pluralidade, e bifurcado pelos vetores da economia e da cultura. Tendo em conta as considerações explanadas ao longo da dissertação, apresentamos futuras oportunidades e ameaças do futuro Matadouro, divididas em quatro dimensões: a económica, a urbanística, a social e, por fim, a cultural.

No que diz respeito à dimensão económica, tendo em conta as linhas estratégicas apontadas para o projeto, observamos o futuro Matadouro como um motor de desenvolvimento económico pela possibilidade de colocar a cidade e a freguesia ao nível competitivo de outros territórios e, também, de atrair novos investimentos, nacionais e internacionais, para a área envolvente. Acrescentamos que, os últimos pormenores conhecidos sobre o projeto estão relacionados com o financiamento e exploração do espaço, tendo sido lançado um concurso internacional para captação de investidores privados. No mesmo sentido, paulatinamente, Campanhã poderá ser parte do roteiro turístico cultural - articulado com o futuro Intermodal de transportes -, tendo capacidade para suportar o expectável vaivém de visitantes. Note-se que esta possibilidade ajudará a descentralizar o fluxo turístico das zonas centrais e históricas da cidade para as suas periferias.

A nível urbanístico impõe-se uma nova centralidade. Para além da reabilitação e requalificação do antigo Matadouro, apontamos o forte impacto na reabilitação e revitalização da área envolvente. A partir das análises de campo, consideramos que poderá ser visível tanto na reabilitação habitacional e de outros espaços industriais desativados – ambos com sinais evidentes de degradação -, quanto como pela construção de novos imóveis nos terrenos livres. Direccionado ao espaço público poderá ocorrer o aumento de higienização das vias públicas e, também, a manutenção de outros equipamentos coletivos, como o Jardim da Corujeira. Estas medidas urbanísticas talvez permitam o aumento de atratividade a novos residentes, tal como evidenciámos em relação à atração de visitantes estrangeiros e nacionais, apresentando uma potencialidade de se expandir a toda a freguesia e, por fim, pode vir a atenuar o declínio demográfico.

A nível social, um dos pressupostos do projeto está assente na criação de emprego no novo Matadouro que, pelas hipóteses colocadas no cerne económico e urbanístico,

podem permitir a expansão de emprego na área envolvente, pelo aumento de novos negócios ou pelo crescimento dos negócios já vigentes, como também pela atração de visitantes e novos residentes, enriquecendo culturalmente a área. Em suma, o futuro Matadouro pode conduzir à melhoria das condições de habitabilidade, aumento do bem-estar no espaço público, atenuação ou estagnação dos estigmas sociais associados à área e, por isso, ao aumento da qualidade de vida da comunidade.

Contudo, a implementação do futuro Matadouro apresenta ameaças direcionadas, principalmente, aos residentes – como a gentrificação e a turistificação –, revelando efeitos nefastos para a composição social da área. Estas dinâmicas são pautadas, sumariamente, pela deslocação de antigos residentes e descaracterização do lugar e, consequentemente, da perda de identidade e memória coletiva e diferenciação social.

A nível cultural, aquele que mais diz respeito à presente investigação, através da análise do projeto, compreendemos que será um importante motor de desenvolvimento pelo estímulo à criação, mediação e receção cultural, com efeitos alargados a toda a cidade. É, como dissemos, um lugar que, no seu conjunto, será marcado pela diversidade cultural no cerne dos seus espaços/áreas e programas.

O poder municipal tem, aqui, um papel preponderante na ativação da política cultural e, tal como o projeto municipal designa, deverá manter, perpetuamente, a coesão social. Como analisámos anteriormente, a política cultural, tanto no cerne da democratização cultural (Pinto, 1994), como na democracia cultural (Lopes, 2003, 2007), têm como princípio primordial a formação e alargamento de públicos. Neste ponto, consideramos pertinente refletir sobre a ativação da política cultural em prol da comunidade vinculada às raízes populares e tradicionais, tal como apontámos.

O esforço terá de ser focado na construção de pontes sólidas e duradouras entre a criação artística e cultural e a comunidade, pela participação direta desta, de forma a cativar e a formar para a prática e receção artísticas. Alguns esforços têm sido feitos neste sentido, como vimos, através de eventos culturais que a envolvem diretamente. No entanto, ressaltando os efeitos positivos dos eventos culturais, temos de ponderar o seu carácter efêmero.

Por outro lado, mostrou-se relevante a densa identidade associativista presente em várias áreas da cultura da freguesia de Campanhã. A nível cultural-artístico, o trabalho associativo desenvolvido reflete-se, essencialmente, pela criação e formação da prática

teatral que, pela escassez de recursos financeiros e de equipamentos, tem perdido força associativa. Consideramos que é necessário o processo de descentralização de poderes, atualmente concedidos à Câmara Municipal do Porto, para que o poder local de Campanhã utilize, efetivamente, o lugar do Matadouro em favor da comunidade. Posto isto, o futuro Matadouro afigura-se como fundamental na manutenção e expansão desta e outras práticas e deverá reger-se pela valorização, conservação e acesso do património cultural acumulado, através do contacto e participação da comunidade.

Em jeito de conclusão, consideramos que a estratégia de política de desenvolvimento cultural para o futuro Matadouro deve estar sustentada sobre a premissa de que a cultura não pode ser um mero instrumento ideológico partidário. Aliar o discurso político, de promoção da cidade, em particular, com investimento privado, à política cultural, poderá colocar em causa a viabilidade da democracia cultural. Apontámos, ao longo da dissertação, a possibilidade da passagem da cidade a mercadoria, aquilo que Teobaldo (2010) nos diz sobre cidade-espetáculo. Também a cultura, quando subjugada a interesses políticos e económicos, poderá transformar-se em mercadoria, seguindo o encadeamento da autora, em cultura-espetáculo que, dificilmente, se conjuga com os interesses de desenvolvimento social e cultural sustentável.

## Referências bibliográficas

- Adorno, Theodor W. (2003). *Sobre a indústria da cultura*. Coimbra: Angelus Novus.
- Araújo, E.& Magalhães, R. (2012). Jornalismo e a sociologia: um contributo. *Comunicando*, 1, (1), 106-122.
- Azevedo, Natália. (2004). Políticas culturais na Área Metropolitana do Porto. In V *Congresso Português de Sociologia. Sociedades contemporâneas: reflexividade e ação*, Braga, Universidade do Minho, 12-15 de maio.
- Benjamin, Walter. (2006). *A modernidade*. Lisboa: Assírio & Alvim.
- Bourdieu, Pierre. (1997). *Sobre a televisão*. Oeiras: Celta Editora.
- Câmara Municipal do Porto. (2015, outubro 1). “Arquipélago” junta comunidade. *O portal de notícias do Porto*. Disponível em:  
<http://www.porto.pt/noticias/arquipelago-junta-comunidade-em-campanha>
- Câmara Municipal do Porto. (2015). *Área de reabilitação urbana Campanhã*.
- Câmara Municipal do Porto. (2016). *Porto Before Porto*: Revista Pli Arte & Design.
- Câmara Municipal do Porto. (2017, junho 27). Projeto de transformação do antigo Matadouro de Campanhã avança no próximo mês de julho. *O portal de notícias do Porto*. Disponível em: <http://www.porto.pt/noticias/projeto-de-transformacao-do-antigo-matadouro-de-campanha-avanca-no-proximo-mes-de-julho>.
- Caria, Telmo H. (2002). A construção etnográfica do conhecimento em ciências sociais: reflexividade e fronteiras. In Telmo H. Caria (Org.), *Experiência etnográfica em ciências sociais* (pp. 9-20). Porto: Afrontamento.
- Carvalho, Patrícia. (2015, outubro 20). Nova casa do Museu da Indústria será no antigo Matadouro Industrial do Porto. *Público*. Disponível em:  
<https://www.publico.pt/2015/10/20/local/noticia/nova-casa-do-museu-da-industria-sera-no-antigo-matadouro-industrial-do-porto-1711786>.
- Coentrão, Abel. (2017, maio 17). Estúdios de gravação? Uma fonoteca? É a música a caminho de Campanhã! *Público*. Disponível em:  
<https://www.publico.pt/2017/05/17/local/noticia/estudios-de-gravacao-uma-fonoteca-e-a-musica-a-caminho-de-campanha-1772528>.

- Costa, António Firmino. (1997). Políticas culturais: conceitos e perspectivas. *OBS: Observatório das actividades culturais*, 2, 10-14.
- Courchene, T. J. (1999). *Responding to the NAFTA challenge: Ontario as a North American region state and Toronto as a global city-region*. Apresentado em *Global City-Regions Conference*, Los Angeles.
- Deleuze, Gilles. (2011). *Francis Bacon: lógica da sensação*. Lisboa: Orfeu Negro.
- Diário da Republica. (2014, outubro 16). *Plano de Pormenor das Antas - PPA (1ª alteração)*, aviso nº 11535/2014, Série II, nº 200/2014.
- Direção Municipal de Urbanismo. (2014). *Censos 2011 – Mudanças demográficas*. Disponível em: [http://www.cm-porto.pt/assets/misc/img/PDM/Revisao\\_PDM/Estudos\\_base/Censos2011\\_Mudancas\\_demograficas\\_2014.pdf](http://www.cm-porto.pt/assets/misc/img/PDM/Revisao_PDM/Estudos_base/Censos2011_Mudancas_demograficas_2014.pdf).
- Domingues, Álvaro. (2003). Património industrial e requalificação urbana. In M. L. Sampaio (Coord.), *Reconversão e musealização de espaços industriais: actas do colóquio de museologia industrial* (pp. 121-130). Porto: Associação para o museu da ciência e indústria.
- Domus Social. (2017). *Caracterização socioeconómica e demográfica: brigadas e pedidos de intervenção*. Disponível em: <http://www.domussocial.pt/domussocial/caracterizacao-sociodemografica>.
- Fernández, Xan Bouzada. (2007). Financia acerca del origen y genesis de las politicas culturales occidentales: arqueologias y derivas. *O público e o privado*, 9, 109-147.
- Ferro, Lígia. (2005). Ao encontro da sociologia visual. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XV, 373-398.
- Fleming, T., et al. (2008). *Estudo macroeconómico: desenvolvimento de um cluster de indústrias criativas na região do Norte*. Porto: Fundação de Serralves.
- Figueiredo, F., Fernandes, C. (2016, abril 21). Rui Moreira quer tornar Matadouro uma “rua do Porto”. *Jornalismo Porto Net*. Disponível em: <https://jpn.up.pt/2016/04/21/rui-moreira-quer-tornar-matadouro-rua-do-porto/>.
- Fortuna, Carlos. (1995). Os centros das nossas cidades: entre a revitalização e a decadência. In *O planeamento estratégico das cidades, Porto, Fundação*

- Cupertino de Miranda, 13-14 de julho de 1995*. Coimbra: Oficina do CES – Centro de Estudos Sociais, 62.
- Gerivaz, Sara. (2014, outubro 4). Abriram-se os portões do Matadouro para deixar entrar a cultura. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2014/10/04/local/noticia/abriramse-os-portoes-do-matadouro-para-deixar-entrar-a-cultura-1671874>.
- Hammersley, M. (1990). *Reading ethnographic research: a critical guide*. London: Longman.
- INE, Censos 2011. (2014). *População residente (n.º) por local de residência (à data dos Censos 2011), sexo, grupo etário e nível de escolaridade (situação no nível); decenal*.
- Ketele, J., Roegiers, X. (1993). *Metodologia de recolha de dados*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lee, Raymond M. (2003). *Métodos não interferentes em pesquisa social*. Lisboa: Gradiva.
- Lefebvre, Henri. (2011). *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro.
- Lopes, João Teixeira. (2003). *Escola, território e políticas culturais*. Porto: Campo das Letras.
- Lopes, João Teixeira. (2007). *Da democratização à democracia cultural: uma reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Porto: Profedições.
- López, Miguel Martinez. (2007). Cuestiones críticas acerca de la rehabilitación urbana. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*. XVII, 147-176.
- Lusa. (2013, fevereiro 2). Pizarro quer incubadora de empresas no antigo matadouro industrial. *Porto24*. Disponível em: <http://www.porto24.pt/cidade/pizarro-quer-incubadora-de-empresas-no-antigo-matadouro-industrial/>.
- Lusa. (2015, novembro 30). Matadouro vai ter gastronomia, arte, empresas e investigação. *P3-Público*. Disponível em: <http://p3.publico.pt/cultura/palcos/19019/matadouro-vai-ter-gastronomia-arte-empresas-e-investigacao>.
- Lusa. (2016, novembro 3). Filipe Cortez leva o antigo matadouro do Porto a Nova Iorque. *P3-Público*. Disponível em:



- <http://p3.publico.pt/cultura/exposicoes/22048/filipe-cortez-leva-o-antigo-matadouro-do-porto-nova-iorque>.
- Matos, Fátima Loureiro. (1994). Os bairros sociais no espaço urbano do Porto: 1901-1955. *Análise Social*, XXIX, (127), 677-695.
- Mattos, C. (2011). A abordagem etnográfica na investigação científica. In C. Mattos, P. Castro (Org.), *Etnografia e educação: conceitos e usos* (pp. 49-83). Campina Grande: EDUEPB.
- Meireles, M., Rodrigues, A. (Coord.). (1991). *Campanhã: Estudos Monográficos*. Porto: Junta de Freguesia de Campanhã.
- Melo, Sara C. D. (2014). Projetos artísticos (d)e intervenção comunitária: texturas, uma experiência do festival internacional de teatro de rua de Santa Maria da Feira. (Tese de doutoramento não publicada). Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto.
- Miguel, J., León, O. (1998). Para una sociología de la fotografía. *Reis: Revista española de investigaciones sociológicas*, 84, 83-124.
- Moura, Dulce; Guerra, Isabel; Seixas, João; Freitas, Maria João. (2006). A Revitalização Urbana. Contributos para a Definição de um Conceito Operativo. *Cidades – Comunidades e Territórios*, n.º 12/13, pp. 15-34.
- Peixoto, Ana C. (2017, julho 13). É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro. *Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/07/13/local/noticia/em-campanha-tambem-se-contam-historias-e-se-sonha-com-o-futuro-1778875>.
- Peixoto, Paulo. (2013). Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XIII, 211-226.
- Peixoto, Paulo. (2000). Gestão estratégica das imagens das cidades: análise de mensagens promocionais e de estratégias de marketing urbano. *Revista crítica de ciências sociais*, 56, 99-122.
- Pereira, Virgílio Borges. (2003). Uma imensa espera de concretizações...: ilhas, bairros e classes laboriosas brevemente perspectivados a partir da cidade do Porto. In *Sociologia: Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 13, 139-148.

- Pinto, Jorge Ricardo. (2007). *O Porto oriental no final do século XIX: um retrato urbano (1875-1900)*. Porto: Afrontamento.
- Pinto, José Madureira. (2010). A sociologia no terreno como criação cultural. In M. dos Santos, J. Pais (Org.). *Novos trilhos culturais: práticas e políticas*. (pp. 63-81). Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.
- Pinto, José Madureira. (1994). Uma reflexão sobre políticas culturais. In AAVV - *Dinâmicas culturais, cidadania e desenvolvimento local* (pp. 767-792). Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Pinto, Mariana Correia. (2017). *Porto, a última estação*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Queirós, L., Carvalho, P. (2013, novembro 17). “O Porto pode ser um laboratório político-cultural para o país”. *Ípsilon-Público*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2013/11/17/culturaipsilon/noticia/entrevista-1612770>.
- Quivy, R., Campenhoudt, L. (2013). *Manual de investigação em ciências sociais*. (6ª ed). Lisboa: Gradiva.
- Ritchie, Jane. (2003). The applications of qualitative methods to social research. In J. Ritchie, J. Lewis (Eds), *Qualitative research practice: a guide for social science students and researchers* (pp. 24-46). London: Sage.
- Silva, Augusto Santos. (2004). Como Classificar as Políticas Culturais? Uma Nota de Pesquisa. *OBS: Observatório das actividades culturais*. 12, 10-20.
- Silva, Augusto Santos. (2007). Como abordar as políticas culturais autárquicas? Uma hipótese de roteiro. *Sociologia, problemas e práticas*, 54, 11-33.
- Silva, Mário Rui. (2005). Os Desafios da Competitividade do Porto Cidade/Região. *Boletim-Universidade do Porto*, 38, 8-13.
- Sontag, Susan. (2004). *Sobre fotografia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Tavares, Domingos. (2016). *António Correia da Silva: arquitecto municipal*. Porto: Dafne.
- Teobaldo, Izabela N. C. (2010). A cidade espetáculo: efeito da globalização. *Sociologia: Revista do Departamento de Sociologia da FLUP*, XX, 137-148.
- Urry, J., Crawshaw, C. (1995). Turismo e consumo visual. *Revista crítica de Ciências Sociais*, 43, 47-58.

Vázquez, I., Conceição, P. (Coord.). (2015). *‘Ilhas’ do Porto: levantamento e caracterização*.

X Governo Constitucional. (1985). Programa do X Governo Constitucional.

XII Governo Constitucional. (1991). Programa do XII Governo Constitucional.

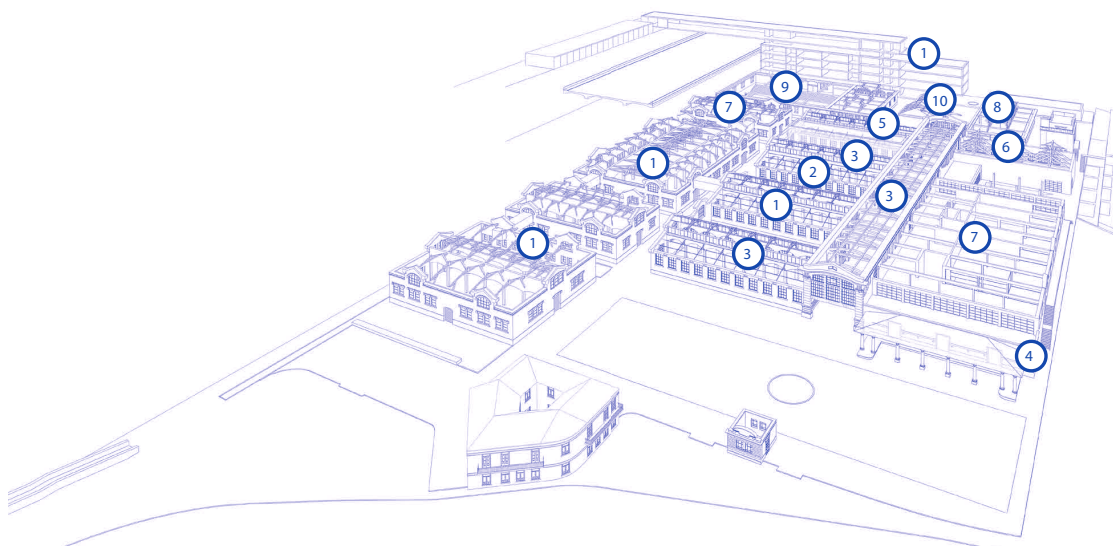
XIII Governo Constitucional. (1995). Programa do XIII Governo Constitucional.

XXI Governo Constitucional. (2016). Programa do XXI Governo Constitucional.



## **ANEXOS**

## **Anexo 1 - Vista axonométrica do antigo Matadouro Industrial do Porto**



**Figura n.º 10** - Vista axonométrica do antigo Matadouro Industrial do Porto. Desenho por Garcia & Albuquerque, arquitetos responsáveis pelo projeto de arquitetura.

1. Área de Empresas Criativas e Tecnológicas
2. Museu da Indústria
3. Arte e Comunidade
4. Reservas de Arte Contemporânea
5. Nave-multiusos
6. Laboratório de Gastronomia
7. Estúdios Media e Audiovisual
8. Artes e Ofícios Tradicionais
9. Polo de Desporto
10. Residências Artísticas

**Anexo 2 - Planta da área envolvente ao antigo Matadouro Industrial do Porto**





**Figura n.º 11** - Planta da área envolvente ao antigo Matadouro Industrial do Porto.

- 1. Antigo Matadouro Industrial
- 2. Jardim da Corujeira
- 3. VCI
- 4. Estádio do Dragão
- Área delimitada pelo PPA
- Área delimitada pela ARU de Campanhã - Estação

### **Anexo 3 - Planta da área delimitada para a investigação**



**Figura n.º 12** - Planta da área delimitada para a investigação.

- |                                |  |
|--------------------------------|--|
| 1. Antigo Matadouro Industrial | 9. Jardim da Corujeira                     |
| 2. Rua São Roque da Lameira    | 10. Rua da Corujeira de Baixo              |
| 3. Rua das Escolas             | 11. Travessa Ferreira dos Santos           |
| 4. Rua Nova da Corujeira       | 12. Avenida 25 de Abril                    |
| 5. Rua Central da Corujeira    | 13. Rua Dr. Mauricio Estêves Pereira Pinto |
| 6. Rua Ferreira dos Santos     | 14. Travessa Monte da Bela                 |
| 7. Rua Camilo Pessanha         | 15. Rua Monte da Bela                      |
| 8. Praça da Corujeira          | — Campo de observação e análise            |

#### **Anexo 4 - Grelha de observação direta**

<b>Categorias de observação</b>	<b>Subcategorias de observação</b>	
Espaço envolvente (ao antigo Matadouro)	Modos de utilização e apropriação social do espaço público	
	Comportamentos e interações sociais	
Equipamentos e serviços existentes	Caracterização física	Levantamento residencial e comercial
	Tipologia	
	Práticas	
Espaço do antigo Matadouro	Caracterização física	
	Estado de conservação do edifício	
	Posição espacial	
	Perspetiva envolvente	
	Sociabilidades e práticas	

**Anexo 5 - Guião de entrevista semidiretiva a José António Pinto, Ernesto Santos e Filipe Santos**

## **Introdução**

A presente entrevista surge no âmbito de uma dissertação do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Considerando as pretensões municipais de implementação de um polo com atividades direcionadas à cultura no antigo Matadouro Industrial do Porto, o estudo visa a compreender a possibilidade do projeto atuar como instrumento de desenvolvimento sociocultural na freguesia de Campanhã.

### **1. Caracterização pessoal**

Nome:

Idade:

Habilitações literárias:

Local de residência:

### **2. Caracterização profissional**

Qual o seu papel/função na JFC.

### **3. Sobre Campanhã**

Memórias, histórias e acontecimentos que marcaram a freguesia.

Maiores problemas de Campanhã. Propostas/soluções para alterar ou atenuar esses problemas.

Maiores potencialidades de Campanhã.

Medidas e iniciativas (públicas ou privadas) que transformaram a freguesia. Esforços camarários para a revitalização e reabilitação urbana.

Possíveis transformações sociais e urbanas no cerne da revitalização urbana, como a gentrificação.

Nível de atratividade da freguesia para os atuais e novos residentes.

### **4. Pensar a cultura – política cultural**

Importância da cultura no conjunto de atividades desenvolvidas pela JFC.

Orçamentos para a cultura no orçamento geral.

Que tipo de iniciativas culturais acontecem na freguesia. De que forma é feito o planeamento das mesmas.

Valorização do trabalho dos artistas na esfera social.

## **5. O projeto para o Matadouro**

Mudanças significativas em Campanhã (Corujeira) antes da apresentação pública do projeto para o antigo Matadouro. E depois do projeto.

Qual será o papel da JFC quando o projeto para o Matadouro estiver concluído.

Como funcionará o diálogo entre a Junta/CMP e a futura instituição privada que irá explorar o Matadouro.

Importância futura do Matadouro para a cidade e, em particular, para a freguesia de Campanhã, em relação à:

- Democracia cultural;
- Dinamização económica;
- Dinamização turística;
- Criação de imagem de marca;
- Revitalização e reabilitação do território;
- Integração social.

Quais as perspetivas da população em relação ao projeto.



## **Anexo 6 - Guião de entrevista semidiretiva ao artista plástico**

## **Introdução**

A presente entrevista surge no âmbito de uma dissertação do Mestrado em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Considerando as pretensões municipais de implementação de um polo com atividades direcionadas à cultura no antigo Matadouro Industrial do Porto, o estudo visa a compreender a possibilidade do projeto atuar como instrumento de desenvolvimento sociocultural na freguesia de Campanhã.

### **1. Caracterização pessoal**

Nome:

Idade:

Habilitações literárias:

Local de residência:

### **2. Caracterização profissional**

Como caracteriza o seu trabalho.

### **3. Sobre Campanhã**

Que tipo de relações tem com a freguesia.

Na sua perspetiva, quais os maiores problemas e potencialidades.

Qual a sua posição face às possíveis transformações sociais no cerne da revitalização urbana, como por exemplo, a gentrificação.

Nível de atratividade da freguesia para artistas e criativos.

### **4. Responsabilidade social do artista**

Considera que os artistas têm um papel fundamental no cerne da política cultural.

Qual será o caminho para articular a arte e o desenvolvimento sustentável de uma comunidade.

### **5. Política cultural na cidade**

Como considera o estado da cultura na cidade do Porto.

### **6. O projeto para o Matadouro**

Mudanças significativas em Campanhã (Corujeira) antes da apresentação pública do projeto para o antigo Matadouro. E depois do projeto.

Importância futura do Matadouro para a cidade e, em particular, para a freguesia de Campanhã em relação à:

- Valorização da arte;
- Democracia cultural;
- Dinamização económica;
- Dinamização turística;
- Criação de imagem de marca;
- Revitalização e reabilitação do território;
- Integração social.

## **Anexo 7 - Grelhas de Análise de Conteúdo: Observatório de Imprensa**

## Primeiro eixo de análise: antes da apresentação do projeto para o antigo Matadouro

### I.

<p>Título: Pizarro quer incubadora de empresas no antigo matadouro industrial</p> <p>Fonte/data: Porto24/ 02-02-2013</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Percepções</li> </ul>	<p>Manuel Pizarro, candidato à CMP, faz proposta para a criação do Centro Empresarial de Campanhã no antigo Matadouro Industrial, com objetivos de transformar a freguesia e fomentar o emprego na localidade.</p>	<p>Manuel Pizarro explica que este empreendimento é um “exemplo” do “muito” que se pode fazer mesmo em tempo de restrições financeiras e que está inserido num dos objectivos do PS para o Porto, “devolver à cidade o título de capital do trabalho”.</p> <p>O CEC insere-se ainda noutro objectivo do PS para o Porto: “devolver à cidade o título de capital do trabalho, distinção que o Porto foi perdendo nos últimos anos e que merece recuperar”.</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>Na proposta apresentada por Manuel Pizarro, este considera que o projeto desenvolverá a freguesia que apesar do contexto socioeconómico pouco favorável tem potencialidade para se desenvolver. Entre prioridades e necessidades objetivas, Pizarro considera que a questão do emprego será melhorada</p>	<p>“Esta é uma das nossas propostas para desenvolver a zona oriental da cidade, que está muito atrasada mas tem todas as condições para crescer. É um ponto de partida que servirá como alavanca desse objectivo”, declara Pizarro.</p> <p>Segundo o candidato, “uma das maiores preocupações que chegam por parte dos cidadãos do Porto está relacionada com o desemprego e a falta de trabalho” pelo que, disse, “com este novo centro empresarial não só se renovará a área como</p>

	pela criação de 1.500 postos de trabalho e pela fixação de cerca de 75 empresas.	se pretende a criação de 1.500 postos de trabalho”.
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>Este plano é concebido em linhas estratégicas de desenvolvimento económico e reabilitação do presente edificado. Pizarro considera que as condições do imóvel não estão muito degradadas apesar do abandono de mais de 50 anos. Acrescenta que a reabilitação terá de ser realizada por investidores privados.</p>	<p>Essa reabilitação, propõe o PS, “será feita por privados dispostos a investir naquele que é um investimento com retorno pois é um projecto auto-sustentável”.</p> <p>Manuel Pizarro salienta, no entanto, que “caberá à Câmara a elaboração de um caderno de encargos rígido e ambicioso para entregar a exploração do CEC aos privados”.</p>
Noções e palavras-chave	Antigo Matadouro, polo empresarial, requalificação urbana	

## II.

<p>Título: “O Porto pode ser um laboratório político-cultural para o país”</p> <p>Fonte/data: Público/ 17-11-2013</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>Paulo Cunha e Silva, então novo vereador da Cultura da CMP, aborda a importância da escolha do seu gabinete – este o mais</p>	<p>A eleição de Rui Moreira está a gerar grandes expectativas, até a nível internacional, e elas serão ainda mais altas no domínio da política cultural, terreno em que</p>

	<p>pequeno de todos os vereadores mas com varanda virada para os Aliados -, demonstrando, assim, a forma como quer comunicar com a cidade através da sua política cultural. Pensa que o novo presidente da CMP, Rui Moreira, conferiu à população grandes expectativas por esta ter considerado o seu discurso hiperbólico.</p>	<p>Moreira se marcou mais nitidamente do seu antecessor. Esta vista directa sobre o coração da cidade também representa, diz, a política cultural aberta e dialogante que quer para o Porto.</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>Como prioridade para a política de cidade, Paulo Cunha e Silva refere que a CMP não pode ter uma política de gosto mas que deve ter bom gosto pois a política é a articulação disso mesmo. A necessidade de programar projetos culturais seguindo o conceito de cidade líquida, inspirada no conceito de Z. Bauman de sociedade líquida. O entrevistado refere a importância da intervenção cultural em Campanhã como linha fundamental de atuação municipal.</p>	<p>“Essa cidade líquida não é uma cidade cristalizada em torno de uma ideia de bairros. É uma cidade em que tudo pode acontecer em todo o lado. [A freguesia oriental de] Campanhã, por exemplo, será uma área de intervenção cultural fundamental, justamente pela articulação que a cultura deve estabelecer com as zonas mais fragilizadas da cidade”.</p>
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> </ul>	<p>Neste ponto, para as políticas culturais aplicadas ao território fala na programação como</p>	<p>“Quando falo na cultura fora do sítio, estou a pensar, por exemplo, em bairros sociais. E já tenho alguma programação definida: haverá Wagner num</p>

<ul style="list-style-type: none"> <li>Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>linha estratégica, ao invés da criação de novos equipamentos, pois o orçamento para a cultura não é grande. Porém, revela que será importante criar políticas de parcerias. O Teatro Municipal do Rivoli é apresentado como a enorme preocupação tanto para o vereador, como para Rui Moreira e Manuel Pizarro. Para o cargo de diretor de programação do equipamento, Paulo Cunha e Silva revela que este será escolhido mediante um concurso público e que não será ocupado por um diretor artístico nem por um programador.</p>	<p>bairro. O dinheiro é pouco, mas vamos desenvolver uma política de parcerias e tentar capitalizar o estado de graça que Rui Moreira conquistou.”</p> <p>“Um dos trabalhos de casa que propus a um putativo adjunto foi apresentar-me o caderno de encargos, a missão, a estratégia, a comunicação e o regulamento para a contratação do futuro director de programação do Rivoli. (...) Um director de programação tem mais autoridade do que um programador, mas não tem uma política de gosto definida.”</p> <p>“E o teatro municipal deve ser o local onde a política cultural da cidade se exprime com maior evidência.”</p> <p>“Um orçamento para programação inferior a dois milhões de euros é dificilmente exequível para um teatro que a câmara quer recuperar e devolver à cidade.”</p>
Noções e palavras-chave	Campanhã, política cultural, cidade.	

### III.

<p>Título: Abriram-se os portões do Matadouro para deixar entrar a cultura</p> <p>Fonte/data: Público/ 04-10-2014</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>Objetivos</li> <li>Perceções</li> </ul>	<p>No dia 3 de Outubro, o antigo Matadouro abriu portas à rodagem do filme <i>A Santa Joana dos</i></p>	<p>“Na noite de sexta-feira, os interessados puderam assistir à rodagem de duas cenas do filme <i>A Santa Joana dos</i></p>



	<p>Matadouros: Abertura de Portões, onde parte do elenco foram residentes da freguesia.</p> <p>Os testemunhos de residentes na zona remetem para a surpresa de observar o espaço aberto, depois de tantos anos encerrado ao público, como também o motivo para a abertura ser a cultura.</p>	<p><i>Matadouros: Abertura de Portões</i>, de João Sousa Cardoso, que contou com um elenco muito especial, uma vez que dele fizeram parte habitantes da própria freguesia de Campanhã.”</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>		<p>“Quem chega também minutos antes da hora marcada é Alvina Pinheiro, que teve conhecimento do projecto <i>Cultura em Expansão</i> através da Junta de Freguesia. Alvina está curiosa com o que se vai passar no interior do Matadouro, uma vez que a realidade que conhece é outra. “Conheci o Matadouro quando era novinha e havia muita miséria. Matavam-se aqui os bois e a gente vinha buscar o sangue para cozinhar e comer”, conta.”</p> <p>“A cultura tem de fazer parte da nossa vida. Da nossa vida individual. Alarga-nos perspectivas, alarga-nos horizontes, podemos ver o mundo de outra forma e contribui para a nossa felicidade individual. Ao mesmo tempo, a cultural é muito identitária, tem a ver com as comunidades”, diz o vereador socialista.” [Manuel Pizarro]</p> <p>“Hoje, ao menos, está iluminado e estão a vir pessoas”, comenta. Veio sobretudo para ver a interpretação da neta, mas apoia</p>

		a iniciativa cultural. “É bom para os artistas e é bom para quem mora aqui”, comenta.” [Arminda Pinto Vouga, habitante].
Linhas estratégicas operacionais <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	Este acontecimento estreou o programa cultural municipal “Cultura em Expansão”.	“Este projecto já fazia parte do manifesto eleitoral, em que tínhamos a convicção de que a cultura não poderia ficar prisioneira dos territórios clássicos e devia expandir-se por toda a cidade e colonizar espaços de zonas mais degradadas, zonas que não fazem parte do itinerário <i>fashion</i> da cidade”, explica.” [Paulo Cunha e Silva]
Noções e palavras-chave	Matadouro, cinema, comunidade.	

#### IV.

Título: “Arquipélago” junta comunidade  Fonte/data: o portal de notícias do Porto/ 01-10-2015		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
Características gerais <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	O projeto teatral comunitário “Arquipélago” da companhia Ao Cabo Teatro, visa a investigação das condições das comunidades mais desprotegidas que residem em Campanhã onde	“Arquipélago” começa por ser um projeto de criação teatral da companhia Ao Cabo Teatro que cruza o trabalho de uma equipa de artistas com o trabalho de não atores. Assume depois uma matriz multidisciplinar conduzida por uma equipa de criadores visuais, comissariada por Paulo Mendes.”

	<p>desenvolvem trabalho de atores e residente, estreou no antigo Matadouro o espetáculo “À Margem da Alegria” e inaugurou a exposição “Sem Volta Nunca Mais, Uma Pequena História do Possível”.</p> <p>O espetáculo “À Margem da Alegria” desenvolveu o seu trabalho sobre a memória social, história e industrial de Campanhã.</p>	
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	Os projetos procuram criar relações da comunidade com a cidade e com a criação artística.	“Pretende-se pensar a partir dos territórios concretos de intervenção, pensar a pólis, a república e a democracia, com as armas da criação artística, com os habitantes e com as comunidades envolventes”
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>É um evento inserido no programa cultural criado pela CMP “Cultura em Expansão” que pretende levar as práticas e expressões artísticas aos bairros sociais.</p> <p>As entradas são gratuitas.</p>	
Noções e palavras-chave	Teatro, artes plásticas, antigo Matadouro, comunidade.	

## V.

Título: Nova casa do Museu da Indústria será no antigo Matadouro Industrial do Porto

<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>Rui Moreira anuncia durante a reunião de executivo que o Museu da Indústria irá reabrir no antigo Matadouro Industrial do Porto sem avançar com data.</p>	<p>O Museu da Indústria vai reabrir e a sua nova casa será o antigo Matadouro Industrial do Porto, em Campanhã. A novidade foi dada, na manhã desta terça-feira, pelo presidente da Câmara do Porto, Rui Moreira, durante a reunião do executivo. O autarca não avança, contudo, com prazos.</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>O espólio do Museu da Indústria está, desde 2006, está guardado num armazém na freguesia de Ramalde, sem acesso ao público. Este será doado ao município e, neste momento, encontram-se em momento de identificação dos proprietários dos objetos para que sejam autorizados a permanência no museu.</p>	<p>O autarca não quis adiantar qualquer prazo para a instalação do museu no antigo Matadouro, mas confirmou ao PÚBLICO que este edifício, devoluto durante vários anos, irá necessitar de obras antes de poder receber qualquer ocupação permanente.</p>
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>Além da necessidade de reabilitação do edificado do antigo Matadouro, o presidente da CMP Rui Moreira considera importante a devolução do museu à cidade. Refere, também, que este não será o único plano para o espaço.</p>	<p>“A nossa vontade é que o Museu da Indústria seja devolvido à cidade e que seja instalado no Matadouro, no âmbito do projecto mais vasto que estamos a delinear para lá” [Rui Moreira]</p>

Noções e palavras-chave	Museu da Indústria, antigo Matadouro, requalificação urbana, política cultural.
-------------------------	---

## VI.

<p>Título: Matadouro vai ter gastronomia, arte, empresas e investigação</p> <p>Fonte/data: P3 – Público/ 30-11-2015</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>A informação contida na candidatura submetida ao Programa Operacional Regional Norte 2020/setembro 2015 – o PEDU -, visa a implementação de espaços a várias áreas desde o empreendedorismo, a cultura e o conhecimento, concebida para o edificado do antigo matadouro do Porto, e apresentado como pilar fundamental para o desenvolvimento económico, urbano e social da zona.</p>	<p>A Câmara do Porto pretende dotar o antigo Matadouro Municipal de espaços de incubação de empresas, estúdios de novos media, lazer, investigação, gastronomia, arte contemporânea e residências, transformando o equipamento numa âncora da revitalização da zona de Campanhã.</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>A CMP, cérebro do projeto, pretende aumentar a atratividade da cidade e, principalmente, da freguesia com contexto socioeconómico</p>	<p>O PEDU nota que se pretende criar no Matadouro “um pólo de inovação e de criação, com uma capacidade de atracção, seja no que respeita aos profissionais seja ao nível dos visitantes que se estende a toda a cidade a ao espaço metropolitano.</p>

	<p>vulnerável, aos olhos de profissionais e visitantes. O edificado envolvente ao antigo Matadouro é aquele que representa mais potencialidades de desenvolvimento, segundo o executivo municipal, devido ao elevado número de armazéns e fábricas indústrias, sem qualquer uso na atualidade.</p>	<p>De acordo com a Câmara, é na envolvente do antigo Matadouro e Praça da Corujeira que “se encontram a maioria das unidades industriais desactivadas da cidade, de grande dimensão, que hoje tem uma utilização residual ou se encontram totalmente abandonadas, estando portanto muito aquém do seu potencial de uso, bem como da capacidade de estímulo à regeneração urbana de toda a envolvente.</p>
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>O futuro edifício será composto de múltiplos espaços dedicados às mais variadas dimensões culturais. Consideram o efeito imediato na revitalização da área ao qual se juntam outros dois planos – reconversão da estação de recolha da STCP e da antiga fábrica A Invencível, situada a metros do antigo matadouro.</p>	<p>Este polo deverá configurar-se como alavanca da regeneração urbana da envolvente imediata, designadamente em articulação com os projectos de requalificação previstos para a Praça da Corujeira e para o espaço público que liga ambos. Adicionalmente espera-se que os efeitos de difusão se alarguem a toda a área oriental da cidade, claramente marcada por um contexto socioeconómico vulnerável. No documento, descreve-se que o novo equipamento “deverá articular múltiplas valências”, nomeadamente “espaços de ‘co-working’ e de incubação, estúdios de novos media, polo de lazer e investigação de desporto, museu da indústria, nave multiusos com plateia reactiva, laboratório de gastronomia e restaurante, depósito visitável de colecções de arte contemporânea e residências para participantes nas actividades das diferentes áreas. Para a zona daquele equipamento, a autarquia planeou, ainda, “operações de</p>

		reconversão da estação de recolha da Sociedade de Transportes Colectivos do Porto (STCP) e da Fábrica A Invencível.
Noções e palavras-chave	Projeto para o antigo Matadouro, requalificação urbana, cultura, Campanhã.	

## Segundo eixo de análise: após apresentação do projeto para o antigo Matadouro

### I.

<p>Título: Rui Moreira quer tornar Matadouro uma “rua do Porto”</p> <p>Fonte/data: Jornalismo Porto Net/ 21-04-2016</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>Na apresentação pública do projeto, que teve lugar no antigo Matadouro, o presidente da Câmara afirma que o projeto será benéfico para a condição económica dos portuenses. Tanto o testemunho do presidente da JFC como o testemunho de uma residente natural de Campanhã, refletem a satisfação e ansiedade de dinamização da freguesia através do projeto. Apresentado como projeto âncora do executivo, Rui Moreira associa o projeto</p>	<p>“Acreditar que a cidade do Porto vai industrializar-se e que essa industrialização vai ter que dar trabalho e vai ter que contribuir para a economia dos portuenses é uma condição fundamental”, referiu [Rui Moreira].</p> <p>Áurea Silva era uma campanhense entre todos os que se ouviam no recinto. Porém, destacava-se pela emoção nítida no seu rosto: “Sou daqui de Campanhã e conheço isto desde a minha ‘meninice’”, confirma Áurea. A natural daquela freguesia mostrava-se orgulhosa pelo “bom caminho” que Campanhã está a levar: “Esta zona já foi discriminada, mas agora os tempos são outros”, apontou a campanhense. Áurea</p>

	<p>para o Matadouro o culminar das estratégias políticas para a cidade. Também Manuel Pizarro, responsável do pelouro da Habitação e Ação Social, associa o projeto como pilar para o desenvolvimento da freguesia.</p>	<p>Silva carrega já 66 anos de vivências na zona oriental do Porto que, segundo a residente, “tem sido muito esquecida”. “Esta requalificação do Matadouro é a realização daquilo que é o meu projeto político para a cidade. Queremos juntar a cultura, a coesão social, o emprego e a economia”, admitiu. [Rui Moreira]</p> <p>Manuel Pizarro disse ao JPN que o “projeto do Matadouro de Campanhã tem todo o potencial e vai ser o centro do ressurgimento da freguesia como um grande polo para o futuro do Porto”. “Esta requalificação do Matadouro significa uma cidade que, com os pés bem assentes na sua história, na sua identidade, no seu passado, se projeta para o futuro, para ser uma cidade com mais qualidade de vida e com mais inclusão social”, concluiu Manuel Pizarro.</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>Ernesto Santos, presidente da JFC, mostra o seu apreço pelo investimento camarário em Campanhã e pede que o projeto seja entendido como um plano para a cidade e não apenas para a freguesia.</p>	<p>Grato a Rui Moreira por dar uma segunda oportunidade à freguesia que muitos consideram ter ficado esquecida, Ernesto Santos referiu que o que lhe vai “na alma enquanto campanhense é um sentido de gratidão profundo à governança da cidade do Porto que demonstra finalmente que há, de facto, uma nova forma de fazer cidade”.</p> <p>O presidente da junta de freguesia apelou também a um alargamento da visão sobre o projeto, justificando que este não é só um “projeto local, mas sim uma dinâmica de cidade”.</p>



<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>As estratégias operacionais para o projeto direcionam-se às empresas e, consequentemente, aos efeitos desejados para a zona. Importa aqui referir que Rui Moreira procura que o Matadouro não seja apenas um local de passagem, mas de permanência, onde se vai apostar na identidade cultural tradicional portuense.</p> <p>O planeamento de concretização do projeto está pensado para 2026 e custará cerca de 10 milhões de euros.</p>	<p>Um terço do matadouro será dedicado a empresas tecnológicas que vão trazer uma coisa muito importante: gente, trabalho, emprego. Nós queremos que este matadouro esteja cheio, durante o dia, de pessoas que aqui trabalham. Não queremos simplesmente estar a espera que venham cá para atividades culturais. Queremos também recuperar as antigas atividades tradicionais da cidade”, explicou Rui Moreira.</p> <p>O projeto Matadouro tem previsão de conclusão para daqui a dez anos e está orçado em cerca de dez milhões de euros.</p> <p>Em declarações à comunicação social, Rui Moreira esclareceu que os “acabamentos” do edifício estão a cargo das empresas que se vão instalar no espaço. “Vamos abrir concursos e iremos colocar isto no mercado, através de métodos normais”, anunciou o presidente, no que diz respeito à decisão das empresas que vão ocupar o antigo Matadouro de Campanhã.</p>
<p>Noções e palavras-chave</p>	<p>Futuro Matadouro, política cultural, requalificação urbana, poder local, desenvolvimento socioeconómico.</p>	

## II.

Título: Filipe Cortez leva o antigo matadouro do Porto a Nova Iorque

Fonte/data: P3 – Público/ 03-11-2016

<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Percepções</li> </ul>	<p>Filipe Cortez, artista plástico, leva a série “Ecdysis” a um espaço expositivo em Nova Iorque. Foi no antigo Matadouro que o artista trabalhou e utilizou as especificidades do espaço para a criação artística.</p>	<p>“O projecto nasce da ideia da ecdise animal, onde o corpo solta a sua pele antiga para dar espaço a um novo corpo/desenvolvimento, o mesmo [tipo de processo] que irá acontecer com o antigo Matadouro de São Roque, no Porto”, explicou Cortez à agência Lusa.</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>As relações entre o projeto do artista e Campanhã está diretamente ligado ao seu processo de criação artística, onde utiliza as marcas presente no edificado e, consequentemente, as memórias do mesmo.</p>	<p>"As camadas de latex contém não apenas a forma e a textura da parede, mas também resíduos, pigmentos e outras marcas do seu passado. A manufatura de uma pele falsa reflecte a lógica das técnicas de taxidermia, em que um corpo é preservado para evitar o seu desaparecimento. O artista tenta preservar a memória do edifício antes da sua morte completa enquanto matadouro", explica a galeria em comunicado.</p>
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>O artista refere o modelo urbano de Nova Iorque, onde impera a demolição e construção, com a importância na problematização da manutenção da memória e lugar do edificado e da criação de algo novo.</p>	<p>"Numa cidade como Nova Iorque, em que os edifícios são demolidos constantemente e substituídos por outros, torna-se interessante levantar esta discussão sobre como manter a história de um lugar, criando algo novo e, ao mesmo tempo, sem apagar toda a sua existência e história", explica [Filipe Cortez].</p>

Noções e palavras-chave	Artes plásticas, antigo Matadouro, criação artística.
-------------------------	---

### III.

<p>Título: Zona oriental é oportunidade para investir no mercado de escritórios do Porto</p> <p>Fonte/data: Público/ 22-03-2017</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>À luz da reabilitação e regeneração urbana sentida na cidade, as freguesias orientais tornam-se território de oportunidades de negócio e, consequentemente, de implementação de escritórios para empresas em antigos espaços industriais.</p> <p>Para o futuro, o mercado estará mais capaz e profissional para captar investimento mais institucional e atrair capital para a continuação sustentável do ciclo imobiliário.</p>	<p>A zona oriental do Porto, englobando as freguesias de Bonfim e Campanhã, oferece grandes oportunidades de investimento na reabilitação de espaços industriais antigos para o reforço da oferta de escritórios de qualidade alta na cidade. Dentro de alguns anos, estimam, “este mercado deverá estar mais profissionalizado”, sendo capaz de “atrair investimentos mais institucional, que deve trazer ao mercado o capital necessário para a manutenção do ciclo imobiliário”.</p> <p>Reiterando que a zona oriental do Porto, composta por armazéns e indústrias desocupadas “que dariam reabilitações fenomenais”, Rui Moreira nomeou os projectos do matadouro de Campanhã e do terminal multimodal de Campanhã, este “já concluído”, como exemplos dos esforços de dinamização daquela unidade de reabilitação do Porto.</p>

<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>Tendo por base um estudo sobre o mercado de escritórios no Porto, realizado pelas consultoras Predibisa e Cushman Wakefield, 13% dos escritórios no Grande Porto pertencem a investidores institucionais. Por outro lado, os responsáveis do estudo revelam que as grandes oportunidades foram impulsionadas pela CMP. Esperam, também, que aumente a procura internacional na AMP, esta que se articulará com a reabilitação urbana que estará prestes a acontecer.</p>	<p>De acordo com os dados do estudo referente ao mercado de escritórios do Porto, orientado pelas consultoras, apenas 13% da oferta existente no Grande Porto pertence a investidores institucionais. Verifica-se a existência de grandes oportunidades “Predominam edifícios de pequena e média dimensão, sendo a zona oriental a que tem a dimensão média mais elevada (...).</p>
<p>Noções e palavras-chave</p>	<p>Negócio, investimento privado, reabilitação urbana, espaços industriais.</p>	

#### IV.

<p>Título: Estúdios de gravação? Uma fonoteca? É A música a caminho de Campanhã!</p> <p>Fonte/data: Público/ 21-06-2017</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>Plataforma Campanhã é o futuro “condomínio” dedicado à área do audiovisual, onde</p>	<p>A Plataforma Campanhã, um condomínio da indústria musical (...).</p>

	<p>habitarão entidades ligadas ao setor.</p> <p>Além de servir para produção, edição e escritórios de empresas ligadas ao audiovisual, a CMP criará um espaço para colocar a coleção municipal de discos em vinil, num total de 34 mil discos. De momento, esta coleção está na Biblioteca Municipal de Almeida Garrett.</p> <p>Por outro lado, o interesse privado estará na adequação do espaço ao investidor principal, a <i>Arda Recording Company</i>, e às outras editoras/promotoras e músicos que alugarão os espaços.</p>	<p>dará lugar a dois pisos com 1250 metros quadrados distribuídos por várias funções: três estúdios de gravação (que só estarão prontos no primeiro trimestre de 2018), e salas de ensaio/ produção para bandas, escritórios para agências, produtores ou outras entidades que os queiram arrendar.</p> <p>A Câmara do Porto, que andava a estudar alternativas para valorizar duas doações de discos de Vinil da Rádio Renascença (18 mil rodela recebidas em 2008) e da RDP Norte (16 mil exemplares), entendeu, quando soube deste investimento privado, que valeria a pena levar para este espaço essa coleção de 34 mil discos, em vez de o instalar num edifício municipal. A fonoteca pode ainda ser inspiradora para os músicos que vão passar pelos três estúdios da Arda (...) bem como os restantes inquilinos da Plataforma. Esta tem assegurada a presença da produtora Lovers &amp; Lollypops, de Joaquim Durães, da produtora audiovisual de André Tentugal, da banda Best Youth, que terá um espaço de ensaio e produção, tal como João Coimbra, dos Mesa. João Vieira (X-Wife, DJ Kitten, White Haus), será outro membro deste condomínio, explicou João Brandão.</p>
<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>O armazém está situado numa rua privada, que por sua vez, advém da Rua Pinto Bessa, uma artéria principal da zona oriental, que liga a Estação de</p>	<p>Para a Câmara, a adesão à Plataforma Campanhã implicará 50 mil euros de investimento em equipamento informático, leitores de vinil e mobiliário, a que acrescerá a uma despesa mensal com renda e pessoal</p>

	comboio e a estação de metro de Campanhã. O investimento total será de 700 mil euros, sendo que a CMP investirá cerca de 56 mil euros.	dedicado à fonoteca, e que rondará os seis mil euros.
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>Além da partilha da coleção de vinil municipal, este projeto privado segue as estratégias das políticas culturais aplicadas pelo executivo da CMP.</p> <p>Observa-se a ligação com outros dois projetos para a freguesia – o Matadouro e o Intermodal. Também o presidente da JFC revela-se satisfeito pelo investimento feito na freguesia.</p> <p>É um projeto que mostra o interesse privado pela freguesia que é, também, fomentado pelo executivo que aconselha o território municipal como um local para investimento e oportunidades.</p>	<p>Rui Moreira olha para este projecto da Arda como a materialização de projectos municipais imateriais (...). ainda antes da concretização de dois investimentos âncora, municipais: O Matadouro, que tem também uma forte valência cultural, e o interface de transportes (...). Não espanta por isso que Ernesto Santos rasgue um sorriso de orelha a orelha, perante o anúncio da criação da Plataforma Campanhã.</p> <p>a reboque de um investimento da Arda Recording Company, que vai mudar os seus estúdios da Baixa, em Sá da Bandeira, para um novo espaço na freguesia mais oriental da cidade.</p> <p>O autarca [Rui Moreira] diz que tem tido vários contactos de investidores da área do audiovisual, interessados em espaços no Porto, e explica que a Investporto os direcciona para Campanhã, onde não faltam edifícios amplos, devolutos.</p>
Noções e palavras-chave	Música, reabilitação e requalificação urbana, política cultural, parceria público-privada, Campanhã.	

## V.

Título: Projeto de transformação do antigo Matadouro de Campanhã avança no próximo mês de julho

Fonte/data: o Portal de notícias do Porto. / 27-06-2017

Categorias Analíticas	Síntese	Excertos
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>É apresentado o lançamento pela CMP o curso público para a reconversão e exploração do antigo Matadouro do Porto, que estará a cargo de privados durante 30 anos e que o valor estimado da empreitada ronda os 15 milhões de euros. São traçadas datas importantes para a concretização do concurso, do projeto e da construção, como também os critérios de avaliação das propostas e um nome do júri que irá avaliar os projetos apresentados.</p>	<p>"A construção total é igual à que existe hoje", garantiu, acrescentando estimar o prazo do concurso em nove meses, tendo depois o vencedor sete meses para terminar o projeto e dois anos para concluir a construção." [Pedro Baganha, administrador da GOP, EM]</p> <p>"Os concorrentes terão que apresentar um plano de exploração, de programação e de manutenção" do edifício, disse, acrescentando que haverá "requisitos mínimos", designadamente de capacidade técnica e de capacidade financeira. [vereador do Pelouro da Economia Ricardo Valente]</p> <p>"Na avaliação das propostas, o fator preço apenas contará 25%, sendo que os restantes 75% incidem sobre qualidade técnica da proposta apresentada", explicou Valente.</p> <p>Elísio Summavielle, presidente do Centro Cultural de Belém, em Lisboa, que é candidato do PS à Assembleia Municipal de Mafra nas eleições autárquicas de 01 de outubro, vai presidir ao júri do concurso.</p>

<p>Relações com Campanhã e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>Verifica-se a preocupação que o edificado se identifique com a zona envolvente.</p> <p>Por outro lado, também a SPA foi tida como uma prioridade para evacuar o edifício.</p>	<p>"O edifício obviamente que tinha que ser reabilitado e devolvido à cidade. Também me preocupa a envolvente, o concurso tem que ter em conta a zona envolvente", disse o comunista Pedro Carvalho, depois de o vereador do PS Correia Fernandes ter considerado que este projeto devia ter uma relação com a envolvente.</p> <p>Nesta reunião, os vereadores votaram duas propostas relacionadas com o projeto do matadouro, designadamente a atribuição à GOP da gestão e exploração do edifício, que apenas contou com o voto contra da CDU, e um aditamento ao protocolo entre a Câmara e a Sociedade Protetora dos Animais (SPA), que visa que esta saia do espaço que ocupa na área do matadouro e que foi aprovada por unanimidade.</p>
<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>Além da reabilitação e requalificação do edificado, é apresentada a construção de um edifício à mesma cota da VCI e, também, uma ligação pedonal interior ao futuro Matadouro entre a rua de São Roque da Lameira e o Metro do Dragão.</p>	<p>O estudo prévio de reabilitação do espaço, que constará do caderno de encargos do concurso limitado por prévia qualificação, prevê a construção de um novo edifício em altura e uma passagem superior sobre a Via de Cintura Interna (VCI). Está também prevista a criação de um percurso interior entre a rua de S. Roque e a estação de Metro do Dragão.</p> <p>De acordo com o arquiteto Pedro Baganha, a ideia é que "os espaços cultural e social", que ocuparão cerca de oito mil metros quadrados dos mais de 20 mil metros quadrados disponíveis para construção, fiquem "na gestão direta da Câmara do Porto", sendo o</p>



		<p>restante explorado pela entidade privada que vier a ganhar o concurso.</p> <p>Para o vereador Ricardo Valente, o novo matadouro "vai permitir quebrar o muro da VCI [Via de Cintura Interna]"</p>
Noções e palavras-chave	Reconversão, exploração privada, antigo Matadouro, Matadouro.	

## VII.

<p>Título: É com as memórias que em Campanhã se exige o futuro</p> <p>Fonte/data: Público/ 13-07-2017</p>		
<b>Categorias Analíticas</b>	<b>Síntese</b>	<b>Excertos</b>
<p>Características gerais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Objetivos</li> <li>• Perceções</li> </ul>	<p>Nos dias 13, 14 e 15 de Julho aconteceu em Campanhã o “Reclaim the future/Exige o Futuro”, projeto artístico de cinco companhias artísticas de França, Suécia, Escócia, Letónia e Portugal. O “Visões Úteis” é o projeto artístico português envolvido, este que trabalha com a comunidade de Campanhã há vários anos. O objetivo do envolvimento da comunidade neste projeto foi dar espaço à população para falar de si, da sua história e do que exigem</p>	<p>“Campanhã é um mundo, tem muitos bairros e personalidades diferentes, mas descobrimos este tecido de colectividades, de associações e de pessoas que estão a tentar levar grupos inteiros atrás de si e a tentar recuperar coisas que existiram há muitas décadas atrás e que caíram no abandono”, explica Ana Vitorino, directora artística. Para Inês de Carvalho, responsável pela direcção da parada, era essencial que este evento não comesse do nada, mas do que as pessoas já sabem fazer e com o que “já está em curso nas suas mais diversas especialidades técnicas, artísticas e sociais”.</p>

	<p>para o futuro tendo a arte como ferramenta de expressão. O “Reclaim the Future/Exige o Futuro” foi, então, a apresentação ao público o culminar do trabalho desenvolvido e esteve inserido no programa cultural municipal “Cultura em Expansão”.</p>	
<p>Relações com Campanha e com a cidade</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Prioridades</li> <li>• Necessidades</li> </ul>	<p>Além do envolvimento da comunidade, este projeto teve o território como eixo fundamental. No último dia, teve lugar o percurso performativo “Parada Desatada”. Este foi iniciado no antigo bairro São Vicente de Paulo, demolido entre 2005 e 2008, passando pelo Jardim da Corujeira e terminado no antigo Matadouro.</p> <p>Algumas questões são levantadas pelos moradores e participantes da parada, como o porquê da demolição do bairro e, também, questões relativas ao Matadouro.</p>	<p>“Este espaço desapareceu, as pessoas foram deslocadas, colocadas noutros bairros, é um espaço cheio de passado e de futuro incerto e, por isso, queríamos começar a parada lá”, explica Ana Vitorino.”</p> <p>Sempre que fala no bairro, Amélia faz questão o tratar como “seu”, por muito que dele apenas restem alguns pedaços. As questões que coloca são as mesmas que todos os ex-moradores continuam a tentar responder: “Porque é que puseram as pessoas de lá para fora? Nós estamos aqui e todos os dias olhamos para ali e pensamos que saímos de um sítio que gostávamos tanto e agora aquilo está tudo parado”.</p> <p>“Já as questões sobre o futuro vão ser apresentadas no Matadouro Municipal, antigo “lugar de morte” e hoje um sítio com planos para ser “um grande espaço de acolhimento de artes e indústrias criativas e está só à espera de começar esse futuro”, explica Ana Vitorino.”</p>

<p>Linhas estratégicas operacionais</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Política cultural</li> <li>• Intervenções urbanísticas</li> </ul>	<p>Verifica-se a estratégia aplicada pela direção da parada no que diz respeito à aproximação dos ofícios e artes da comunidade, como metodologia de trabalho.</p> <p>Importa, também, pensar na efemeridade deste evento. Os agentes artísticos envolvidos visam a importância para os envolvidos da continuação, tanto no tempo como no espaço, a continuação do projeto em questão. Assim, a partir da recolha de histórias serão partilhadas num livro e numa aplicação para telemóvel.</p>	<p>Para Inês de Carvalho, responsável pela direcção da parada, era essencial que este evento não começasse do nada, mas do que as pessoas já sabem fazer e com o que “já está em curso nas suas mais diversas especialidades técnicas, artísticas e sociais”.</p> <p>“Queremos devolver às pessoas este registo, esta ideia de que o seu passado não desapareceu com o bairro e está documentado. Aquilo existiu, aquelas relações, a memória afectiva que elas têm deste espaço não vive só dentro delas, e a partir de agora ninguém pode ignorar”, explica a directora artística.</p>
<p>Noções e palavras-chave</p>	<p>Arte, Comunidade, Campanhã, “Recuperar o passado e sonhar o futuro ganha uma nova dimensão quando é feito em conjunto”.</p>	

## **Anexo 8 – Grelha de análise vertical: entrevista a José António Pinto**

Nome: José António Pinto  
Função: Assistente social da JFC

Local: JFC, Praça da Corujeira, Porto.  
Duração: 2h15 min.

Data: 21-08-2017

Categorias analíticas	Excertos
<b>Problemas, soluções e potencialidades</b>	<p>Tens os problemas gravíssimos da freguesia que sentes no atendimento, sentes nas visitas domiciliárias, sentes nos estágios, e sentes na articulação institucional. Por causa disto tudo, tu percebes que o alojamento, o desemprego e a toxicodependência destruíram a nossa freguesia. Se tivesses políticas públicas, estruturais, centrais, locais para resolver e atacar estes problemas...a questão do alojamento, a questão do desemprego e a questão da toxicodependência. Depois disto a questão do álcool, dos maus tratos a crianças e a questão da violência do namoro. E agora, tens uma nova questão, da etnia cigana.</p> <p>Para a questão do desemprego, do alojamento e da toxicodependência, nós precisávamos de ter políticas públicas. O problema é que a partir do momento em que o Estado Social deixa de existir, tu deixas de ter recursos. Então comesas a fazer uma coisa horrível que é trabalhar na questão da emergência: vamos ter de encher o frigorífico a esta pessoa com produtos alimentares, e caridadezinha e existencialismo, e depois entras nesta roda que resolves apenas naquele momento. (...) tentas encontrar uma coisa que não tem dignidade nenhuma (...). É humilhante.</p> <p>O que seria importante: termos políticas sociais a sério, era ter instituições públicas que funcionassem bem e soubéssemos regular essa coisa chamada de economia social e do terceiro sector."</p> <p>(...) que tipo de obstáculos há na intervenção social e emancipatória. (...) e estas ideias tipo: o capitalismo pode ter rosto humano (...) as empresas não existem só para dar lucro...também tem responsabilidade social, mas qual é a cena? Isto da responsabilidade social é só para ter impacto e marketing.</p> <p>O parque oriental do lagarteiro. Tu tens aqui o bairro (...) achas que o lagarteiro sai de casa e vai para o parque?! Não, vês gente de todo o lado a parar ali a dizer "ah vou dar aqui um passeio pela fresquinha, passear o meu cão" (...) tipo, o cão foge, entra pelo bairro dentro "ahhhh" "olhe desculpe o meu cãozinho fugiu e está dentro do bairro e tenho medo de entrar". (...) depois percebo, não é gente do lagarteiro. porque aquele equipamento...quem quer um parque verde?! Quem quer um pavilhão gimnodesportivo? Ninguém quis. Construíram lá um pavilhão gimnodesportivo, à entrada do bairro. Quando querias</p>

	<p>uma creche, um infantário, um A.T.L., um centro de dia, uma casa para juventude, o que faz falta...não. Decidiram um pavilhão gimnodesportivo. Oh pá para quem?! Para os bancários, para o fim do dia (...) eles alugam, têm um grupo de amigos, juntam-se às quartas... Pergunta: quantas pessoas do lagarteiro estão a praticar desporto naquele sítio?! Zero! Queres o equipamento tens de alugar ao Porto Lazer, pagas.</p> <p>(...) 2001, nós tínhamos um acampamento de ciganos, 12 barracas (...) nós tínhamos ali um problema de integração que era preciso resolver. (...) Dr. Paulo Morais, vereador do pelouro da habitação da Câmara do Dr. Rui Rio, que disse que tínhamos de encontrar uma solução, porquê? Em 15 dias tínhamos que ter aquilo "limpo" (...) com uma urgência (...) aconteceu uma coisa: o Grupo Pestana ia comprar o Palácio do Freixo. Então foi lá ver, abriu as janelas e disse: “eiiii, ó Rio, desculpa lá, por amor de deus”, achas que algum turista vem aqui dormir, tomar banho e no dia seguinte acorda de manhã e diz: “ihh que cheiro insuportável”. Tens de resolver o problema...e assim foi, foram todos escorraçados, limparam o terreno, na semana seguinte: Grupo Pestana comprou o Palácio do Freixo. (...) muitos [ciganos] continuam a sair de manhã e a voltar lá à tasquinha onde iam (...)</p> <p>A seguir, ideologicamente, tens uma coisa incrível que é, do ponto de vista do interesse, do lucro, da acumulação, do negócio, Campanhã é muito apetecível. Sabes porquê? Porque tem muitas coisas disponíveis. Terrenos e oportunidades de negócio fantásticas.</p>
<b>Valorização cultura e das artes</b>	<p>E depois pego na arte como ferramenta de intervenção social. Se me faltasse a música, o cinema, o teatro, a fotografia para trabalhar com os meus pobres já tinha morrido. É a minha fase. Porque a seguir pego nisso e: relação, politização, consciencialização não deu, e depois vou para a quarta fase - desmascarar os políticos. Envergonhar os governantes. Como é que eu faço? Com dinâmica cultural. Os artistas, pego neles e digo “ok, vamos lá pôr o dedo na ferida”. Vamos fazer um filme que envergonhe. Vamos fazer um estudo-ensaio na cadeia de Custóias (...).</p>
<b>O antigo matadouro – diálogo entre o passado, presente e futuro</b>	<p>Já não compreendo como é que durante tantos anos consecutivos sistematicamente aquilo tenha ficado tantos anos assim. Os carros da polícia guardam-nos ali, (...) tudo que era carros alocados nas esquadras foi tudo para ali. E a sucata que a Câmara tinha. Isto é indecente, com este sítio, com esta localização. Tanto tempo abandonado.</p>

	<p>Sei que os cafês da frente já estão numa de fazer obras e de...o passe já não é o mesmo, (...) já andam atrás daquilo porque depois a malta que trabalha no matadouro vem cá fora tomar um cafezinho. E é verdade, quando aquilo começar a bombar vai ser uma coisa a sério e vai trazer isso exatamente. Portanto, a praça do táxi que tem ali já não é o valor que era, já é outro. O ‘gajito’ que vai passar a sapataria "estou cansado, vou passar isto”, “não passo agora, vem aí o matadouro”.</p> <p>Depois o que fazer daquilo? Haver um concurso de ideias? Sim, até acho bem. Agora esse concurso de ideias devia ser um concurso de ideias participado. Onde todas as organizações, todas as ONG, todas as forças vivas, todos os cidadãos pudessem pronunciar-se a sério, nós podíamos ter criado o fórum matadouro durante 1 ou 2 anos. Para dizer o que aquilo deve ser e porquê. E na perspetiva dizer: se é investimento público deve ir ao encontro das aspirações, dos anseios, das expectativas, das necessidades da população.</p> <p>Primeiro ponto: criar postos de trabalho aqui, no matadouro. O nível de consciencialização e cidadania era tão elevado que de um momento para outro dizem: [segundo] equipamentos que estão a faltar à população. Terceiro: que iniciativas vão estar abertas para a gente participar, quarta... satisfazendo estes requisitos podem investir. Se isto não estiver garantido, desculpem, lá. Esta é a nossa terra, isto é, Campanhã. (...).</p> <p>Nas parcerias público-privadas, no dinheiro que foge aos impostos por não haver uma máquina a sério, punha aquilo impecável. Fazia ali uma unidade de cuidados continuados, fazia ali um equipamento para doença mental e deficientes, que não há, fazia ali uma casa-abrigo para tóxicos, fazia coisas espetaculares. Fazia ali uma cidade dentro de uma cidade. Uma coisa espetacular. Uma casa da juventude...onde as pessoas pudessem ir e crescer e realizar os seus sonhos e desenvolver o seu potencial e sentirem-se uma comunidade, um todo.</p> <p>Agora, há uma coisa muito importante: o matadouro pode ser fundamental segundo a formação dos públicos. Formar, ajudar a formar públicos, mas também tem que ter outra função muito mais importante que a formação de públicos que é a ligação à comunidade. E como é que aquele equipamento se vai ligar à comunidade e a comunidade se vai ligar ao equipamento. Não há sobre isso escrito. Nada pensado.</p>
--	--

	<p>Uma coisa eu que te digo, os privados vão ter ali alta rentabilidade financeira. Essa garantida está dada. Não vão investir ali a pensar nas pessoas. Vão investir ali para ter lucro.</p> <p>Depois fez outra coisa incrível, que é esta: o PA. O PA é a política do anúncio. É excelente! Chega aqui: “Joana vamos anunciar o matadouro...BOOM! Vamos anunciar o intermodal...BOOM! Vamos anunciar a reabilitação do bairro São João de Deus...BOOM!” E tu, do ponto de vista simbólico, interiorizas a ideia que já tens o matadouro, e que grande homem, pá! (...) surge-te o seguinte: os amigos do Dr. Rui Moreira, "estávamos aí à espera de um espaço, não encontrávamos nada de jeito para instalar o meu negócio, que fique numa área privilegiada, infraestruturada, com condições... Para desenvolver um negócio. (...) O [REDACTED] quer um sitio para um atelier, claro, (...) gajos que já tem um poder no caraças na cidade estão fartos de ganhar dinheiro, vão dizer "pá a malta agora está no matadouro, vai ser <i>in</i>". Os estilistas mais fixes vão para ali. Ah! E ele ate disse outra coisa na apresentação: vamos atrair internacionalmente (...)</p> <p>Então o Sr. Presidente da Câmara faz uma coisa incrível, que é: associa a reabilitação do matadouro, que é importantíssimo, do ponto de vista económico, do ponto de vista da criação de postos de trabalho, da afirmação da cidade, da afirmação da freguesia, da luta contra o abandono, é muito importante que haja o matadouro.</p> <p>Se tu disseses à população "olhe vai ter uma incubadora, não sei quê", o pessoal diz: “não estou a ver o filme”.</p> <p>(...) e então a gente diz: claro que o investimento privado é importante, mas o investimento público deve pensar em primeiro lugar na qualidade e no bem-estar das pessoas, no desenvolvimento e no progresso. Isto é que é harmonia. (...) porque a seguir, o privado enche o papo e: "adeus população".</p> <p>(...) lembro-me muito dos meus utentes dizerem que queriam um polo de ensino superior, uma coisa que crie muitos postos de trabalho, uma dinâmica, (...) do ponto de vista direto ou indireto. (...) tudo o que venha a acontecer aqui, é muito melhor do que ter aquele escombros, evidente.</p> <p>(...) a questão ali é que é sejam uma dinâmica cultural elitista e que não seja para o povo que não vá de encontro às aspirações ou às necessidades aos anseios dos meus utentes. Pois o Paulo Cunha e Silva era grande, mas era elite, logicamente, deixou uma marca, mas para quem é que deixou?!</p>
--	--



	<p>[os privados] Vão investir ali para ter lucro. Para ter retorno financeiro. Esse retorno está garantido. Por isso é que aquilo vai ser uma realidade. Agora se me perguntares quanto tempo vai demorar aquilo...posso dizer que eu tenho expectativas que quando eu tiver aí uns 96 anos me convidem para ir ali à inauguração. (...) há pouco falava-te do P.A. [Política do Anúncio]. O P.A. é a excelente estratégia do Rui Moreira. Programa denuncia, paliometro de anúncio, anuncia que, mas depois no concreto, vai ver o que foi feito para o sem-abrigo...vamos...vamos ...vamos, no concreto zero!”</p> <p>Agora, em primeiro lugar eu sei perfeitamente que aquilo vai ser do benefício privado, do lucro, da acumulação, do negócio, isto é que vai nortear tudo o que irá acontecer ali. (...). No centro, no coração da freguesia, mas completamente desligada das gentes da freguesia. (...) ter ali um espaço de elite.</p>
--	--

**Anexo 9 – Grelhas de análise vertical: entrevista a Ernesto Santos e Filipe Santos**

Nome: Ernesto Santos  
Função: Presidente da JFC, Pelouros Gestão de  
Pessoal, Património e Desporto

Local: JFC, Praça da Corujeira, Porto.  
Duração: 50 minutos

Data: 21-08-2017

Categorias analíticas	Excertos
<b>Problemas, soluções e potencialidades</b>	<p>Somos uma freguesia carente de infraestruturas. Portanto uma freguesia ostracizada durante décadas. Não obstante claro que aceitamos de bom grado os projetos que vêm, mas que é um facto que os projetos ainda estão praticamente no papel. E, portanto, só ficaremos felizes, naturalmente, quando virmos as obras a começar porque ao longo destas décadas.</p> <p>Campanhã foi alvo de imensos projetos. Aliás um dos projetos que vingou e foi o projeto do dragão, da zona das Antas.</p> <p>Não há nenhuma obra neste momento, a não ser a despoluição do Rio Tinto já em curso. Mas é um projeto do governo central e das 4 autarquias ligadas ao Rio Tinto, nomeadamente Valongo, Maia, Gondomar, Porto, e as 5 freguesias, Ermesinde, Águas Santas, Baguim, Rio Tinto e Campanhã.</p> <p>Por exemplo, o Dr. Rui Rio de muita coisa má que fez, e fez muita coisa má a esta cidade, mas honra lhe seja feita: foi o único que trouxe algo bom para Campanhã. Curioso, não é? Trouxe o parque oriental embora sem uma única infraestrutura. Se eu quisesse fazer lá um espetáculo tenho que trazer um gerador às costas.</p> <p>No sentido de as juntas das freguesias do Porto são as juntas do país que menos competências tem. Se for ali a Gondomar, se for a Valongo, se for a Matosinhos, já vê as juntas com um rol de competências. Neste momento, as juntas do Porto têm competências para gerir atestados e pouco mais.</p> <p>Eu gostaria de ter essas competências acompanhada do respetivo pacote financeiro, para que pudéssemos comprar maquinaria suficiente para pôr esta freguesia limpa, que é das freguesias mais sujas da freguesia do Porto.</p>

	<p>Portanto, é preciso começar a dar exemplos e descentralizar de várias competências para que a Junta possa substituir-se à Câmara. A Junta é a entidade que está mais próxima dos cidadãos. Aliás, quando há algum problema é à porta da Junta que eles vêm bater. Eles sabem que é muito fácil falar com o presidente da Junta, mas que é muito difícil, ou impossível, chegar ao presidente da câmara.</p> <p>O Porto perde gente há décadas. Mas em Campanhã nota-se mais porque os jovens não querem viver em bairros sociais.</p> <p>Se há locais onde esta cidade pode crescer, e com algum equilíbrio, é em Campanhã. (...) o PPA vem trazer a Campanhã outro tipo de pessoas média alta. Agora, há aqui uma coisa que Campanhã poderia e deveria fazer, não só Campanhã, a cidade do Porto poderia e deveria fazer: fixar os jovens. Não digo os que já foram, mas aqueles que têm a tendência de partir. Pois Rio Tinto a habitação é mais barata, porque Ermesinde a habitação é barata, Vila Nova de Gaia é mais barata, a Maia... fora da cidade do Porto e arredores a habitação é mais barata do que em Campanhã. A Câmara tem imensos terrenos camarários e o que deveria de fazer, por exemplo com a FENACHE, Federação Nacional das Cooperativas de Habitação, protocolos de cedência de terrenos para que a FENACHE ou outra qualquer cooperativa se dedicasse apenas à cooperação com os jovens, com habitação a custos controlados, dentro da freguesia de Campanhã. Isso seria uma forma de trazer a Campanhã massa crítica. Sem os jovens ficam os mais velhos e a massa crítica não é tão forte. Esta freguesia está completamente envelhecida, embora não seja sinónimo de falta de qualidade de massa crítica.</p> <p>Preocupa-me de facto, por isso, digo que o ideal seria em sistema cooperativo com controlo de gastos na habitação, com rendas controladas.</p> <p>Há uma coisa que eu sei, é possível. Eu trabalhei no processo SAAL e isto é possível. A fixação é possível.</p> <p>Sim, do PPA que, curiosamente, foi um projeto enquanto câmara socialista e governada pelo Fernando Gomes. A Junta, em 2002, teve de se manifestar e exercer alguma pressão como, o Porto ainda se deve lembrar e o Porto tem boa memória, o Dr. Rui Rio tudo fez para que o PPA não fosse pra frente. Aliás, parte do PPA está por concretizar e já vão 15 anos. Depois da saída do Fernando Gomes já lá vão 17 anos e o PPA ainda por concretizar. Já passou o Dr. Rui Rio 13 anos pela Câmara, o Dr. Rui Moreira 4 anos pela Câmara e o projeto não vai avante por razões óbvias, não serão tao óbvias assim, mas por razões várias.</p>
--	--

<p><b>Modos de pensar e fazer cultura</b></p>	<p>A junta de freguesia de Campanhã tem um orçamento de 900 mil euros que 70% desse orçamento vai para despesas com pessoal.</p> <p>Há bocado dizia que 70% do orçamento é para despesas do pessoal. Depois despesas de manutenção, como água luz etc., e depois há uma fatia muito grande que nos leva à ação social. Vamos fazendo cultura com pouco dinheiro, vamos fazendo muita coisa. Fazemos mais com imaginação do que com dinheiro. Mas fazemos vários espetáculos. Nós temos a semana cultural de Campanhã, que vai ser em setembro, que é feita com vários fadistas de Campanhã, com todos os artistas de música ligeira e conjuntos só de Campanhã, com todas as associações que se dedicam à cultura. E com associações juvenis, fazemo-la aqui na Praça da Corujeira durante o último fim-de-semana de setembro. Fazemos também o carnaval para as crianças. Aliás, este ano tivemos cerca de 150 crianças inscritas no cortejo de carnaval e fizemo-lo no matadouro. Isto precisamente para que as pessoas vejam o matadouro e, até, uma forma de fazer pressão para a utilidade que poderá vir a ter o futuro matadouro na área cultural. Fazemos, também, o festival de teatro Manuel Pinho, que foi um homem dramaturgo da freguesia e escreveu várias peças de teatro. Quando faleceu, o teatro baixou significativamente em Campanhã, reduziu-se quase a zero.</p>
<p><b>Valorização da cultura e das artes</b></p>	<p>A junta resolveu pegar nessa vertente cultural do teatro e com algumas parcerias, de certa forma voluntárias, que nos vamos conseguindo, e digo, com mais imaginação do que com orçamento. O orçamento para a cultura é significativamente pequeno. A vontade fazer cultura é muito grande. Portanto, fazemos disso o contrabalanço de se poder fazer muito com muito pouco. E é isso que agora estamos a fazer na cultura. Mas fazemos muita atividade cultural. Aliás, estamos sempre com as coletividades porque eu, como presidente da Junta, tenho noção de uma coisa: não pode ser a Junta a fazedora da cultura e do desporto. A Junta tem de ser a impulsionadora através das coletividades para se fazer a cultura e o desporto. Porque nasce de uma raiz popular, da vontade dos associativistas e do povo, e isso tem muito mais duração. Eu posso ter muita vontade durante 4 anos de fazer cultura, mas eu saio e quem vem atrás de mim já não tem vontade. Ao passo que sobre as associações costuma-se dizer: os homens morrem, as associações ficam. E, portanto, ficará sempre para o futuro se apoiarmos as associações, a cultura e o desporto temos a certeza de uma coisa: manter-se-á no futuro.</p>

<b>O antigo matadouro – diálogo entre o passado, presente e futuro</b>	<p>[o PPA] “Previo algo para o matadouro que seria um pavilhão multiusos. Não o sendo, mas fazendo do matadouro algo de bom para esta freguesia, tanto pode ser um multiusos com outra coisa. Atenção! O PPA previa um multiusos antes de haver o multiusos de Gondomar e, se calhar, nessa altura fazia sentido nesta zona do Grande Porto haver um multiusos de dimensões grandes. Neste momento, uma vez que existe o de Gondomar talvez não faz grande sentido haver um multiusos em Campanhã. E eu aceito isso plenamente. Agora o que não aceito é que os projetos não saiam do papel.”</p> <p>“Porque o projeto é muito bonito. Foi feito por um arquiteto campinense, morador aqui nesta zona central do matadouro, que é o Jorge Garcia Pereira e, portanto, vamos para frente com ele. Espero que, se não for o Dr. Rui Moreira que seja eleito, o presidente que for eleito para a Câmara que continue o projeto. Tenho a certeza que se for o Dr. Pizarro ele será também uma certeza. Aliás o projeto era das duas candidaturas. Por isso, acho que uma ou outra...e eu espero que seja o Dr. Pizarro.”</p>
--	--

Nome: Filipe Oliveira  
 Função: Secretário do Presidente, Pelouros da Cultura, Ação Social e Associativismo

Local: JFC, Praça da Corujeira, Porto.  
 Duração: 1:08 horas

Data: 21-08-2017

Categorias analíticas	Excertos
<b>Problemas, soluções e potencialidades</b>	<p>O que vai realmente arrancar Campanhã será o projeto do matadouro e da estação de Campanhã. São os polos principais. Temos o exemplo do dragão. O estádio antigo já estava dentro de Campanhã, mas só a parte de cima da Fernão de Magalhães é que estava aproveitada, a outra estava degradada. Agora a zona do dragão está ótima. É pena não continuarem com as construções. (...). Pode ser que se consigam fazer aqueles projetos que estavam acolá [PPA].</p> <p>[sobre o estádio do dragão] “Está no local que era dele. Era a zona onde nós, miúdos, jogávamos à bola. Todos aqueles que viviam aqui em cima íamos jogar à bola ali para aqueles campos. (...). Logicamente, por questões de desenvolvimento, se estivesse mais na zona do Lagarteiro, por exemplo, não seria má ideia. Mas ali está bem.”</p>

<b>Modos de pensar e fazer cultura</b>	<p>Tenho os pelouros de ação social e associativismo que engloba a cultura, o desporto e o lazer. Sobre essas áreas tenho a base da ação social foi criado um plano o PES, o projeto de emergência social, que está em vigor e que se gasta uma média de 50 mil euros/ano.</p> <p>No âmbito da cultura temos feito teatro (...) criei grupos de trabalho e tenho grupo de amigos dentro das áreas, uns na parte musical, outros no teatro, outros na ação social. (...) Campanhã era uma freguesia que tinha muito teatro. Temos três grupos e escolas dramáticas, já muito antigos, centenários: o dramático do Monte Aventino, o dramático de Contumil e o dramático de Azevedo. Centenárias e estão paradas. Duas estão fechadas e uma em atividade, mas em teatro não tinha nada. (...). Fazemos os festivais de teatro nos locais para meter o bichinho para o teatro às pessoas. E temos conseguido, temos 3 grupos a trabalhar, não das coletividades, mas são jovens que começaram a frequentar os cursos de formação - noções do que é teatro e do que não é -, e já saíram 2 grupos de teatro a funcionar, e outro em vias de começar a trabalhar.</p>
<b>Valorização da cultura e das artes</b>	<p>Não gastamos dinheiro na cultura. Eu faço o festival de teatro e não gasto nada. Não é bem assim. Vem grupos de teatro de fora, mas nós não pagamos nada a ninguém. Não há despesa nenhuma com isso. Agora, sentimo-nos na obrigação de dar o jantar às pessoas que vem atuar. (...). É praticamente a despesa que temos. Depois o espetáculo "a gala dos artistas de Campanhã" que é o encerramento das festas da freguesia, no dia 15 de setembro. Começamos com fado, depois artesanato, e os miúdos da coletividade com a dança, xadrez e karaté. E depois à noite, espetáculo de variedades. Música de baile. Este ano temos três bandas de rock já e, portanto, queria ver se punha as 3 bandas de rock no domingo à tarde. Aí pagamos, a única coisa que pagamos, 50 euros por cabeça. (...). Há aqui uma pequena diferença: aos miúdos novos que se estão a começar pagamos 50 euros, aqueles que já são já de idade, que cantam há muitos anos, pagamos 75 euros, para dar um incentivo. Nós temos aqui muitos artistas, aqui é mais para pagar a despesa do transporte apesar de não ser muita porque são todos de Campanhã. É um agradecimento. Quando tínhamos o centro de dia, numa tarde sem dizer nada a ninguém, eles faziam um espetáculo para os idosos. Os artistas de Campanhã fazem muito isso e, para agradecer, criamos o dia da gala dos artistas de Campanhã. (...). Depois a parte do desporto, com campeonato de bilhar interassociações para mudar as coletividades que estão paradas. Já é o sexto ano.</p>

<p><b>O antigo Matadouro – diálogo entre o passado, presente e futuro</b></p>	<p>(...) eu já estou na junta há 16 anos. E já não se fazia teatro nessa altura. É uma situação complicada e demorada. Nos primeiros anos não tínhamos possibilidades. Neste momento, está a correr bem e se tivermos o matadouro aí é que vai ser, se o matadouro tiver condições para isso. Eu gostei muito do projeto. Acho que se conseguirmos pôr acolá uma sala de espetáculos para as pessoas aqui da zona, acho que faria falta. Até porque é um sítio central.</p>
---	---



## **Anexo 10 – Grelha de análise vertical: entrevista ao artista plástico**

Entrevistado A  
 Profissão: Artista plástico  
 Idade: 29 anos  
 Habitações literárias: Mestrado  
 Local de residência: UF Centro Histórico, Porto

Local: Atelier do artista, Campanhã  
 Duração: 1h59 min

Data: 18-08-2017

Categorias analíticas	Excertos
<b>Sobre o trabalho artístico</b>	<p>É assim, pagar contas é uma cena relativa, não é? Ah.... Claro, epá, eu faço isto a minha vida a tempo inteiro e, e sim, opá, vou tendo vendas que me permitem alimentar o trabalho, o trabalho vai... vai-se mantendo. Opá, e sim, e algumas das minhas despesas estão asseguradas por isto obviamente. Ah... mas eu também pá, a cena de, de fazer uma vida a dois faz com que, com a minha namorada, faz com que as coisas possam ser equilibradas doutra forma. E... Opá, eu também tenho a sorte dela ter um trabalho mais, pá, mais seguro, mais estável que... pá, nos momentos que o meu é ainda mais instável que, opá o dela garante...</p> <p>Se me perguntassem há uns anos, se em 2017, passado 5 ou 6 anos, como é que estaria, eu achava que ia estar diferente... mais... mais estável, mais... mas não. Mas também já percebi que isto é a ordem normal das coisas e não tem a ver com os valores... ah... quanto mais é o valor, mais o risco em que tu, a que tu te propões percebes?</p>
<b>Mercado da arte no Porto</b>	<p>Mais uma vez há tantos artistas, ah... o mercado é muito mais, é muito maior, não é? mas há tanta gente à procura, tanta gente a querer conquistar alguma coisa, que... em proporção, não será muito diferente. será pior até do que aqui. ah... porque aqui... não há assim. acho que as pessoas fazem o curso e, a certa altura, eu acho que há muita gente que no final do curso já percebeu que não é por ali que quer ir, percebes? (...). Mas é isso pá, há pessoas que, que sentem que este teste de resistência, porque isto acaba por ser um teste de resistência, por vezes quem chega ao fim não são os melhores. São aqueles que resistiram, pronto. E estou a falar disto já num longo prazo, não estou a falar disto nas belas artes. (...). Tenho um amigo que</p>

	<p>me diz ah... "pá oh [REDACTED]...", é ator, ele diz "oh [REDACTED]", isso só custam os primeiros 20 anos. Os primeiros 20 já toda a gente te conhece já estás estável, já consegues... podes estar num ponto máximo, podes não estar na primeira linha...</p>
<p><b>Relação com Campanhã</b> <b>Problemas, soluções e</b> <b>potencialidades</b></p>	<p>Em Campanhã agora já está a ficar muito mais animado. Só nesta rua tens para aí 4 ou 5 ateliers... Mesmo à frente tens um, um de 4 pisos, um bocadinho maior do que este... é de um ex-aluno, eu acho que ele é um ex-aluno das belas artes, mas muito mais velho que nós. Ele tem para aí uns 40 anos. E também está, também está a dinamizar o espaço. Há outro mais acima, que eu ainda não sei se já está aberto, mas esse eu sei, é de um rapaz também da Rodrigues de Freitas, daquela zona... Ah, por isso a malta está a vir para cá. Neste momento ainda é barato, não é? A Rodrigues de Freitas está a ficar caríssima. O solar ali ao lado foi vendido, o prédio ao lado foi vendido. Ou seja, está tudo a procurar para investir, pá, e claro que quem tem rendas quer começar a subir a renda, quer... Esse prédio onde eu estava [na Rodrigues de Freitas], onde eu tinha atelier, as pessoas que moravam lá foram despejadas. Na realidade, só tem agora malta de atelier que só 'tá lá há um ano ou dois. Pagaram uma indemnização para sair, epá, é verdade.... Pagar a pessoas que estão lá há 35 ou 40 anos já não é tão fácil, mas arranjaram maneira, pronto. Aqui, pá, não tens esse problema e depois como eu 'tou num [REDACTED]</p> <p>Pois, eu associações, eu sei que sim. Ah... Mas eu confesso que não estou muito por dentro, porque eu venho aqui e, opá, conheço (...). Aliás, quase me dou melhor ou quase que me dou mais com as pessoas daqui do que propriamente de onde eu vivo. Ah... Mas eu continuo a fazer parte da minha vida na Rodrigues de Freitas, porque... Pá, porque os meus amigos e a malta que eu me dou bem 'tá lá. (...) Então acabo por fazer a vida, quando tenho de ir tomar um café ou falar com alguém, opá, vou para ali...</p>
<p><b>Papel do artista</b> <b>Responsabilidade social</b></p>	<p>Sabes que, quando nós viemos para aqui, hm... A proposta que nos lançaram ah, foi ah... (...) se nós criássemos alguma relação com a comunidade, porque eles estavam, 'tavam de alguma forma com, com problemas ah... Com a... Com a freguesia. Ou melhor, não estavam com a relação mais incrível e a maneira de reatar era que nós tivéssemos... Percebes? Opá... O meu trabalho não passa muito por aí, é uma cena mesmo egoísta, o meu trabalho é uma cena mesmo egoísta completo. (...) A [REDACTED] já tem mais esse sentido mais desenvolvido, pá, ah... Quando ela esteve a trabalhar na [REDACTED], que ela esteve a trabalhar e a desenvolveu o projeto assim a par da [REDACTED]. Os trabalhos remetem, pedem isso, e pedem esse contacto. Por isso, eu se tivesse nessa situação, se tivesse, provavelmente, ia ser o mais frio, não ia ser a pessoa que... Não me</p>

	<p>incomoda a cena de fazer apresentações, sobretudo, porque pensamos nisso a certa altura, pensamos em fazer tipo uma espécie de (...), pontual, tipo uma vez por mês, ou tipo uma vez de dois em dois meses...</p> <p>Abrir e vinha malta de todo o lado pá, e nós falarmos da... Isso não incomoda. Às vezes incomoda-me a ideia de... Não é que eu não goste de fazer... Pá, eu com miúdos então.... Sempre gostei muito de fazer atividades com miúdos, mas... Mas fazer isso por sistema... Uma coisa é fazer uma cena, outra coisa é ter a obrigação de fazer aquilo de x em x tempo. Pá, não, não. Pus-me um bocadinho de lado na altura. Mas a [REDACTED] queria fazer e eu disse "Se tu fizeres, eu não me importo de te acompanhar". Agora eu não vou desenvolver propostas, não sou pessoa que desenvolve esse tipo de propostas, percebes?</p> <p>Não, até porque isso é trazer-me um... Um papel para o meu trabalho que o vai, pá, que me vai descentrar daquilo que eu quero. Essa ideia de ter esse, só de ter o papel de já é um constrangimento. (...). Se opá, se só assim não ter nenhum papel é que as pessoas, se calhar, se podem até ligar em diversas dimensões, em diversas coisas e até considerar diferentes papéis no meu trabalho, não sei... Mas nunca partirá de mim, porque não é um interesse meu ah... Não há qualquer tipo de vontade de...</p> <p>Não é que não seja uma arma, mas no sentido em que eu não aponto a lado nenhum, não aponto necessariamente a uma determinada coisa ou não aponto com um objetivo específico. Não há um objetivo de "Ah, fazer isto para, pá, fazê-los pensar naquilo", não há exatamente esse objetivo. É uma cena que acontece um bocadinho mais tranquila, de, acontece é para eu pensar, é para eu fazer as coisas. Eu é que vou trabalhando e o trabalho serve para mim, se calhar até em última instância, serve para provocar outra coisa que vai sair no próximo trabalho e assim consecutivamente. Mas não, não é o mesmo efeito que vai provocar noutra pessoa, obviamente que não é. Ah... Mas opá, isto não tem essa função, a não ser que uma pessoa trabalhando essa função social, que estás a falar, o trabalho, no meu caso, já não vai ser este. A quem é que interessa isto?</p> <p>Se calhar não é a função do meu trabalho, seria mais a minha função de desmistificar isso, percebes? Não necessariamente pelo trabalho, mas sim, falar e envolver as pessoas, contextualizar para... Não, isso sim. Opá, mas isso eu sinto que eu já faço a toda a hora.</p> <p>Toda a gente com quem eu me... Quer dizer, eu não me dou só com malta da área, dou-me com malta de todas as áreas e, às vezes, é onde tens as pessoas mais interessantes, que é com malta que vem completamente de fora. Vem de direito, de economia... Mas malta que tem uma cultura forte, mas aí às vezes tens conversas que se tornam mais, mais interessantes.</p>
--	---

	<p>Porque tu, nem é sequer ter a necessidade, e é a cena de adaptar muito o teu discurso não, opá.... É falar com uma pessoa que está completamente fora, embora tenha um apetite cultural considerável, pá, e como é que, pá, e como é que ela pensa isto e porque é que ela pensa mal de... Porque normalmente é isso, ainda há o cliché do artista... Não, de mim não, por acaso não tenho malta que pense, que chame, que me diga "Epá, tu..."</p>
<p><b>Perspetiva da política cultural da CMP</b></p>	<p>Eu, eu quando assisti, opá, à tomada de posse, neste caso, desta, do Rui Moreira, todo o executivo que acompanhou... Opá... Eu estava, eu na altura não votei porque não estava aqui, não era do Porto. Mas sempre tive uma (...) pelo Paulo. O Paulo era uma pessoa incrível, era uma pessoa.... Sei que há muita gente que critica, há muita gente que aponta aspetos negativos, principalmente, pares dele não é? Se bem que não há verdadeiramente um par dele, porque ele era de tantas áreas e a cultura é tão vasta... Eu acho só que quem conheceu o Paulo e falou com ele, percebeu que o apetite cultural e a forma como se expõem coisas é que percebe verdadeiramente a dimensão de uma pessoa daquelas e nunca conheci ninguém assim, nem nunca, nem numa personagem da ficção é assim. É uma cena... Pá, completamente... Uma esponja, absorvia tudo e sabia falar das formas mais delicadas. Uma mente que eu imagino que devia ser super complexa, super rebuscada, com imensa coisa e sabia escrever um texto lindíssimo, simples, que é outra coisa que acontece.... Normalmente, malta da área torna o texto rebuscado, parece que têm a necessidade de provar alguma coisa. Malta que não é da área, mas que pensa sobre determinadas áreas, consegue falar das coisas sem esse peso de demonstrar que sabe usar palavras e... Às vezes, as palavras mais simples e a combinação entre palavras mais simples fazem a coisa mais incrível. E pronto, senti uma (...) pelo Paulo, principalmente, mas mesmo o Rui Moreira, pá, das poucas vezes que estive com ele, que falei, pá, que estive numa inauguração com ele, pareceu-me também ser uma pessoa super culta. E para um artista, para alguém ligado à cultura, o que é que nós queremos, sendo que dizemos "Opá, são todos iguais", pronto. partindo dessa premissa que são todos iguais, não é? Mais vale ter alguém que pelo menos tenha uma cultura que surpreenda. Pá, tem, tem uma cultura... Pá, seja por questões de berço, seja pelo que for, são pessoas que conhecem o mundo e sabem falar sobre isso e sabem pensar, se calhar, melhor do que ninguém sobre essas questões. E a mim diretamente, eu não, eu sinto-me bem, eu sinto-me melhor do que me sentia no Porto. (...). Eu sinto-me bem no Porto. Não sinto que nada... Pá, o turismo em exagero, mas eu acho que isso faz parte também da estratégia de atrair atenção num primeiro momento. Depois cabe é a quem tem o poder para o fazer é condicionar e tentar hm... É tentar que a coisa não se descontrole, pronto, isso é o que 'tamos a ver agora se é capaz de ser feito ou não, não é? Ah... Porque, epá, eu também fazia <i>Airbnb</i> na minha casa, nunca fiz uma cena de alugar uma casa. Mas verdadeiramente até foi mais pela experiência. Claro que o dinheiro é porreiro, (...). É incrível, ah... É das coisas mais incríveis e cá, o que eu sinto, mesmo não</p>

	<p>estando a viajar, se tu estás com gente em casa e vais jantar com eles e vais não sei quê, parece que estás lá fora. Eu sinto que estou absorver uma cultura diferente e isso fez parte dessa minha escolha de fazer <i>Airbnb</i>. Ah... Mas eu sei que as coisas estão a chegar a um descontrolo, pá, e esse é o ponto se calhar mais negativo que eu consigo ver neste momento. Ah... Também porque eu não estou ligado a nada que esteja dependente de uma instituição, estás a perceber? Não... Eu simplesmente vivo na cidade e faço a minha vida aqui. (...). Nada me está a afetar diretamente. Pá, tirando... Eu confesso que o turismo em exagero, exageradíssimo... Quer dizer, o ponto de atravessares, eu não sei se já te aconteceu alguma coisa semelhante, mas atravessar Bombarda (...) e vinha até Campanhã a pé. E já me aconteceu não ouvir português. (...) Tudo bem, pode ter sido uma hora do dia particular, tudo bem. Mas não há justificação para não ouvir uma única vez, pá, não ouvi, tipo... Pá, isso assusta-me um bocado, isso assusta... Pá, por outro lado, é o que a malta toda critica isso. E os valores estarem altos mais uma vez é "se procurares, encontras coisas porreiras, a preços (...)" (...) estão completamente absurdos. Ah... Mas também opá, eu aqui há uns anos, em 2005... As pessoas não estavam propriamente... Não havia assim tanta gente a querer morar no Porto...</p> <p>(...) Opá, e vive-se bem. Por exemplo, eu não preciso de usar carro, só preciso de usar carro quando saio daqui, vou para Braga, para Lisboa, uso carro, porque se não, não preciso de usar carro. Faço tudo a pé, nem metro sequer preciso! Pá e... À noite, se quiseres saís, vais tomar um copo, não gastas dinheiro nenhum quase. É a vida que uma pessoa quer. Por isso, para mim, em termos de, de influência direta, de alguma coisa... Eu não sinto... Por isso, eu não tenho manifesto contra, quando agora está todo este tumulto à volta das eleições e uns contra e outros a favor da campanha do Moreira, pá... Eu confesso que...(...) optando, tendo as opções que estão em cima da mesa, obviamente Rui Moreira. Não vejo a coisa de outra forma mas, como eu te digo, se calhar ignoro muitos factos. Há muita coisa que me passa ao lado: o Matadouro, coisas que se calhar dizem muito e me respeitam e, pá, estão a passar-me ao lado. Mas diretamente, e assim no momento, sem pensar tanto como devia...</p> <p>Isto quando o Paulo estava a organizar coisas parecia uma festa, isto não era propriamente cultura... Claro que a cultura estende-se a muitos aspetos não é só a questão elitista que... Na arte contemporânea, na dança, no espetáculo... Há muita coisa a acontecer para além disso, popular, que também é preciso e que também é preciso agarrar, claro. Mas eu acho um exagero. Há muita coisa que é exagerada, que não trazia propriamente nada de bom. Então também percebo que, se calhar, também faz parte do primeiro passo: disparar para todo o lado e depois, para depois num segundo mandato, ele conseguir afinar. Epá, mas isso meteu-me um bocadinho de confusão. O que o Porto queria era festa, só festa, meu. E depois qualquer evento, qualquer coisa particular, por exemplo, uma exposição ou alguma coisa, uma coisa mais delicada, que exigia uma atenção, não é festa</p>
--	---

	<p>'tás a ver? Já não pega não é? Ninguém 'tá interessado em abrandar, ninguém... Pá, malta (...). Só tens aquilo que te acelera e te provoca a risada fácil, que te provoca aquilo, e depois não tens cabeça sequer para ver mais nada, percebes? Depois o mais fácil é 'tar a ver um filme ou no telemóvel. Pá, porque aquilo é tão lento, é tão fácil de entender, não é? Mas epá, a pessoa tem a necessidade de complementar com alguma coisa, enquanto faz aquilo faz outra coisa. Mas e essa é a crítica que eu, se calhar, faria ao Porto, aquilo que assisti. Foi essa cena da festa, que diretamente a mim não trouxe nada de bom, muito longe disso.</p>
<p><b>O antigo Matadouro – diálogo entre o passado, presente e futuro</b></p>	<p>Por causa disso, porque era o Paulo que estava ligado a isso e quando o Paulo morreu não sei como é depois... (...). Eu nunca fui ao Matadouro. (...) Opá, eu não tive oportunidade e... Mas sim, mas quero ir.</p> <p>As minhas expectativas seriam um bocadinho irreais, não é... Porque eu claro que esperaria, em último caso, que aquilo pudesse ser, pá... Não sei.... Mediante o pagamento de uma renda simbólica, obviamente isto não era tudo assim, mas pá... Os artistas deveriam ter alguma, alguma prioridade nisso, até porque é um espaço...</p> <p>Olha, eu quando saí do mestrado, eu fui procurar, fui falar.... Aliás, eu cheguei a falar com o Paulo... Eu era próximo... (...). Eu precisava de um espaço para produzir. E fui falar com a Câmara, nem que fosse por um período de tempo particular, pá, específico, 3 ou 4 meses, eu poderia ter um espaço para produzir essa exposição. E fui ter com ele, porque eu sabia que ele era sensível a essas questões. Ele disse-me que compreendia e que já tinha falado com uma pessoa da Câmara para ver o que é podiam fazer e encaminhou-me para essa pessoa, nesse mesmo dia, e fui falar com essa pessoa. A pessoa deu-me uma série de espaços, ah... Espaços privados meu, não eram espaços da Câmara. Espaços privados de empresas, de sítios que têm parcerias com a Câmara, percebes? Então por aí poderia conseguir... A Câmara não tem espaços, não tem nenhum, percebes? E senti que pronto, não é dar propriamente pá... às vezes não é a questão dos prémios, de haver prémios, pá, não é isso. Ah... Não mesmo, é tipo "Eu sei que há espaços, meu, toda a gente sabe, há espaços ao abandono...". Pá, ainda para mais, para os artistas nem teria grande exigência de obras e de coisas, de manutenção, tirando o mínimo de segurança... Mas não haveria grande exigência em relação a isso. Todas as obras, ah, que seriam necessárias e que o artista pudesse fazer, faria ele próprio. Pá, mas não há, não qualquer tipo de abertura a isso. E eu não sou propriamente... Há pessoas muito bem ligadas à Câmara, muitos artistas... Mas eu não sou propriamente o mais desligado! Mas se eu, se para mim, nessa altura, com uma cena importante que ia acontecer, que é uma das principais galerias do Porto, pá, e não tinha esse apoio, como é que, como é que</p>

	<p>todos os outros que não têm tanta relação, e que até se afastam de uma relação da Câmara porque... Por toda essa questão burocrática e todas essas coisas que depois acarretam... Ah... Como é que eles conseguem, percebes? Porque há muitos.... Claro que me podem dizer "Ah, mas tu tens de procurar..." Ah, claro que tenho... Mas se uma pessoa já não ganha, já não tem, ainda tem que fazer das tripas coração para se manter, como é que ainda vão dizer assim "Olha, vou tirar o mês para andar à procura", não é? Porque, para procurar a sério, é preciso tempo. E... E eles mais do que ninguém podiam designar algum espaço e sim, o Matadouro já se arrasta há tempo de mais. Eu já ouço falar do Matadouro ao tempo, ao tempo que já se fala, desde o Rui Moreira ter entrado, já era o projeto.</p> <p>Não, não, mas eu estou a dizer isto não como uma coisa boa... As galerias, os privados têm... E os que iam são pessoas que têm muito património, muita coisa, percebes? Não precisam daquilo...</p>
--	---



**Anexo 11 – Grelha de análise vertical: conferência de Rui Moreira e  
Guilherme Blanc**

Nome: Rui Moreira  
Função: Presidente da CMP  
Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=CwkYvc0X8Rw&t=240s>

Título: Conversas à Porto – Cultura  
Duração: 34:15 minutos

Data: 24-08-2017

Categorias analíticas	Excertos
<b>Problemas, soluções e potencialidades</b>	<p>Depois dizer o seguinte, quanto ao ritmo foi muito pensado com o Paulo. (...) nós recentemente, já este ano, alugamos o Batalha, lançamos o projeto, como sabem está pronto, está em processo de concurso. Já conseguimos ir buscar o Pomar para refazer os frescos que lá havia. E há dias, exercemos o direito de opção pelo Sá da Bandeira. Imaginem que nós o tínhamos feito há 4 anos atrás. Se o tivéssemos feito há 4 anos atrás, aquilo que hoje parece natural, e que é uma exigência da cidade para com o município, não teria sido entendida.</p> <p>É bom de vez em quando percebermos como mudou e para quê que mudou. Eu acho que hoje é inquestionável que a cultura teve um desempenho importantíssimo no desenvolvimento da cidade, mas também, acima de tudo e era isto que eu dizia, de que forma os portuenses criam a cultura. O tal ecossistema, ou seja, o ecossistema não estava morto estava estagnado. Mas se facto havia esta vontade, houve um teste e as pessoas corresponderam ao teste, a cidade correspondeu ao teste. E, portanto, nós vamos ter que ir mais longe e vamos ter que continuar, se acreditarem em nós (...) creio que nada voltará a ser como era dantes.</p> <p>E não teria sido entendida exatamente porque o ecossistema que, de alguma maneira, estava morto ou estava apagado, precisava de tempo para se restabelecer. O ecossistema precisava de tempo para se restabelecer e para isso nós precisávamos da resposta, por um lado, dos agentes culturais que, como o Guilherme dizia, manifestavam relativamente a nós a suspeita, não por nós, mas pelo aquilo que tinha sucedido mas também os públicos. Se nós subitamente tivéssemos avançado com uma excessiva rapidez corríamos o risco de não haver tempo, de não reconstruir os públicos, e não reconstruir os públicos haveria quase um processo de repulsa dizendo "afinal mais uma vez está-se a fazer isto para uma determinada ou para determinadas elites".</p>

	<p>Para que não seja um epifenómeno. Não há pior na cultura do que o epifenómeno. Nós não quisemos ser a sede dos jogos olímpicos da cultura.</p>
<p><b>Modos de pensar e fazer cultura</b></p>	<p>Por isso, o Paulo falava tanto que não precisávamos de mais catedrais, porque precisávamos de conteúdos. E como vocês recordam quando nós lançamos a cultura como área prioritária, há quatro anos, ligava-lo, fundamentalmente, ao futuro. Sabíamos que era através da cultura, através da arte, que a cidade teria que ser pensada e que ela, a cultura, era este mais do que um vértice de um triângulo. Nós acreditávamos que era um pouco o cimento que nós precisávamos para resolver os problemas da cidade.</p> <p>Resolvendo depois, naturalmente, a questão da económica, da coesão social, uma coesão que cada vez mais tem de ter a ver. Eu não gosto muito da palavra autoestima porque ela tem sido vulgarizada, mas eu volto àquela questão do patriotismo das cidades. As cidades precisam de se identificar cada vez mais consigo próprias e também para não terem medo das ameaças externas e para serem contemporâneas e para serem cosmopolitas. Uma cidade que vive bem com a sua cultura vive com as influências externas. Uma cidade que não sabe viver com a sua cultura, sente que a influência externa vai tomar conta dela, sente que a influência externa é o invasor. Se a cidade acreditar em si própria, acreditar na cultura, isso é o cimento que nos junta, então não devemos ter medo do cosmopolitismo. E, portanto, esse era o nosso pensamento.</p> <p>Nós recentemente, já este ano, alugamos o Batalha, lançamos o projeto, como sabem está pronto, está em processo de concurso. Já conseguimos ir buscar o Pomar para refazer os frescos que lá havia. E há dias, exercemos o direito de opção pelo Sá da Bandeira. Imaginem que nós o tínhamos feito há 4 anos atrás.</p> <p>Por um lado, o apoio à criação. Coisa que começamos a fazer, mas precisamos de ir mais longe. O acesso da descentralização e circularização; ativação histórica e patrimonial e a parte da divulgação e do conhecimento. Quanto à criação artística contemporânea esta é uma área absolutamente crucial para uma cidade do Porto. Nós precisamos de continuar a ser, a fazê-la atrás da ação da programação, naturalmente, da encomenda para programas em espaços do município. (...) Precisamos de continuar a ter os programas municipais como uma plataforma de rede para garantir também a sustentabilidade destas estruturas e dos artistas da cidade. E não se trata de subsidi dependência, essa é uma palavra que tem de ser abolida do léxico de quem gosta da cultura. Se a cultura é alguma coisa que pretendemos, é perfeitamente razoável que a paguemos. E quando digo paguemos, mesmo que não paguemos um bilhete, pagamos através do estado. Porque afinal ela proporciona-nos tudo aquilo</p>

	<p>que nos pretendemos, mais não seja proporciona-nos prazer e, portanto, deve ser pago. (...). Temos que continuar a fazer este discurso porque o discurso contrário está sempre atrás da porta. Está permanentemente atrás da porta. Mas, entendemos ainda assim, que o apoio à criação artística não pode ficar isolada na programação cultural do município. Nós precisamos de programar com especialistas internos e propostas que nos são apresentadas, parte da nossa política cultural. Embora entendamos que parte desta política tem de fazer parte de um apoio autónomo à atividade dos programas municipais de forma a permitir estimular o envolvimento pleno da criação artística. Como sabem no último ano, o Guilherme também já falou disso, apostamos no financiamento direto a novos projetos artísticos sedeados no Porto através do programa de bolsas do “Criatório”, dedicado a diferentes disciplinas, às artes visuais, à curadoria, à música, à dança, ao teatro, à edição. Este programa integrado a partir de 2018 na plataforma PLÁKA irá continuar a crescer também e tem de crescer do ponto de vista financeiro. Ou seja, nós temos que ser capazes de dizer sendo que conseguimos, vamos ter de aumentar a sua... o apoio financeiro porque acreditamos que é por aqui nós vamos conseguir no futuro a sustentabilidade cultural do Porto. Porque é um investimento. Ou seja, nós temos de aumentar o investimento para garantir a sustentabilidade futura do projeto cultural. Depois temos a questão do museu da cidade. O museu da cidade tem sido muito pensado como sabem há muitos anos. E houve alguns projetos, que por uma razão ou outra, ficaram pelo caminho. Lembramo-nos todos do projeto do Álvaro Siza Vieira para a Avenida da Ponte. (...) E como sabem, houve partes que já foram feitas, houve partes que já foram recuperadas, nomeadamente o Museu Romântico, Casa Marta Ortigão Sampaio, Guerra Junqueiro, mas alguns dos novos projetos são a nosso ver fundamentais. O museu do vinho do Porto, no antigo CRAT, está em curso a obra, na Rua da Reboleira com uma relação com o rio. O nosso museu atual do Vinho do Porto é um museu inexequível. Nós ainda pensamos...o Paulo tinha pensado tratar daquele museu. Ou seja, reequipar o museu e tínhamos, aliás, um projeto notável do ponto de vista da revisão do espaço. Mas aquele museu situa-se no edifício muito bonito, mas que é um edifício que ninguém para. Onde não é fácil, onde...é um pouco terra de miguem, se quiserem. E por outro lado, não tinha uma relação com o rio, não tinha uma relação com as caves, não tinha uma relação fácil. E os museus precisam de ser sítios fáceis principalmente no museu destes. Além de ser alugado, é bom saber que o edifício era alugado, não era nosso (...). E, portanto, nós, pensamos que tínhamos um edifício que era o CRAT, era um edifício que ia ser, estava previsto ser alienado...não sei se sabem onde é, é encaixado entre a Rua da Reboleira e o Muro dos Bacalhoeiros. (...). Porque ali que nós interpretarmos o vinho do Porto e tem de ser um museu com uma interpretação diferente do vinho do Porto. Porque tem de ser onde se possa provar o vinho do porto, onde se possa compreender o vinho do Porto. Nós não queremos fazer necessariamente concorrência às caves que estão em frente. Mas queremos que seja um museu de experiência. (...). Depois temos a questão do museu da história da cidade também está em obra nos jardins da Pasteleira. E vai contar o quê, a evolução da cidade aos longos dos séculos. (....) Há um outro que é o museu subterrâneo do Ria de Vila, o museu do Rio de Vila, também está em fase</p>
--	---

	<p>de...houve alguns problemas por causa do novo projeto do metro que, como sabem, vai passar pelas Cardosas, e faz ligação a São Bento (...) em que a ideia é poder-se fazer um percurso pedonal ao longo do qual se vai conhecer a história daquele território (...).</p> <p>E, portanto, o que nós pretendemos é desenvolver este projeto, que é um projeto que se chama o Museu da Cidade através de uma articulação, naturalmente, programática e discursiva entre todos os seus polos. Avançando também no estudo nas coleções existentes. Há muito para fazer nisso. E permeando os espaços e coleções em iniciativa curatorial de novos agentes e curadores porque o museu não é uma coisa parada. Nós não vamos ter museus parados, queremos ter museus vivos, no sentido de as abrir à cidade e aos novos públicos.</p> <p>Quanto à arte contemporânea, a galeria municipal do Porto e apoio e visibilidade aos artistas do Porto. Este é também um aspeto fundamental. É um aspeto que nós pretendemos dedicar, pretendemos alterar. Dedicando de forma quase exclusiva o piso superior da galeria municipal a projetos curatoriais direcionados a artistas da cidade, deixando que a parte debaixo continue a funcionar um pouco no sistema que tem funcionado. Pretendemos também que o projeto político direcionado à arte contemporânea seja densificado pela plataforma PLÁKA que dinamiza o prémio de artes Paulo Cunha e Silva, que já foi aqui falado, que inclui uma exposição que vamos chamar “Anuário” que é uma exposição dedicada a apresentar em retrospectiva uma seleção de obras que são apresentadas em espaços de arte no Porto ao longo do ano. E um projeto de coleção de arte municipal que iremos reativar, e já está decidido, a partir da aquisição feita a galerias e espaços de arte da cidade por sugestão de um painel de especialistas (...).</p> <p>Queremos também continuar a descentralização cultural. “Cultura em Expansão” é um projeto que não vai parar, que vai continuar a desenvolver-se em termos programáticos e geográficos. Nós no fundo aquilo que estamos a dizer é que a “Cultura em expansão”, a própria ideia de museu e a própria que este desenvolvimento, desta articulação entre estes polos museológicos em sítios mais díspares da cidade vai contribuir também ela para uma cultura em expansão. Que passa a ter uma componente museológica, ou seja, assumir que de facto a cultura em expansão é um projeto para ficar e é um projeto para agora começar a fazer uma plantação de forma diferente na cidade. E com ela acreditamos que toda a cidade continuará a ser um palco para a cultura, que já hoje acontece na Casa da Música ou no Rivoli. E, portanto, esta é um espaço, é uma área que nós vamos continuar a desenvolver. Continuaremos, também, com os espaços de residência artística com divulgação internacional e participação municipal. (...) e depois naturalmente o cinema, que avançou com o “tripass”, que tem tido um notável desenvolvimento em termos de públicos. Havia a ideia que não havia públicos já na cidade e há públicos na cidade. O cinema regressou à cidade do</p>
--	---

	<p>Porto, mas evidentemente o Batalha, não vou perder tempo provavelmente todos presentes já conhecem o que vamos fazer no Batalha, vai ser de facto um dos grandes polos de desenvolvimento da cidade nessa área. Não vai ser apenas para exhibir cinema, vai ser muito mais do que isso. Nós queremos dedicar o projeto de forma exclusiva ao cinema, à imagem em movimento contemporânea e arquivo.</p> <p>Também temos grandes expectativas relativamente à “Porto Film Commission” e que deverá ser estruturada no âmbito da empresa municipal a criar-se. Sem a empresa municipal não era possível passar com a “Porto Film Commission” e que pretendemos fazê-lo com Matosinhos e Gaia, com produção filmográfica nacional e internacional. (...). Nós pretendemos a continuar o teatro municipal não sabemos ainda exatamente o quê que vamos fazer com o Sá da Bandeira porque não sabemos se o Sá da Bandeira será nosso ou não. Aquilo que nós pretendemos no caso do Teatro Sá da Bandeira foi salvar um património cultural e arquitetónico e histórico da cidade. (...). Acho que uma cidade não pode perder o património desta natureza, independentemente, vamos ser francos, nós podemos pensar aqui, isto pode ser uma extensão do Teatro Rivoli, ainda por cima com a proximidade também, e com o Teatro São João, ou seja, podemos criar aqui, se quiser, eu não gosto muito da palavra <i>district</i>, mas um distrito do teatro. E esse teatro pode ser comercial de qualidade (...). Temos também depois o projeto da Biblioteca Pública Municipal. Nós tínhamos dito que há quatro anos que era preciso intervir na Biblioteca Municipal e temos vindo a trabalhar com o arquiteto Eduardo Souto Moura. (...) precisamos de trabalhar a questão da música contemporânea, e esse é facto, estávamos a falar nisso, é um dos aspetos que nos preocupa.</p>
<b>Valorização da cultura e das artes</b>	<p>A nossa convicção é que o Porto perdeu ao longo da última década terreno no âmbito do acesso e da divulgação à nova música. E quando nós olhamos para cidades como Lisboa, mas também Braga ou Guimarães, eles apresentam uma atividade comparativamente mais competitiva na programação musical dita não erudita. (...). Estamos a falar de programação regular e ligação a espaços e redes existentes na Europa. Nós neste momento em coprodução com o antigo dono do Aniki bobo, toda a gente conhece, o Becas, e com a <i>Lovers and Lolipops</i>, vamos reabrir o antigo Aniki bobo, como um espaço dedicado à nova música nacional e internacional no coração da Ribeira para onde desejamos estender a dinâmica cultural da cidade. Vejam, temos, um museu de vinho do Porto e logo ali na proximidade vamos ter o Aniki bobo que é um espaço mítico principalmente para as pessoas da minha geração, e não só. Mas fazer isto em coprodução.</p> <p>Muitas das coisas que vão ser conseguidas vão ser através da empresa municipal e, que fique claro, mais uma vez relativamente à empresa municipal, um próximo executivo que não a pretenda ela não é obrigatória ser criada. Agora nós lançamos foi as</p>

	<p>bases para que ela possa ser criada pelo um novo executivo municipal. Nós não podemos continuar a ter a situação que temos. Nós hoje através dos municípios, a forma de contratação que nós temos é absolutamente impraticável. E aquilo que promove é o trabalho precário através de agentes que nós temos que contratar e que rapidamente atingem o máximo da contratação pública e isso não pode ser. Ou seja, nós não podemos ter um discurso e dizer que queremos ter atividade cultural e queremos ter novas competências e queremos ter pessoas capacitadas para desempenhar estas tarefas e ao mesmo tempo, por obsessão ideológica, não querer uma empresa municipal e como não temos empresa municipal, a câmara tem que pôr o concurso e depois há pacotes de 70 mil euros ou 75 mil euros esgotados e aquela empresa tem de ir à falência, fechar, despedir o pessoal. E nós depois temos de contratar uma outra empresa. (...) O nosso objetivo é muito claro, independentemente da melhor forma de gestão atendendo aos constrangimentos, tem também este objetivo: uma cidade que se quer uma cidade de cultura tem que ser capaz de criar oportunidades aos cidadãos que trabalharam que estudaram e que apostaram também eles em prestar um serviço. E por outro lado, coisas absolutamente óbvias. Nós muitas vezes queremos fazer coproduções e que podíamos partilhar bilheteira, está vedada ao município fazê-lo. O que é uma coisa absolutamente impensável, essa capaz pela qual nos queremos criar uma empresa municipal. Uma empresa municipal já havia em Lisboa, como sabem, nós no Porto não tínhamos, não tínhamos porque a lei no fundo não permitia. Agora a lei permite ter empresas municipais de cultura. Portanto eu acho que é fundamental que esta empresa se transforme numa empresa muito capaz de desenvolver esses planos que vos apresentei.</p>
<b>O antigo Matadouro</b>	<p>Teremos também o Museu da Indústria. O Museu da Indústria tem estado como sabem há muitos anos. Temos um acervo excelente e vai ser situado no matadouro industrial. O que fará também a ligação, no fundo também é um museu da história, mas é um museu da história da indústria.</p>

Nome: Guilherme Blanc  
Função: Adjunto do presidente para a Cultura da CMP  
Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=HTplpf7r2gk&t=7s>

Título: Conversas à Porto – Cultura  
Duração: 19:22 minutos

Data: 24-08-2017

Categorias analíticas	Excertos
<b>Problemas, soluções e potencialidades</b>	<p>Nos primeiros seis meses de trabalho, reunimos com mais de 400 estruturas, mais de 400 agentes, mais de 400 reuniões de pessoas do setor cultural. E acreditem que as palavras, ou a expressão, que mais ouvíamos naquelas reuniões era que: "eu já não entrava na câmara há mais de 12 anos" (...). Eu acho que essa foi a primeira grande mudança que aconteceu. Acho que foi uma mudança de perceção (...).</p> <p>Não nos podemos esquecer de uma coisa: se hoje, em 2017, estamos nós a lutar ferozmente por constituir uma equipa da cultura, uma equipa tecnicamente especialidade e preparada aos mais vários níveis. Imaginem como foi começar em 2013 com uma visão já, com propostas específicas para o setor, sem ter uma única pessoa à nossa volta que fosse tecnicamente preparada para nos suportar do ponto de vista operacional e de produção."</p> <p>No fim do qual o Paulo nos deixou um dia depois de inaugurarmos o ciclo que dedicamos ao cinema do Manoel de Oliveira. E a coisa mais previsível que poderia ter acontecido, quer pelo impacto organizativo deste acontecimento quer pelo impacto emocional, seria eventualmente termos tido um ano de recuperação se calhar, ou um ano de <i>hangover</i>, de ressaca, até se calhar um ano de estagnação seria natural, de estagnação protetoral, mas isso não aconteceu.</p>
<b>Modos de pensar e fazer cultura</b>	<p>Julgo que o primeiro grande projeto do primeiro ano de mandato foi um projeto de ativação, foi um projeto de ligação da cultura à cidade. Isto foi realizado, principalmente, através de uma política de programação cultural autárquica. Acho que foi muito interessante do ponto de vista político, foi algo pelicular na altura, (...).</p> <p>O que existia, e o que existe hoje na verdade, é que apareceu uma câmara que realizava política cultural através da programação, que é uma coisa muito diferente de ser uma câmara programadora.</p>



	<p>Na minha opinião, o projeto cultural da câmara, nos dois últimos anos, cresceu de uma forma robusta, eu acho. Acho que cresceu de uma forma surpreendente do ponto de vista estratégico também. Acho que conseguimos que o nosso projeto político cultural atingisse um nível de maturidade muito acentuado. Também do ponto de vista institucional, do ponto de vista organizacional, acho que houve esse crescimento, acho que isso aconteceu.</p> <p>E o que que representava esse pensamento político através de uma ferramenta que era a programação, isso tinha que a ver com o perfil do Paulo Cunha e Silva obviamente. A única forma de ativar o papel da cultura municipal entendeu-se na altura não seria através de dar mais dinheiro a Serralves, nem dar mais dinheiro à Casa da Música, ou sequer financiar diretamente agentes e artistas, independentemente do conhecimento que tínhamos do impacto que esse financiamento ou esse contributo poderia causar na atividade de facto dessas estruturas. Mas seria, entendeu-se na altura, entendeu o Rui Moreira e o Paulo Cunha e Silva, que seria efetivamente atrás da abertura dos espaços municipais, dos programas públicos municipais aos agentes e ao público através do apoio também às estruturas, aos agentes e aos artistas para uma ativação do património cultural, seja ele contemporâneo ou fosse não contemporâneo. Entenderam os dois, o Rui Moreira e o Paulo Cunha e Silva, quando desenvolveram o projeto, compreenderam perfeitamente que essa etapa de reconciliação entre (...) <i>poiesis</i>, entre o lugar da prática artista, da criação artista e a cidade, que teria de ser feita com essa base, com essa edificação de ligação. E só assim seria possível construir um projeto sério e sólido para a cultura.</p> <p>Ao longo dos últimos dois anos, fizemos crescer significativamente a galeria municipal, eu acho que a profissionalizamos, acho que comissariamos projetos com relevância nacional. O “Cultura em Expansão” cresceu exponencialmente, é hoje um grande programa de cidade, é um programa multidisciplinar que chega gratuitamente a milhares de pessoas, que consegue provocar a tal pendularidade que se falava. É um programa que chega imediatamente às pessoas que vivem nos bairros sociais, mas é um programa que atrai o público mais ortodoxo da cultura, que vai a Serralves, à Casa da Música, e que vai hoje ao bairro social ver um espetáculo cultural e a “Cultura em Expansão” conseguiu atingir esse nível de maturidade também. E faz algo muito interessante e não menos válido, que é conseguir que os grandes artistas portugueses, diferentes áreas, que queiram participar no programa. E que queiram participar não por caridade, que é algo excecional, querem participar porque sentem, efetivamente, provocados do ponto de vista artístico. Sentem-se motivados a participar num formato, num contexto programático que lhes propomos. Isso acontece em todas as áreas, os artistas que trabalham na área da música, nas artes visuais,</p>
--	---

	<p>no cinema, sei lá. Este ano tivemos connosco o Sérgio Godinho, que veio do Théâtre de la Ville e foi ao Bairro da Bouça tocar. E depois tivemos o João Salaviza em projeto residência, num filme que vai apresentar em dezembro, que já ganhou Cannes, e já ganhou Berlin, portanto, conseguimos atrair esses talentos para o “Cultura em Expansão” que eu acho que é algo absolutamente singular. Aliás, este programa ganhou ainda este ano um prémio nacional, (...). O teatro municipal está a crescer muito do ponto de vista artístico e institucional. Comissaria também hoje um grande festival de cidade o “Dias Da Dança”. O “Fórum do Futuro” continua a crescer como o Paulo gostaria e desejaria. Continua a ser um dos projetos, no nosso entender, mais singular em Portugal e achamos que ele tem condições e que este ano vai ter eco a nível internacional, estamos seguros disso. É preciso tempo, todavia, obviamente. E criamos em rigor, nos últimos dois anos, tantos projetos novos. Uma nova política de acesso à exibição de cinema com o “tripass” e de apoio aos cinemas independentes, a plataforma de visibilidade de apoio ao espaço residência artística no Porto, “In Residence”, que ainda no mês passado, curiosamente, teve quatro páginas dedicadas na melhor revista, na revista mais interessante de arte contemporânea do Japão, (...). O programa de financiamento direto à criação de arte contemporânea o “Criatório”, hoje um dos projetos mais badalados em Portugal pela sua singularidade.</p> <p>A criação hoje é um processo dos polos imprescindíveis dos museus da cidade que vão comportar e integrar este projeto como o futuro o Museu da História da Cidade no Bairro da Pasteleira, que é uma espécie de cultura em expansão museológica, como disse o presidente; o novo Museu do Vinho do Porto que se vai instalar na Rua da Reboleira, na Ribeira; o novo Museu do Ria de Vila, Fonoteca de Campanhã, Plataforma PLÁKA, uma plataforma que sintetiza o apoio da câmara à prática das artes visuais incluindo outros projetos; a reativação da arte municipal com aquisições às galerias da cidade; o prémio de artes que dedicamos ao Paulo Cunha e Silva e que é hoje, já a partir da sua 1ª edição, uns dos prémios mais interessantes de artes visuais na Europa, posso-vos assegurar disso. (...) [estes projetos] criaram uma articulação ou um equilíbrio sólido entre essa tal figura de intervenção política cultural através de diferentes tipos de ferramentas e, se calhar, uma intervenção politico-cultural mais ancorada na programação que nos mantemos, porque também é esse o nosso perfil de atividade e de gestão de projeto público e não o queremos abandonar.</p>
--	--

<b>Valorização da cultura e da arte</b>	<p>A única forma de ativar o papel da cultura municipal entendeu-se na altura não seria através de dar mais dinheiro a Serralves, nem dar mais dinheiro à Casa da Música, ou sequer financiar diretamente agentes e artistas, independentemente do conhecimento que tínhamos do impacto que esse financiamento ou esse contributo poderia causar na atividade de facto dessas estruturas. Mas seria, entendeu-se na altura, entendeu o Rui Moreira e o Paulo Cunha e Silva, que seria efetivamente atrás da abertura dos espaços municipais, dos programas públicos municipais aos agentes e ao público através do apoio também às estruturas, aos agentes e aos artistas para uma ativação do património cultural, seja ele contemporâneo ou fosse não contemporâneo. Entenderam os dois, o Rui Moreira e o Paulo Cunha e Silva, quando desenvolveram o projeto, compreenderam perfeitamente que essa etapa de reconciliação entre (...) <i>poiesis</i>, entre o lugar da prática artista, da criação artista e a cidade, que teria de ser feita com essa base, com essa edificação de ligação. E só assim seria possível construir um projeto sério e sólido para a cultura.</p>
---	--